



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 151, SEXTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2023

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**

Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)**

2º Vice-Presidente

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**

1º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**

2º Secretário

**Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)**

3º Secretário

**Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)**

4º Secretário

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quesia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Gleison Carneiro Gomes**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 120ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 31 DE AGOSTO DE 2023

1.1 – ABERTURA ..... 9

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Oradores

Senador Jorge Kajuru – Exposição acerca da importância da 15ª Cúpula dos Brics, realizada em Joanesburgo, na África do Sul, com relevante participação do Brasil. .... 9

Senador Confúcio Moura – Indignação com o tratamento supostamente desigual dado ao Estado de Rondônia, único do País sem hospital universitário para os cursos de Ciências Biológicas. Cobrança ao Ministério da Educação por aumento de investimentos no estado, em especial na construção de hospitais universitários e no aumento da oferta de vagas para o curso de Medicina. .... 12

Senador Irajá – Críticas ao Governo do Estado do Tocantins pelo aumento do ICMS, ressaltando não haver contraprestação na melhoria dos serviços públicos para a população do Estado. Registro da ação impetrada pelo PSD, partido de S. Exa., no STF, contra o aumento. .... 13

1.3 – ORDEM DO DIA

##### 1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei nº 3635/2023, da Deputada Iza Arruda, que *cria o selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno. Aprovado*, nos termos do **Parecer nº 128/2023-PLEN-SF**, proferido pela Senadora Daniella Ribeiro. À sanção. .... 14

##### 1.3.2 – Item 2

Projeto de Lei nº 2098/2019, da Deputada Laura Carneiro, que *altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira. Aprovado com emenda.* .... 18



Redação final do Projeto de Lei nº 2098/2019 ( <b>Parecer nº 129/2023-CDIR/PLEN-SF</b> ). <b>Aprovada.</b> À Câmara dos Deputados. ....	19
<b>1.3.3 – Item 3</b>	
Projeto de Lei nº 3792/2019, da Deputada Professora Rosa Neide, que <i>cria o selo Empresa Amiga da Mulher</i> . <b>Aprovado.</b> À sanção. ....	19
<b>1.3.4 – Item 4</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 930/2021, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que <i>aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de Uso Particular, assinado em Lima, em 11 de dezembro de 2009</i> . <b>Aprovado.</b> À promulgação. ....	20
<b>1.3.5 – Item 5</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 933/2021, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que <i>aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinada em Montevideu, República Oriental do Uruguai, em 17 de dezembro de 2018</i> . <b>Aprovado.</b> À promulgação. ....	20
<b>1.3.6 – Item extrapauta</b>	
Requerimento nº 53/2023, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a celebrar o Dia do Professor. <b>Aprovado.</b> ....	20
<b>1.3.7 – Oradores</b>	
Senador Carlos Portinho – Proposta de criação de comissão pluripartidária para tratar com o Governo Federal sobre suposta obstrução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios e sobre atrasos nos repasses dos royalties pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). ....	21
Senadora Margareth Buzetti – Justificação do Projeto de Lei nº 4266/2023, apresentado por S. Exa., que torna o feminicídio crime autônomo, agrava a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher, bem como estabelece outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher. ....	23
Senador Paulo Paim – Exposição sobre o lançamento do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), pelo Presidente Lula no Rio Grande do Sul. Elogios à sessão especial que celebrou os 17 anos da Lei Maria da Penha. Apoio ao Projeto de Lei nº 789/2023, de autoria da Senadora Augusta Brito, que permite aos editais de licitações que prevejam percentual mínimo de mão de obra constituído por pessoas retiradas de situação análoga à de escravo. Considerações sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 5384/2020, que torna permanente a política de cotas para o ingresso de pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e alunos de escolas públicas em instituições federais de ensino. Destaque à agenda cumprida pelo Presidente Lula no continente africano. Homenagem ao ex-Senador Pedro Simon, que esteve em visita ao Senado Federal. ....	24
Senador Zequinha Marinho – Destaque para as Feiras Agropecuárias de Xinguara, Capanema e Castanhal, no Estado do Pará. Exposição sobre a Carta Aberta dos Evangélicos Brasileiros apresentada ao STF e ao Congresso Nacional sobre a ADPF 442, que trata da descriminalização do aborto. Censura à Defensoria Pública da União e ao Conselho Nacional de Saúde por supostamente defenderem a legalização do aborto e da maconha. ....	29





Senador Eduardo Girão – Registro de pontos que demonstrariam, segundo S. Exa., a construção de uma suposta nova ditadura no País, articulada pelo Governo Lula, por meio do Ministro da Justiça Flávio Dino e alguns integrantes do STF. Considerações sobre o depoimento do Sr. Marco Edson Gonçalves Dias na CPMI dos atos do dia 8 de janeiro. .... 32

### 1.3.8 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão não deliberativa para 1º de setembro, às 10 horas. .... 36

1.4 – ENCERRAMENTO ..... 36

1.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO ..... 37

## PARTE II

### 2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 120ª SESSÃO

#### 2.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

##### 2.1.1 – Projeto de Lei nº 3635/2023

Parecer nº 128/2023-PLN-SF ..... 40

##### 2.1.2 – Projeto de Lei nº 2098/2019

Redação final (Parecer nº 129/2023-CDIR/PLN-SF) ..... 45

### 3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

#### 3.1 – EXPEDIENTE

##### 3.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Comunicação e Direito Digital, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 149, 156, 166, 310, 311, 318, 355 e 438/2019; 243, 260, 261, 266, 284, 313, 351, 354, 366, 416, 444, 447, 490, 549, 617, 638, 749, 781, 838, 862, 873, 885, 971, 1079, 1087, 1136 e 1149/2021; 141 e 149/2022; 281 e 282/2023. .... 48

##### 3.1.2 – Comunicações

Da Comissão de Assuntos Sociais, de designação de membros para compor a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras (**Ofício nº 162/2023**). .... 54

Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de indicação de membro para integrar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (**Ofício nº 95/2023**). .... 55

Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia, de substituição de membro na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (**Ofício nº 135/2023**). .... 56

Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia, de substituição de membro na Comissão de Meio Ambiente (**Ofício nº 136/2023**). .... 57



**3.1.3 – Discurso encaminhado à publicação**

Senador Laércio Oliveira - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno. 59

**3.1.4 – Indicação**

Nº 80/2023, do Senador Rogério Carvalho, que *sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a edição de decreto para regulamentar o artigo 5º-A da Lei nº 8.662/1993, incluído pela Lei nº 12.317/2010, e reconhecer a jornada de 30 horas aos servidores públicos federais do Poder Executivo, ocupantes de cargos privativos de Assistente Social.* ..... 61

**3.1.5 – Mensagem do Presidente da República**

Nº 420/2023, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 15/2023 (proveniente da Medida Provisória nº 1172/2023), sancionado e transformado na Lei nº 14663/2023. 65

**3.1.6 – Pareceres aprovados em Comissão**

Nº 18/2023-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 1944/2023 ..... 68

Nº 19/2023-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 1425/2022 ..... 79

*Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei nºs 1425/2022 e 1944/2023 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 150 e 151/2023-CMA).* 104

**3.1.7 – Projetos de Lei**

Nº 4244/2023, do Senador Cleitinho, que *determina a colocação de dispositivos eletrônicos denominados “Pedagiômetros” em local estratégico nos postos de pedágios.* ..... 108

Nº 4245/2023, do Senador Cleitinho, que *modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, a fim de fixar prazo para realização do exame pericial a cargo do INSS.* ..... 113

Nº 4260/2023, da Senadora Soraya Thronicke, que *altera o art. 359-M do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incriminar a tentativa de Golpe de Estado não-violenta.* ..... 118

Nº 4266/2023, da Senadora Margareth Buzetti, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.* ..... 122

**3.1.8 – Projeto de Resolução**

Nº 89/2023, do Senador Rogério Carvalho, que *institui, no âmbito do Senado Federal, a Semana Comemorativa dos 200 Anos do Senado Federal.* ..... 134



**3.1.9 – Requerimentos**

Nº 769/2023, da Senadora Senadora Soraya Thronicke, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 236/2012 e 160/2015. ....	140
Nº 770/2023, do Senador Beto Faro e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 5 de dezembro, destinada a homenagear os 60 anos da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). ....	142
Nº 771/2023, do Senador Mauro Carvalho Junior e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 15 de dezembro, destinada a celebrar atividades no exercício profissional da medicina veterinária. .	145
Nº 772/2023, do Senador Cid Gomes e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a comemorar os 50 anos do Instituto Rui Barbosa. ....	149
Nº 773/2023, do Senador Jader Barbalho, de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia. ....	152
Nº 774/2023, do Senador Luis Carlos Heinze, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda. ....	158

**PARTE III**

<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b> .....	163
<b>5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA</b> .....	166
<b>6 – LIDERANÇAS</b> .....	167
<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b> .....	169
<b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b> .....	176
<b>9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b> .....	178
<b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b> .....	211



## Ata da 120ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 31 de agosto de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência do Sr. Veneziano Vital do Rêgo.*

*(Inicia-se a sessão às 11 horas e 3 minutos e encerra-se às 13 horas e 4 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaramos aberta a sessão.

Sob a proteção divina, iniciamos os nossos trabalhos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores poderão se inscrever, para o uso da palavra, por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados nos ambientes desta Casa.

A presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação das seguintes matérias, já conhecidas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje, quinta-feira:

- Projeto de Lei nº 3.635, de 2023, da Sra. Deputada Iza Arruda;
- Projeto de Lei 2.098, de 2019, de S. Exa. a Deputada Laura Carneiro; e
- Projeto de Lei 3.792, de 2019, de S. Exa. a Sra. Deputada Professora Rosa Neide; por fim
- Projetos de Decretos Legislativos nºs 930 e 933, de 2021, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Vamos passar aos oradores que estão inscritos para que possam fazer o uso da nossa tribuna pelo prazo regimental de dez minutos.

Pela ordem dos inscritos, Senador Paulo Paim.

Senador Marcos Rogério.

Senador Jorge Kajuru.

Por gentileza, Senador, Vice-Líder do Governo nesta Casa, V. Exa. dispõe de dez minutos regimentais.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – Presidente, o Kajuru é abençoado. Até no dia raro em que ele não é o primeiro a se inscrever, ele acaba sendo o primeiro a subir à tribuna, porque os outros não chegam antes. (*Risos.*)

Brincadeira.

Meu amigo, escoreito em tudo, voz da Paraíba querida e amada, Senador Veneziano Vital do Rêgo, sempre pontual, mais pontual, inclusive, do que o Presidente Pacheco – sabia, Senador Mauro? – para abrir sessão. É incrível! Ele é incrível para abrir sessão.

O assunto é muito importante. Eu falo aqui da 15ª Cúpula do Brics, brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências. Ela foi realizada em Joanesburgo, a capital financeira da África do Sul, com a participação decisiva do Brasil, que, no Governo Lula 3, consegue desvencilhar-se da condição de párea internacional a que foi relegado de 2019 a 2022, no triste Governo Bolsonaro.

O encontro da semana passada trouxe, como a maior novidade, a ampliação do grupo, que, se ainda não reconhecido formalmente como bloco econômico, na prática vai se ampliando e ganhando musculação superior à de simples mecanismo de cooperação entre países emergentes, a motivação de origem.

Criado em 2009, no início a sigla era apenas Bric, reunindo Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, virou Brics – plural – com a entrada da África do Sul, e agora foram convidados mais seis países que entrarão oficialmente no time em janeiro de 2024: Argentina, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Irã e Etiópia.

O grupo, com 11 membros, ganha presença no Oriente Médio e reforça a representação na América Latina e na África. Mais importante ainda, com 46% da população mundial, o Brics passa a ter um alcance combinado de 35% do PIB mundial em paridade ao poder de compra, acima dos 33% do G7, na verdade, o bloco das economias mais industrializadas.

Não é pouca coisa, pátria amada. Como disse o Presidente Lula, a diversidade dos Brics – abro aspas: “[...] fortalece a luta por uma nova ordem que acomoda a pluralidade econômica, geográfica e



política do século XXI” – fecho aspas.

A ampliação do Brics foi o principal assunto da cúpula em Joanesburgo, que discutiu ainda a adoção de moedas nacionais na comercialização entre os membros do Brics e o financiamento a projetos em países africanos pelo NBD (Novo Banco de Desenvolvimento dos Brics), comandado pela ex-Presidente Dilma Rousseff.

O Brasil alcançou um de seus objetivos na reunião: no texto final, os países do Brics manifestaram apoio a uma reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), para torná-la mais democrática, representativa, efetiva e eficiente.

Outro ponto, como desejava o Brasil, é a defesa pelo Brics da ampliação do Conselho de Segurança da ONU, com representação dos países em desenvolvimento, para que ele possa responder adequadamente aos desafios globais.

O fato é que o Brics se fortalece. Além dos seis novos integrantes, mais 17 países manifestaram oficialmente interesse em fazer parte do grupo, que assim tende a se ampliar num futuro próximo.

Isso para o Brasil, Presidente Veneziano, significa mais cuidados em relação a um enorme desafio diplomático. Fazer parte de um bloco liderado pela China, sem se deixar levar pela retórica antiocidental, sem estímulo ao conflito norte-sul, é privilégio. A defesa de um mundo multipolar não deve, porém, impedir que o Brasil siga colhendo as benesses de fazer parte do Brics, que reforça a posição de liderança na América do Sul, aumenta as chances de desenvolvimento econômico e assegura visibilidade diante do mundo pela simples razão de protagonizar um grupo ao lado da China, Índia e Rússia – prestem atenção –, sem antagonismos, como declarou o Presidente Lula, abro aspas:

A gente não quer ser contraponto ao G7 [...] [ou] ao G20 [...] [nem] aos Estados Unidos. A gente [só] quer se organizar. A gente quer criar uma coisa que nunca teve, que nunca existiu, o sul global. [Entenderam? O sul global.] Nós sempre fomos tratados como se fôssemos a parte pobre do planeta, como se não existíssemos. [...] E de repente [...] [estamos] percebendo que podemos nos transformar em países importantes.

Fecho aspas – declarou Lula.

Finalizo, o Brics está aí e veio para ficar, cada vez mais forte. Então, que o Brasil se beneficie com os bons frutos.

Presidente, sou disciplinado, não sou um Girão, que passa dos dez minutos – como ele é meu amigo, eu posso falar isso para ele.

Eu ainda tenho algum tempinho? Tenho?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, não vou nem usar esse tempo. O Senador Mauro me avisa: “Dois e trinta”.

Eu não estou enxergando lá no fundo. Tem Senador lá no fundo ou não?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Tem, Kajuru, sou eu. Eu ouvi esse negócio todo aí. Vou lhe dar uma aula de geopolítica.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, vai dar uma aula. Olha que eu vou parar de falar que eu quero ficar vivo para te ver Presidente da República, General Hamilton Mourão.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Vai ser em particular a aula.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vai ser



em particular a aula? Então, eu vou lhe dar uma notícia boa. Presidente, que para mim tinha que ser o Presidente da República, e não Bolsonaro... Eu sou assim e pronto. A minha boca, a minha língua é assim e pronto, eu não vou mudar. Uma pena que o Brasil não teve esse homem como Presidente.

Mas, Mourão, você é um homem que vive do seu salário, eu sei disso. Você não é rico. Você não é um Girão, que é milionário – com dinheiro honesto, por sinal, mas é milionário. Olhem a notícia boa, Veneziano, Girão. Eu sei que você vai ficar feliz com essa notícia, porque você quer isso. Empresários, dos mais ricos do Brasil, estão o dia inteiro telefonando para mim. Meu zap toca toda hora. Eu até dou o número no ar aqui, é: 61 99959 1919.

Ontem, meia-noite e meia, ligou um deles. Os maiores do Brasil, agronegócio, banco, meios de comunicação, os maiores. Um deles almoçou comigo aqui ontem. E olha a notícia deles.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eles chegam, Presidente, e falam assim: “Senador Kajuru, o senhor vai ser o Relator dessa medida provisória do Presidente Lula para, finalmente, pela primeira vez no Brasil, os super-ricos pagarem impostos às superfortunas [de que você, Girão, eu, Plínio, em 2019, falávamos aqui], ou seja, as superfortunas serem tributadas?”. “Eu não sei se vou ser o Relator. Por quê?”. “Não, porque nós queríamos que você soubesse que nós queremos pagar impostos. Não é verdade a notícia que saiu na imprensa de que nós queremos ir embora do Brasil. Não, nós queremos ficar aqui, ganhar o nosso dinheiro aqui, gerar emprego e pagar impostos”.

Portanto, é uma notícia que me agradou demais, me surpreendeu, e que dá ao Senado Federal a certeza de que nós poderemos aprovar essa medida provisória e veremos, pela primeira vez no Brasil...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... o rico pagando imposto, e não só o pobre, que infelizmente é quem paga imposto.

Rapidinho, finalizo.

Eu fui funcionário por 16 anos do maior comunicador do mundo e maior patrão que eu tive na minha vida em 45 anos de carreira nacional na televisão brasileira – Girão parava o almoço para me assistir, era meu fã de carteirinha –: Silvio Santos.

Você sabia que o Silvio Santos nunca atrasou um dia de imposto, que é o maior pagador de impostos do Brasil, que nunca sonegou imposto?

Então, um homem como o Silvio Santos e outros estão ligando e dizendo: “Kajuru, nós queremos pagar impostos”.

Tomara, Deus, que a gente possa ver isso acontecer, Presidente Veneziano Vital do Rêgo.

Desculpe-me, pela primeira vez eu passei um pouquinho do tempo, mas as notícias são importantes. Agora, o problema é que, na hora em que você chamar o Girão, ele vai querer falar mais do que eu só porque eu passei do tempo hoje.

Agradecidíssimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado.

Perdoável, Senador Jorge Kajuru. Sob a nossa Presidência, de fato, confesso que foi a primeira vez que o senhor utilizou um minuto – portanto, imperceptível.

Nossas saudações e cumprimentos pelas suas palavras.

Na ordem de inscritos, até que nós completemos o número necessário para deliberações, faltam três





Sras. e Srs. Senadores para que...

Senador Carlos Portinho, se V. Exa. puder registrar a presença...

Senador Confúcio, V. Exa. está inscrito como próximo orador. (*Pausa.*)

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, TV Senado, Agência Senado, Rádio Senado, todos se sintam cumprimentados – e também todos os funcionários da Casa, telespectadores.

Sr. Presidente, o meu assunto hoje é um assunto mais doméstico, ele é um assunto mais lá do meu Estado de Rondônia. Eu quero contar para vocês a história da nossa universidade.

Nós temos as universidades do Norte, principalmente a Universidade de Rondônia, a do Acre, a do Amapá e a de Roraima. São as menores universidades do Brasil, e, por serem as menores universidades do Brasil, elas padecem de investimentos cronicamente, ao menos para organizar as suas estruturas.

Se a gente observar, por exemplo, um hospital universitário para treinamento dos alunos de Medicina, de Enfermagem, de Fisioterapia, de Nutrição e outras áreas, não tem em Rondônia um hospital universitário. Ao olhar o Brasil inteiro, mesmo Acre, Roraima e Amapá já têm um hospital universitário.

Isso nos ofende muito, em Rondônia, por ter esse tratamento profundamente desigual. O único estado brasileiro que não tem um hospital universitário para os cursos de Ciências Biológicas é o Estado de Rondônia. Então, isso não tem uma explicação lógica, não é? Até mesmo os outros pequenos estados que eu acabei de falar aqui já têm.

Então, eu estive lá com o Ministro Camilo Santana, mês atrás, justamente falando com ele da necessidade do investimento, de fazer o projeto de engenharia e atender o Hospital Universitário de Porto Velho. Ele me respondeu – logicamente, essas respostas são feitas por algum assessor – com uma resposta muito vaga, muito indefinida, muito assim sem compromisso com o único estado que não tem um hospital universitário neste país.

Eu não vou comparar aqui com os hospitais de São Paulo, de Santa Catarina, com os dos estados do Sudeste brasileiro, que os têm, além dos seus cursos públicos de alta qualidade na área de saúde, hospitais universitários em tudo que é cidade de São Paulo: tem em Ribeirão Preto, tem em São Paulo, tem ali em São José do Rio Preto. Ali você vai andando e vê que está cheio dessas unidades por lá. Então, há uma concentração muito desigual nesse sentido.

Nas nossas obras no estado, às vezes, um refeitório para os alunos chega a demorar muito tempo. Agora que nós estamos colocando emendas para concluir o restaurante universitário da Universidade Federal de Rondônia. Eu pergunto: onde é que existe, no Brasil, uma universidade que não tem os seus refeitórios, que não tem a comida distribuída para os mais pobres e tudo mais?

O único curso de Medicina criado lá foi na época em que eu era Deputado Federal, na década de 90, quando nós conseguimos criar, a duras penas, 50 vagas – apenas 50 vagas! – para o curso de Medicina, mais de 20 anos atrás. Vejam bem, em mais de 20 anos, não se aumentou nenhuma vaga! Enquanto isso, proliferaram cursos de Medicina nas faculdades particulares. Nas faculdades particulares, o preço é excludente: apenas para uma minoria de alunos os pais conseguem pagar R\$10 mil por mês, R\$9 mil, R\$12 mil de mensalidade.

Então, o meu pedido é no sentido de aumentar. Depois de 20 anos, com 50 vagas, dá prejuízo! E cadê a Lei de Cotas para índios, quilombolas, os negros, os pobres, os alunos das escolas públicas? Eles não têm condições! São apenas 25 – 25! – vagas para as cotas.

Então, tudo isso tem me causado profunda indignação. Prova disso é que eu estou fazendo aqui este discurso justamente como um recado. O meu discurso tem endereço certo, que é o Ministério da Educação.

O Ministro Camilo deposita – e nós todos – muita esperança, porque é um Governador do Estado



do Ceará devotado à educação básica de qualidade, ao ensino profissional de qualidade. Prova disso é que, em 25 anos de trabalho duro dos Governadores do Estado do Ceará, hoje é realmente um estado exemplar da Federação. Estou falando, gente, de uma pequena universidade de Rondônia destituída dos meios suficientes para prover o que é necessário para os alunos.

E lá atrás, quando eu era Deputado Federal, nós conseguimos abrir 50 vagas. Em mais de 20 anos persistem as mesmas 50 vagas na capital. Nós precisamos aumentar para 100 vagas em Porto Velho e 50 vagas novas no *campus* de Ariquemes. Só tem lá... Por exemplo, você sabia, meu Presidente, que o *campus* da cidade de Ariquemes tinha um curso de Engenharia de Alimentos, que foi fechado por falta de alunos, e que lá tem dez doutores recebendo salário sem o devido trabalho? E só tem agora hoje lá, minguido, um curso de Pedagogia. Na área de agronegócio, ela é a terceira cidade do estado, não tem curso de Medicina.

Eu lembro que, na época, na década de 80, eu era Secretário de Estado de Saúde e nós fizemos um pacto com o Instituto Pasteur, na França, e também com a Universidade de São Paulo, a USP, e montamos a estrutura da pesquisa científica em Rondônia, liderada pelo Dr. Hildebrando, por Marcos Boulos e por outros notórios pesquisadores da USP. E lá, a 50 quilômetros da minha cidade, tem um *campus* avançado da USP para pesquisa científica, levado por meu apoio, à época, como Deputado Federal e, mais tarde, como Procurador, sempre apoiando a pesquisa científica. Agora eu preciso, meu Ministro Camilo Santana... E não sou Confúcio quem está falando aqui, é o Estado de Rondônia. Chega de omissão! E não é de V. Exa., que entrou tem seis, sete meses, é histórico o menosprezo do Ministério da Educação com as pequenas universidades do Norte do Brasil. É lá que se concentra a desigualdade abissal em relação ao restante do país. Os indicadores da Amazônia são os piores do Brasil. Então, para fazer justiça equitativa, nós precisamos dar mais a quem tem menos. E isso é justiça!

Eu quero que o meu discurso seja anotado lá pelos assessores do Ministro Camilo Santana, através da Aspar – que anote o que estou falando aqui. Isso aqui não é um trabalho banal, não é um pedido insignificante, ele representa muito para o nosso estado que tem pouco: para o hospital universitário mais vagas para o curso de Medicina e que possa abrigar pelo menos 75 meninos pela Lei de Cotas.

Assim eu encerro o meu pronunciamento.

Nem estou aqui discutindo o PAC. O PAC fica para outro momento. O PAC também, para nós, foi realmente frustrante. Os investimentos não correspondem às nossas necessidades. Um deles é a regularização fundiária na Amazônia.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – As terras do Sul e do Sudeste brasileiro estão regularizadas, em grande parte do Nordeste estão regularizadas. Agora, Brasília, Centro-Oeste e Norte são um abismo legal para a questão das terras públicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Estimado Senador Presidente da nossa Comissão de Infraestrutura, querido amigo Senador Confúcio Moura, nós o cumprimos pelas duas abordagens plenamente oportunas e sensivelmente justificadas. Nossa solidariedade.

Como próximo inscrito, Senador Irajá.

Aí nós abriremos a fase para nossas deliberações da Ordem do Dia.

Senador Irajá, nossos cumprimentos. Bom dia. V. Exa. tem o prazo de dez minutos regimentais.

**O SR. IRAJÁ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Para discursar.) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, atualmente, o país inteiro e, mais especificamente, o



Senado Federal vêm discutindo a reforma tributária, a tão sonhada reforma tributária que, há décadas, vem sendo debatida no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal.

Finalmente, vamos nos debruçar sobre esse tema tão relevante, tão esperado e tão desejado pelas brasileiras e brasileiros, um esforço nacional para reduzir a carga de impostos, simplificar a vida do cidadão e do empresário, além de criar condições para o desenvolvimento do país.

Acontece, amigas e amigos, que, na contramão desses eventos, está o nosso Estado do Tocantins.

No final do ano passado, ali no apagar as luzes do dia 29 de dezembro de 2022, o estado já tinha a maior alíquota de ICMS do Brasil, 18%. Mas o Governo do Tocantins, insensível com a necessidade de diminuir a pressão dos impostos na vida das pessoas, ainda por cima aumentou esse mesmo imposto, que é o ICMS, o nosso Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que se reflete no preço da gasolina, da energia elétrica, da passagem de ônibus, das compras do supermercado, de tudo aquilo que você compra de bens. Ou seja, o aumento do ICMS tira dinheiro do bolso dos tocantinenses, porque aumentou, no apagar das luzes, de 18%, que já era o maior do Brasil, para 20%.

Nós do Partido Social Democrático, o PSD, entramos com uma ação no Supremo Tribunal Federal para barrar esse aumento.

É lamentável que o Governo do Tocantins vá contra a sociedade e traga mais impostos para os trabalhadores, para quem é empreendedor, para quem quer ampliar o seu negócio e também para aqueles que contratam e geram emprego.

Enquanto o Brasil inteiro se mobiliza por menos impostos, pela simplificação do recolhimento do pagamento da carga tributária, o Governador Wanderlei Barbosa ostenta, sem nenhum remorso, o maior ICMS do país.

Aí vem mais um absurdo: mesmo cobrando mais impostos, o Governo estadual não melhora os serviços à população. A violência, como já falei aqui, esta semana, é uma das maiores do Brasil.

A saúde, como também já falei diversas vezes desta tribuna, tem constante casos de pessoas nas filas intermináveis de cirurgias e pessoas morrendo à espera de um leito.

Não estamos vendo novas empresas chegarem ao estado, infelizmente. E aí não temos também mais empregos. Não vemos investimentos em obras. E para onde está indo todo esse dinheiro? É a pergunta que fica.

Uma coisa é certa, é o cidadão tocantinense que está sendo penalizado em todos os sentidos, mas acredito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que a justiça será feita e que o Supremo Tribunal Federal irá considerar inconstitucional este aumento abusivo do ICE e do ICMS em nosso estado.

Queremos um Tocantins com mais empregos, mais saúde, mais serviços à população e, claro, com menos impostos do que temos nos dias de hoje. Os tocantinenses merecem um governo íntegro, com uma gestão eficiente e que seja primordialmente preocupada com o bem-estar das pessoas. Defendo um governo pautado pelo interesse público, em contraposição a uma gestão que prioriza aumento de impostos e crescente penalização da população, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, querido Senador Irajá.

Como nós havíamos previamente acertado com o Plenário para, quando alcançássemos um número necessário para deliberações, encerrarmos temporariamente a lista de inscritos e começarmos a Ordem do Dia, assim o faremos.

Início da Ordem do Dia.

Encerramos o período do expediente e declaramos aberta a Ordem do Dia, que tem, como primeiro



item da pauta, o Projeto de Lei nº 3.635, deste ano, de S. Exa. Deputada Iza Arruda, que cria o selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno.

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 706, de 2023.

A matéria depende parecer.

A Presidência faz a designação de S. Exa. Senadora Daniella Ribeiro para proferir parecer de Plenário.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Para proferir parecer.) – Bom dia, Presidente.

Cumprimentando V. Exa., cumprimento todos os colegas Senadores e Senadoras, a TV Senado, que aqui está e que nos acompanha, cumprimento todos os servidores desta Casa e, de forma muito especial, cumprimento a Deputada Iza Arruda, autora deste projeto que, de forma muito especial, pelo mês e pelo significado do mês de agosto, hoje o último dia do mês de agosto... E aqui os nossos agradecimentos à Mesa Diretora, também ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco, e a V. Exa., Vice-Presidente, por podermos pautar... tínhamos pautado ontem, mas por força das várias agendas, das atribuições de Presidente da Comissão Mista de Orçamento – com a presença da Ministra Simone Tebet, na audiência pública de ontem –; por força de uma agenda também da Bancada Feminina, como Líder da bancada; com uma agenda no Tribunal Superior Eleitoral e também aqui nesta Casa, no Plenário, com votações importantes como foram as que aconteceram ontem, e por força do horário do término da sessão, nos foi impedido de votarmos ontem.

Porém, aqui estamos para cumprir isso neste momento tão importante e queremos, inclusive, registrar o porquê de essa boneca estar sendo apresentada no momento da leitura do relatório. Trata-se da criação do selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno. A Deputada Iza Arruda, de Pernambuco, estado vizinho ao nosso Estado da Paraíba, no nosso Nordeste, nos dava conta de que essa boneca foi adquirida, é um presente dado por aquela que foi fundadora do Banco de Leite Materno em Angola, numa ação conjunta, numa parceria do Governo de Angola com o Governo brasileiro. Então, ela tem um significado extremamente importante. Eu não vou contar toda a história porque poderia me alongar, mas, para quem tem interesse em conhecer mais, há informações nas redes sociais da Deputada Iza Arruda e também vamos colocar nas nossas redes para que possa ser acompanhado.

Peço até a ajuda do nosso Senado Federal para fazer essa divulgação.

Sr. Presidente, esse relatório trata de parecer ao Projeto de Lei nº 3.635 – e aqui quero cumprimentar também de forma especial a nossa Vice-Líder da bancada, Senadora Margareth Buzetti, que aqui nos acompanha, e em seu nome, Senadora, cumprimento todas as Senadoras da nossa Bancada Feminina, que também acompanham esta sessão via remota –, cria o selo Empresa Amiga da Amamentação para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo.

A proposição, em seu art. 1º, cria o referido selo, a fim de estimular as ações de aleitamento materno. De acordo com o art. 2º, o mencionado selo será concedido pelo Poder Executivo às empresas que atendam aos seguintes requisitos: I) cumprimento das disposições constantes do art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e de instrumentos de negociação coletiva que estabeleçam os direitos da empregada lactante; II) manutenção de local, de horários e de condições adequados para uso das mulheres lactantes para amamentação ou coleta de leite materno; III) execução de campanha interna para conscientizar sobre a importância do aleitamento materno, estimular a doação aos bancos de leite humano e alertar sobre os malefícios do fumo e do consumo de álcool e de drogas ilícitas para o desenvolvimento fetal, bem como para evitar a automedicação; e IV)



iluminação ou decoração de seus espaços externos com a cor dourada – que é o significado, inclusive, está aqui presente na boneca, e já fiz menção a ela, incentivando o aleitamento materno –, no mês de agosto, para conscientizar a comunidade sobre a importância da amamentação, durante a campanha mundial de incentivo ao aleitamento materno.

O art. 3º permite que a empresa utilize o selo em testilha em sua publicidade e em seus produtos ou serviços.

O art. 4º fixa em um ano o prazo de validade do selo em estudo, permitindo a sua revogação em caso de descumprimento das normas laborais.

O art. 5º veda a concessão da premiação em exame a empresas condenadas por infração administrativa ou por exploração de trabalho infantil.

O art. 6º, por fim, determina que a lei oriunda de eventual aprovação do PL nº 3.635, de 2023, entre em vigor na data de sua publicação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Vamos à análise.

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a disciplina da presente matéria encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

Não se trata, ainda, de matéria reservada ao Presidente da República, aos Tribunais Superiores ou ao Procurador-Geral da República, motivo por que aos Parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ela.

Inexiste, também, imposição constitucional de que lei complementar normatize o tema em foco, motivo por que a lei ordinária é adequada à inserção da matéria no ordenamento jurídico nacional.

Inexistem, portanto, óbices formais à aprovação do PL nº 3.635, de 2023.

No mérito, deve-se louvar a iniciativa contida neste projeto de lei.

Agraciar a empresa que estimula a amamentação com o selo em estudo contribui para promover um ambiente laboral mais saudável, em que a maternidade não representa óbice para a manutenção do emprego ou para a progressão funcional.

Proposições no sentido da ora examinada observam o norte traçado pela Constituição Federal no inciso XX do art. 7º, que determina que cabe ao Parlamento brasileiro, mediante incentivos legais específicos, proteger o mercado de trabalho da mulher. Ademais, incentivo ao aleitamento materno é respaldado pelo princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, assim como direito social à saúde (art. 6º da Constituição Federal), sendo o aleitamento uma das ações mais primordiais à sua promoção.

No particular, adota-se estratégia semelhante à concessão do selo ISO 14001 para as empresas que observam as normas ambientais em sua atividade produtiva.

As empresas titulares do referido selo desfrutam de melhor reputação junto ao mercado consumidor, que, cada vez mais, tem optado por dar prioridade ao consumo de produtos e serviços não nocivos ao meio ambiente.

A maternidade e, junto dela, a amamentação são os pilares de uma infância saudável, sendo que o aleitamento materno oferece inúmeros benefícios ao recém-nascido. Nutricionalmente, o leite materno é uma fórmula perfeita para o desenvolvimento saudável do bebê, fornecendo todos os nutrientes necessários para os seus primeiros meses de vida. Do ponto de vista imunológico, ele oferece anticorpos que protegem contra várias doenças. Emocionalmente, a amamentação fortalece o vínculo entre mãe e filho. Além disso, o ato de amamentar também beneficia a saúde materna, reduzindo riscos de certas doenças e contribuindo



para a recuperação pós-parto.

No âmbito do trabalho, a participação ativa das empresas é crucial para garantir que as mães tenham o apoio e as condições necessárias para continuar amamentando após o retorno ao trabalho. A manutenção de locais adequados para amamentação ou coleta de leite materno não é apenas um gesto de empatia, mas, sim, uma ação que reverbera positivamente na saúde e no bem-estar de seus colaboradores e, consequentemente, na produtividade e satisfação no ambiente de trabalho.

Nada mais justo, portanto, que a empresa que as respeite seja reconhecida pelo Estado e possa ostentar tal honraria em seus produtos e serviços, atraindo, com isso, mais clientes para a sua atividade produtiva. A introdução do selo “Empresa Amiga da Amamentação” serve como reconhecimento e incentivo às empresas que contribuem ativamente para uma causa tão nobre.

Através dos requisitos estabelecidos, não se busca apenas a adequação física das empresas, mas também a conscientização sobre a importância do aleitamento materno. Desta forma, quando uma empresa se ilumina de dourado, por exemplo, ela não apenas está respeitando a legislação, mas está, de forma simbólica, iluminando a consciência coletiva sobre a importância da amamentação.

A proposição, assim, merece a chancela deste Parlamento.

Antes de ir para o voto, de forma muito rápida, Sr. Presidente, eu queria fazer uma menção muito especial à Câmara dos Deputados, através da Deputada Iza Arruda e de toda a Bancada Feminina da Câmara, bem como o Presidente Arthur Lira e todos os seus colegas, que certamente foram apoiadores para que pudesse ser encaminhado de forma rápida, no sentido de votarmos esse projeto ainda este mês, dando o testemunho da nossa Presidência da mesma forma e também dos nossos companheiros Senadores e Senadoras, que se unem nesse momento para votar.

E aí, indo para o voto, Sr. Presidente, também faço uma menção que eu acho que, para mim, tem um significado muito especial, que é no dia de hoje também eu tenho, na minha casa, minha irmã, que está prestes a dar à luz, já deu os sinais hoje pela manhã. Já me ligaram foi logo cedo, ou seja, meu sobrinho vai nascer, Eduardo. E, nos próximos dias, meu segundo neto, José, filho de Lucas e de Camila, que também está nesse aguardo.

Estou indo para a Paraíba amanhã, vou estar cuidando de um sobrinho e de um neto. E não só incentivando, mas elas também incentivam outras mulheres. Camila com o segundo filho, Sílvia com o terceiro, mas também pela forma e pela oportunidade, tendo muito leite, também poder doar a quem precisa, para os bancos de leite. Então, daí a importância desses bancos de leite.

Então, aqui, por fim, agradecendo a Deus, sendo muito grata a Deus por estar vivenciando esse momento, como eu disse, dentro da minha casa. E por aquelas que vivenciam momentos como esse, todas as mães, as mulheres, que esta Casa, tendo a honra de ser Relatora desse projeto e dar esse voto, por todas as razões que foram descritas aqui...

Cumprimentando meu querido suplente de Senador, meu querido Diego Tavares, Secretário hoje do Município de João Pessoa, eu gostaria de dizer que o voto, obviamente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.635, de 2023. Mais uma vez cumprimentando a autora e a todas que subscreveram.

Muito obrigada, Sr. Presidente. É assim o nosso voto. (*Palmas.*) (**Íntegra do Parecer nº 128/2023-PLEN-SF - Vide Item 2.1.1 do Sumário**)

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Daniella Ribeiro, pela relatoria. Saudações à sensibilidade, somando-se aos fundamentos da Exma. Sra. Deputada Iza Arruda, jovem Parlamentar Federal.

Bem disse a Senadora Daniella e a Presidência faz questão de mencionar a oportunidade, porque ainda estamos no mês de agosto, que, instituído pela Lei 13.435, é o mês do aleitamento materno. Então,



as nossas saudações.

Porque, de fato, muito gostaria de presidir a sessão o Presidente Rodrigo Pacheco, mas, em face a obrigações e missões fora do Brasil, não o faz. Assim, estamos tendo essa alegria e honra de compartilhar com todas as senhoras desse projeto, que tem simbolismos, mas tem muito mais do que simbolismos, importâncias. Então, à Senadora Relatora e à Deputada Iza Arruda os nossos cumprimentos.

A mim me parece que a nossa querida Senadora Margareth já está inscrita aqui e nós a ouviremos. Senadora Margareth.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Presidente, eu só quero me somar ao relatório da Exma. Senadora Daniella Ribeiro.

E quero dizer que a Deputada Iza Arruda esteve em meu gabinete para que a gente faça esse intercâmbio entre Senado e Câmara e nos apoiemos nos projetos, que hora vêm de lá, hora vão daqui para lá.

O aleitamento materno é muito importante, como também os bancos de leite – não é, Deputada Iza? – para que os bebês cresçam saudáveis.

Então, parabéns pelo relatório, parabéns pela autoria desse projeto, que, para muitos, pode parecer simples, mas não é. É de suma importância o aleitamento materno para uma criança, principalmente se ela nascer prematura. Nós temos que ter bancos de leite que possam ofertar esse leite para esses bebês.

Então, me somo e quero dizer que é um projeto que eu apoio integralmente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senadora. De fato, é um projeto que tem virtuosismos em suas razões explicitadas.

Nós não temos mais senhores ou senhoras que queiram discutir a matéria. E não havendo, portanto, nós encerramos a discussão.

Passamos imediatamente à apreciação da mesma.

A Presidência submete a matéria à votação simbólica.

Em votação o projeto de S. Exa. a Deputada Iza Arruda, cuja Relatoria, a Senadora Daniella Ribeiro já o fez.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado por unanimidade.

A matéria vai à sanção presidencial.

Sendo feita a devida comunicação à Casa das Sras. e dos Srs. Deputados Federais.

Mais uma vez, os nossos cumprimentos a V. Exa., Senadora, e a todos e todas que venham a se engajar com esse propósito, que, de fato, é altamente meritório.

O item 2...

A tempo, quero saudar o Senador Diego Tavares, querido conterrâneo, suplente da Senadora Daniella Ribeiro. Nossas saudações, estimado amigo, sempre muito bem-vindo à sua Casa também.

Item 2.

Projeto de Lei 2.098, de S. Exa. a Deputada Laura Carneiro, que altera a Lei 8.313, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura, às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas





raízes da cultura brasileira.

Pareceres:

– Parecer nº 97, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: S. Exa. Senador Telmário Mota; Relator *ad hoc*: Senador Acir Gurgacz, dois companheiros que não mais estão conosco, mas sempre foram muito queridos e competentes à frente dos seus mandatos;

– Parecer nº 8, de 2023, da Comissão de Educação e Cultura, Sra. Senadora Zenaide Maia, que também foi favorável; e por fim,

– Parecer nº 49, da Comissão de Assuntos Econômicos, S. Exa. Senadora Professora Dorinha Seabra, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Não há, na lista de inscritos, Srs. ou Sras. Senadoras que desejam se utilizar da palavra para debater a matéria.

Portanto, nós encerramos a discussão, passando à sua apreciação.

A Presidência submete a matéria a votação simbólica, com a anuência dos presentes.

Em votação o projeto e a emenda, em turno único, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

**(Parecer nº 129/2023-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.1.2 do Sumário)**

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Sem nenhuma objeção, aprovada a redação final.

A matéria retorna à Câmara das Sras. e dos Srs. Deputados.

O item 3.

Projeto de Lei 3.792, do ano de 2019, de S. Exa. Deputada Rosineide... Rosa Neide – me desculpem –, que cria o selo Empresa Amiga da Mulher.

Pareceres favoráveis ao projeto:

– Parecer nº 44, de 2023, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, S. Exa. Senadora Relatora: Professora Dorinha Seabra; e

– Parecer nº 53, deste ano também, da Comissão de Assuntos Econômicos, S. Exa. Sra. Relatora: Senadora Teresa Leitão.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Não há, na lista de inscritos, quaisquer Senadoras ou Senadores que queiram fazer uso da palavra



para debater o objeto da matéria.

Portanto, nós a encerramos, passando à sua apreciação.

A Presidência submete a matéria à votação simbólica.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do seu parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não há objeção; portanto, o projeto foi aprovado.

A matéria vai à sanção presidencial.

Sendo feita, anteriormente, a comunicação à Casa dos Srs. e das Sras. Deputadas Federais.

Item 4.

Projeto de Decreto Legislativo 930, do ano de 2021, de iniciativa da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de Uso Particular, assinado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.

O Parecer foi favorável e traz consigo o nº 50, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Omar Aziz; Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão.

Não há inscritos para a sua discussão.

Sendo assim, encerramos a discussão, passando à sua apreciação.

A matéria será submetida à apreciação simbólica, direto à votação.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do seu parecer.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não há objeção.

Aprovado o projeto de decreto legislativo.

A matéria vai à promulgação.

Sendo feita a devida comunicação à Câmara das Sras. e dos Srs. Deputados Federais.

Item derradeiro, Sr. Senador Carlos Portinho, Senador Eduardo Girão, Senadora Margareth e demais presentes, de iniciativa da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinada em Montevideu, República Oriental do Uruguai, em 17 de dezembro de 2018.

Parecer favorável nº 54, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Nelsinho Trad, Relator *ad hoc*: Senador Mauro Carvalho Junior.

Não temos inscritos para a discussão desta matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, nós encerramos a sua discussão, passando à apreciação da mesma.

A Presidência submete a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do seu parecer.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de decreto legislativo.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara das Sras. e dos Srs. Deputados Federais.

Nós temos ainda, para finalizar mesmo, item extrapauta. Concluída a pauta da nossa Ordem do Dia, agora é extrapauta.

Requerimento da Senadora Leila Barros e de outros Senadores, que solicita a realização de sessão



especial, destinada à celebração do Dia do Professor. Muito justo.

A Presidência submete a matéria à votação simbólica.

Em votação o requerimento, que tem como sua autora a Senadora Leila Barros.

As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A sessão requerida será agendada pela nossa Secretaria-Geral da Mesa.

Nós concluímos e voltaremos à nossa lista de inscritos.

Como primeiro inscrito, S. Exa. Senador rubro-negro Carlos Portinho. (*Pausa.*)

Está meio triste, mas...

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discursar.) – Senadora Margareth, até hoje a vitória do Cuiabá me pesa. (*Risos.*)

Meus queridos colegas, eu não poderia deixar de subir a esta tribuna esta semana para chamar a todos para um movimento, Sr. Presidente, se possível, para criar uma Comissão, para a gente entender, Senador Girão, por que estão represados os recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Os municípios, durante os últimos anos receberam do Governo Federal, na gestão Bolsonaro, todos os recursos que lhe eram devidos e mais ainda, muito mais, também por conta da pandemia, mas não faltaram recursos. E, agora, a gente vê essa situação que se alastra pelo Brasil, são Prefeitos do Norte, do Nordeste, são Prefeitos do Sudeste.

Eu recebi, Senador Veneziano – eu, Senador do Rio de Janeiro –, mensagens de dois Prefeitos vizinhos à fronteira, mas de Minas Gerais, Senador Girão, pedindo por favor para eu interceder, porque eles não conseguem mais pagar a sua folha de pagamentos, devido aos atrasos no repasse do FPM. E eles, hoje, inclusive, muitos, estão fazendo um *lockout*, uma greve. Deram ponto facultativo, liberaram para mostrar a sua insatisfação ao Governo Federal, muitos que votaram, que pediram votos a este Governo, que os deixa na mão agora.

E se não fosse tão grave essa questão da ausência dos repasses do FPM para os municípios do Brasil, ainda concorre e agrava ainda mais a situação, a falta, os atrasos constantes no repasse dos recursos dos *royalties*. Municípios do meu Estado do Rio de Janeiro, produtores, como Campos e outros tantos que recebem, Maricá, todos eles têm me procurado pedindo para que seja feita alguma coisa. A ANP agora paga os *royalties* com de 10 a 20 dias de atraso.

Como é que os municípios que têm a sua organização, os seus compromissos vencendo, podem sobreviver com o atraso do FPM e outros, que têm direito aos *royalties*, também com atraso nos *royalties*. O que estão imponto aos municípios é um crime!

Então, Sr. Presidente, eu acho que este Senado Federal, que representa os estados – e os estados são compostos pelos seus municípios –, deveria fazer uma Comissão, uma Comissão pluripartidária, porque isso não é ideológico; a gente tem que dar uma solução para isso, saber o que está acontecendo, o porquê de estar acontecendo, fazer uma Comissão para ir ao Governo Federal, junto ao Ministro Haddad, entender por que esses repasses do Fundo de Participação dos Municípios estão represados, por que os *royalties* do petróleo dos municípios... Aí eu falo em nome de todos os municípios que recebem, a grande maioria do meu estado, que é produtor, por que a ANP está transferindo com de 10 a 20 dias de atraso os recursos dos *royalties*.

Muitos municípios só vivem exclusivamente e, infelizmente, do repasse desse Fundo de Participação dos Municípios ou só vivem dos *royalties*, inclusive no andamento de suas obras, de seus investimentos nas cidades.

Este Governo não pode virar as costas aos municípios do Brasil, porque senão a situação ficará ainda



pior para este Governo, que tem meros oito meses e já mostra toda a sua inadimplência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria fazer um aparte, rapidamente, ao Senador Portinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Girão pede o aparte, evidentemente o Senador Portinho bem o recebe. Só pediria ao Senador Eduardo Girão, que bem sabe, que seja dentro do...

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... tempo regimental que concedido foi ao Senador Portinho, que, pela sua capacidade de resumir, mas sem perdas da essência, utilizou apenas cinco minutos.

Senador Girão, apartando o Senador Portinho.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartar.) – Eu não vou nem usar, Sr. Presidente, o tempo que o Senador Portinho deixou, porque eu sei que a Senadora Margareth vai fazer uso da palavra, e depois do Expediente eu também vou; mas eu queria só dizer, parabenizar, Senador Portinho, essa sua indignação da questão do Fundo dos Municípios, porque eu estou sendo abordado também. Eu estive esse final de semana lá no Ceará, fui numa cidade chamada Morada Nova e em Quixadá, que ficam ali no Vale do Jaguaribe e no Sertão Central, e foi uma grita geral dos Prefeitos, dos Vereadores dizendo que a arrecadação caiu 40% em média, agora no Governo Lula. O interessante é que a gente não via isso no ano... no Governo passado; pelo contrário, nunca os Prefeitos e Governadores receberam tanto dinheiro – isso é fato. E eles estão falando isso à boca miúda.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Já até publicamente.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E é importante a greve que está acontecendo hoje, uma paralisação que eu nunca vi na história desta nação – eu não vou repetir “nunca antes na história deste país”, porque isso está marcado com a figura que é o responsável por essa farsa toda que está acontecendo no Brasil, essa quebradeira já. E eu repito: é “aerojanja” para cima, “aerojanja” para baixo, rodando o mundo, gastando R\$200 mil com diária de hotel, comitivas enormes, e o Brasil numa situação deplorável aí, com as contas estouradas; e nada de se cortar na carne, nada de se fazer o dever de casa com responsabilidade, é gastar, gastar, gastar, por projeto de poder, por projeto de poder! Quem vai pagar essa conta é você, brasileiro.

Então, Senador Portinho, importante seu alerta. Estou à disposição para essa comissão, está certo? Porque a gente precisa trazer para cá! Numa paralisação dos 184 municípios do Ceará, já tinha aí 150 confirmados. E essa turma foi uma turma que fez peso para votar neste Governo.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Fez o “L” com força.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Fez o “L” com força, como diz aqui o Senador Jorge Seif.

Mas a verdade sempre vai prevalecer, sempre vence, e o brasileiro está vendo quem é que foi enganado. Na carta aos cristãos... Lembra-se da carta aos cristãos? Você se lembra disso? Aliás, você leu nesse instante a carta aqui, ontem, anteontem. Tudo o que falava, que era a favor da vida em todas as suas etapas, que era a favor de uma vida saudável contra as drogas... Aí o que é que faz quando assume? A sua Ministra da Saúde assina lá, referenda, uma instituição de que ela é parte, o Conselho Nacional de Saúde, para legalizar aborto e legalizar droga no Brasil. Retira, na primeira semana de governo, retira o Brasil do Consenso de Genebra, na primeira semana. Eles não têm nem aquela “vamos deixar passar um



tempo aqui”; não, na primeira semana.

É a ideologia que manda neste Governo, a militância, zero de interesse nacional. Pelo contrário, recebem ditador com tapete vermelho – o que também a gente não podia dizer na época da eleição, que é amigo de ditador – e está aí recebendo o Nicolás Maduro, fazendo o Foro de São Paulo – como a gente diz no Nordeste – nas ventas da gente, embaixo do nosso nariz, aqui em Brasília. E é isso que a gente está vendo, Senador, meu querido amigo.

Cumprindo a determinação, eu devolvo ao senhor com um crédito de 1 minuto e 36 segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Eduardo Girão, pela plena compreensão aos rigores regimentais.

Como a próxima inscrita, S. Exa., querida companheira, a Senadora Margareth Buzetti. Em seguida, Senador Zequinha Marinho.

Senadora Margareth.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discursar.) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pelos canais da comunicação do Senado Federal.

Sr. Presidente, quando assumi esta cadeira como Senadora, jamais imaginei que a pauta feminina estaria entre as minhas prioridades. Sempre trabalhei pela indústria, principalmente pela pequena e média, e pelo agro que emprega e gera renda. Mas confesso que, lendo as notícias e vendo o que acontece diariamente – homem matando esposa, namorada, ex-companheira, por ciúmes –, eu não consigo me calar. E não consigo também entender como essa não é uma pauta de todos nós.

Por isso, no último dia do mês de agosto, estou protocolando um projeto de lei chamado “Pacote Antifeminicídio”, basicamente, para aumentarmos o rigor das penas de todos os crimes que acontecem antes de o homem matar a mulher. Um feminicídio dificilmente vem sozinho, começa com um tapa, um soco, repetidos xingamentos, humilhações, perseguições e ameaças.

Hoje nós fazemos leis e penas altas que são bonitas nas manchetes de jornais, mas qual é o efeito prático delas? O feminicídio é um crime hediondo no Brasil, com pena que vai até 30 anos, e, mesmo assim, uma mulher é morta a cada 6 horas. Esse cara que mata uma mulher, que não tem humanidade, a última coisa em que ele vai pensar é no tempo que ele vai pegar de prisão, por isso que só a pena alta não adianta. Então, eu explico aqui algumas das medidas que irei incluir no meu projeto.

A primeira delas: os senhores sabiam que existe um crime de feminicídio no Brasil? Ele é um qualificador do homicídio. Vamos criar o tipo penal específico e mexer no tempo de pena: aumentaremos a máxima para 40 anos, mas também a mínima para, pelo menos, 20 anos.

Apenas aumentar a pena mínima pode não surtir um efeito tão forte, afinal, ele poderia progredir no regime. Então, também estamos colocando na lei que a progressão será mais rígida.

O ideal seria que não tivesse progressão de pena para um assassino que cometeu um feminicídio – que assassinou uma mulher. Terá um regime diferenciado e muito mais severo para conseguir voltar à rua.

Outro ponto importante é proibir visitas íntimas para esse feminicida.

Senhores, esse homem matou a companheira e o Estado vai deixar que ele se aproxime, dentro do presídio, de outra possível vítima? Acho isso... para mim é o fim da picada.

O crime contra a mulher vem da sedução, do sentimento de posse. Deixar esse cara se aproximar de outra mulher dentro do presídio é recomençar o ciclo da violência doméstica.

Outra medida importante é suspender e cancelar o poder familiar do agressor. Nesse caso, a intenção é proteger também o filho. Digamos, o cara foi preso por espancar a esposa. Quando volta à liberdade, não há nada que proteja a criança e a dor do retorno do agressor. Traz sofrimento para a mulher... tanto



para a mulher quanto para a criança.

Alguns de péssimo caráter usam o filho como desculpa para chegar perto da mulher. Vamos acabar com isso também.

Medida protetiva. As penas que descumprem a medida protetiva imposta pela justiça são muito baixas; também iremos aumentá-las.

Chamo atenção aqui, colegas, para a necessidade de aumentarmos as penas dos crimes de ameaça de lesão corporal, crimes contra a honra e vias de fato quando forem cometidos contra a mulher, porque é aí que vamos conseguir quebrar o ciclo que leva até a morte.

É diferente um tapa, em uma discussão, da prática de bater na namorada e aumentar, assim, a sensação de que ele é dono dela.

A impunidade vai fazendo o homem acreditar que pode fazer o que quiser até chegar ao cúmulo de matá-la. Se ele já for preso no início das agressões, é aqui que de fato poderemos salvar vidas.

Um monstro que chega à frieza de tirar a vida da companheira não está nem aí para o que diz a lei. Faz e pronto, não tem medo da lei. Mas se ele for punido no início das agressões, a história daquela vítima pode ter outro desfecho.

Queremos também que, como medida cautelar, aquele homem que descumpriu a medida protetiva use tornozeleira eletrônica. É uma forma de ser monitorado pela polícia e de pensar duas vezes antes de cometer o crime.

Enfim, Sr. Presidente, um pacote antifeminicídio, porque – na minha visão e na visão de juristas que consultei –, só assim conseguiremos talvez mudar um pouco essa realidade brasileira.

E vale lembrar que a nossa sociedade está avançando. As mulheres já conseguem ter o respeito que há cem anos não tinham.

Não somos, colegas Senadores... É isso. Somos mortas no Brasil porque o sentimento que a sociedade mantém, através de gerações, é o mesmo que um Deputado falou em 1934, de que somos objetos adquiridos pelos homens – não somos, colegas Senadores.

Esse discurso que se encerra aqui entra para as mesmas notas taquigráficas que acabo de citar.

Fica aqui o registro histórico de que nós conseguimos votar e conseguimos representar a sociedade e vamos conseguir, sim, fazer as mudanças que a sociedade precisa, pelas minhas filhas, pelas minhas netas, pelas suas filhas e netas de todos os brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Queridíssima Senadora Margareth, os nossos cumprimentos por trazer à tribuna mais uma vez esse assunto, ele não se exaure. Não há de se exaurir enquanto tantos e tantos fatos se multiplicam. E me refiro aos fatos que se evidenciam, em todos os recantos do nosso país, de agressões inconcebíveis às mulheres. Por essa razão – V. Exa. bem o sabe, como também a Bancada Feminina –, tem havido, por parte da mesa e do Presidente Rodrigo Pacheco, como também anteriormente do Presidente Davi Alcolumbre, um total comprometimento com as pautas dirigidas pela Bancada Feminina. Nada mais senão a nossa obrigação em fazê-lo.

Meu querido Senador Zequinha, deixe-me só justificar: o Senador Paulo Paim foi o primeiro inscrito. Quando eu o convidei, ele aqui não estava, ele chegou agora e está de voo marcado. E o Senador Zequinha, como de costume, com a sua cavalheiresca postura...

Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Muito obrigado, Senador. Veneziano. Muito obrigado, Senador... Quem cedeu o lugar?



*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Zequinha. Senador Zequinha, mais uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Na verdade, Senador Paulo Paim, V. Exa. foi o primeiro inscrito. Eu fiz o chamamento, V. Exa. não estava. O Senador Zequinha é o nosso sétimo inscrito. E, portanto, a compreensão da sua chegada que o Senador Zequinha tem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Zequinha, pelo entendimento; Senador Girão, que está aqui também. Estamos acertando um debate na CCJ – não é, Senador Girão? – por proposição sua sobre a política de cotas, uma audiência pública. E vou propor que seja exatamente como o senhor assegurou. Se der, discute e vota no mesmo dia – se der –, claro, quem decide isso é o Sr. Presidente.

Mas, Presidente Veneziano, eu queria falar rapidamente sobre alguns temas, e, naturalmente, não vou fugir dos dez minutos, porque eu é que estou com pressa, para não perder o voo. O primeiro tema tem a ver com o meu Estado, o Rio Grande do Sul. Quero saudar o Governo do Presidente Lula pelo lançamento do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), no Rio Grande do Sul. O programa vai investir R\$75,6 bilhões em obras e serviços para melhorar a vida da população gaúcha.

Entre as obras elencadas, está a duplicação da BR-116, Porto Alegre-Pelotas; a construção de acesso à nova ponte do Guaíba; a adequação do trecho Porto Alegre-Novo Hamburgo, BR-116; duplicação da BR-290, trecho Eldorado do Sul-Pântano Grande; barragem do Arroio Jaguari; a barragem do Arroio Taquarembó; e moradias do Minha Casa, Minha Vida.

O novo PAC inclui novos eixos de atuação, entre eles:

- inclusão digital: o investimento é, no Rio Grande do Sul, de R\$2,8 bilhões;
- saúde: serão construídas novas unidades básicas de saúde, policlínicas, maternidades e compradas mais ambulâncias para melhorar o acesso ao tratamento especializado. O investimento no Rio Grande do Sul, nesse caso, é de R\$1,4 bilhões;

- educação, ciência e tecnologia: modernização e expansão de institutos e universidades federais, escolas em tempo integral, creches. O investimento no Rio Grande do Sul é R\$15,2 bilhões;

- infraestrutura social inclusiva: acesso da população a espaços de cultura, esporte e lazer; redução da violência. O investimento no Rio Grande do Sul, nesse caso, é de R\$400 milhões;

- cidades sustentáveis: melhor qualidade de vida para a população, novas moradias do Minha Casa, Minha Vida, financiamentos para a aquisição de imóveis. O novo PAC investirá, também, na modernização da mobilidade urbana de forma sustentável: urbanização de favelas, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e contenção de encostas e combate a enchentes. O investimento é de R\$14,3 bilhões;

- água para todos: água de qualidade em quantidade para a população, revitalização das bacias hidrográficas em ações integradas de preservação, conservação e recuperação. O investimento, nesse caso, aqui, no Rio Grande do Sul, R\$2,5 bilhões;

- transporte eficiente e sustentável: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Investimento no Rio Grande do Sul, R\$16,2 bilhões;

- transição e segurança energética: diversidade da matriz energética. O investimento no meu Estado do Rio Grande do Sul é de R\$12,3 bilhões nessa área;

- inovações para a indústria da defesa: investimento, no Rio Grande do Sul, de R\$10,6 bilhões;

O novo PAC vai investir R\$1,7 trilhão em todos os estados do Brasil, em parceria, claro, com o





Governo Federal, estados, municípios e setor privado.

Eu não tenho nada contra parceria público-privada e deixo aqui registrada a minha concordância nessa política que o Presidente Lula está anunciando.

A previsão é de que 4 milhões de empregos serão criados. É o Brasil avançando.

Presidente, como eu vou viajar e nós temos... Eu vou para aeroporto e nós teremos aqui votação virtual – eu vou participar na terça, na quarta, em todos os dias que tiver –, eu queria deixar registrados aqui alguns pronunciamentos que eu faria durante a semana. Um deles, salvo registro...

Vou ficar exatamente nos dez minutos. Compromisso – como é que se chama? – de escoteiro. “Juro”, como diz o outro, como nós dizíamos quando éramos moleques. Tudo tinha que se jurar.

Mais uma vez, Senador, eu queria deixar registrado, com enorme satisfação, que para celebrar o marco na luta pelo fim da violência contra as mulheres, sessão especial foi feita aos 17 anos da Lei Maria da Penha.

Vida longa a todos aqueles que defendem as mulheres! É uma covardia qualquer tipo de violência, e, contra uma mulher, eu diria que é mais grave ainda. Então, já fica aqui o meu pronunciamento feito.

Contratação de pessoas retiradas do trabalho escravo. Um pronunciamento que já fiz de improviso, mas está aqui na íntegra. O projeto é da Senadora Augusta Brito, muito interessante o projeto, que garante que, em qualquer cidade do país onde forem encontrados trabalhadores sob escravidão, em todos os contratos que forem feitos ali com o setor público, município, estado e União terão que ser contratados trabalhadores que foram salvos desse regime de escravidão. É educativo e é um compromisso que todo o município vai ter que assumir de combater o trabalho escravo.

Por fim, Presidente, eu não poderia deixar de registrar – na semana foi tanta correria – que estava trabalhando muito para aprovar a política de cotas para garantir que alunos de escolas públicas, brancos, negros, índios, enfim, deficientes, todos tivessem acesso à universidade pública federal. Felizmente, conseguimos aprovar por unanimidade na Comissão de Direitos Humanos e foi agora para a CCJ. E, claro, vamos ter votação, daí nominal, que provavelmente não será nesta quarta, mas na outra quarta. Acertei com o Senador Girão que, independentemente do debate que faremos – não é, Senador Girão? –, teremos naquela Comissão uma audiência pública. E eu tenho certeza que o Senador Davi Alcolumbre, que é o Presidente, concordará com esse encaminhamento.

Por fim, Presidente, eu tenho que cumprimentar – porque tem muito a ver com essa luta – o Presidente Lula pela viagem que fez ao continente africano. Além da Primeira-Dama Janja da Silva, também acompanharam o Presidente o Ministro da Fazenda Fernando Haddad, o Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira e a Ministra da Igualdade Racial Anielle Franco. Posteriormente, uma comitiva de Deputados e Deputadas da bancada negra se integrou ao grupo, que é mais do que natural. Eu não estou aqui fazendo nenhuma reclamação não, porque a bancada e os ministros me convidaram, se eu quisesse ir junto – inclusive, o ex-Senador Jorge Viana, que é um dos representantes das relações internacionais, também havia me convidado... Mas o meu coração estava com cada membro dessa comitiva, compartilhando os valores e os objetivos que nos unem. Mais de 60 empresários também a acompanharam, sinto-me envolvido por fazer parte dessa jornada de cooperação e amizade. O Brasil tem uma história de laços estreitos com o mundo todo cada vez mais e, nesse caso aqui, com os países africanos, uma história que carrega a busca constante pela igualdade.

Senador Presidente Veneziano e demais Senadores, conforme relatos divulgados e do próprio Presidente Lula, a viagem foi muito positiva, com uma agenda robusta, acordos para cooperação econômica, aprofundamento das relações entre países do Sul Global, o fortalecimento do multilateralismo e a necessidade de reformas estruturantes no sistema internacional. Primeiramente, Lula esteve na África do Sul, entre os dias 22 e 24 de agosto, para a 15ª Cúpula dos Chefes de Estado do Brics, grupo formado pelo



Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, chefes de Estados ou de Governos dos continentes africano e asiático, além da América Latina e Oriente Médio. Foi a grande primeira reunião presencial pós-pandemia.

Vinte e dois países já manifestaram formalmente interesse em integrar o Brics. Foi encaminhada a ampliação de bloco com a inclusão da Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã.

O Presidente Lula destacou que o grupo chega – nesse um minuto eu termino, Presidente – a 36,7 do PIB, de paridade de compra, indicador superior ao do G7, apontando a força conjunta como uma vitória dos emergentes.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Também foram discutidas questões sobre o novo banco de desenvolvimento, o banco do Brics, relativo ao uso de moedas locais ou de uma eventual unidade de referência de Brics para todas as transações comerciais. Nos dias 25 e 26, ele esteve em Luanda, capital de Angola. Na pauta a cooperação bilateral e o reforço das ligações históricas.

Lula ainda participou da Assembleia Nacional de Angola e de um evento empresarial com mais de 60 empresários brasileiros, que foram para interagir em negócios de interesses do Brasil e o fizeram com muita competência, pelas informações que recebi. Foram fechados 25 acordos de cooperação para o desenvolvimento agrícola, além de atos de cooperação em áreas como saúde, educação, empreendedorismo e comércio exterior.

No domingo ele esteve em São Tomé, capital de São Tomé e Porto Príncipe, participando da 14ª Conferência de Chefes de Estado das comunidades dos países de Língua Portuguesa. A entidade tem como membros Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. E ali foram assinados inúmeros acordos.

Agradeço muito a V. Exa. Agradeço aos Senadores pela oportunidade que me deram aqui para que eu fizesse esse pronunciamento, sabendo que eu já anunciei que iria para o aeroporto.

Presidente, eu sei que o Senador Simon ainda se encontra aqui no Congresso. E ontem eu ia fazer uma pequena fala aqui em homenagem a esse querido Senador, que, queiram ou não queiram alguns, já é uma lenda viva. Ele é um marco para todos nós. Eu tive a alegria de viver com o Senador Simon aqui durante longos anos. Sentava de um lado o Zambiasi e do outro lado o Senador Simon. Eu quero então deixar esse pequeno registro aqui, que eu ia fazer ontem, mas ontem tinha votação nominal e não foi possível, embora todos nós o tenhamos aplaudido aqui com o maior carinho. Eu tive o prazer de entrar junto com ele, com a esposa Ivete e o filho Pedro.

Deixo para registro.

É com muito carinho que ontem eu participei aqui de uma pequena recepção carinhosa e respeitosa de homenagem ao grande Senador Pedro Simon, acompanhado de sua esposa, Ivete, do filho Pedro, da nora Míriam e da neta Isabela, acompanhado de seus amigos e pares.

O Senador Pedro Simon representou o Estado do Rio Grande do Sul no Senado Federal de 1991 a 2015, e eu estava aqui como Senador também. Eu tive a honra de dividir a bancada gaúcha com esse ilustre amigo, Senador Pedro Simon. Simon, quando realizei – lembro eu aqui – uma greve pelo salário mínimo – eu lá na Câmara e ele, Senador –, o Senador Simon e a sua família, no meio da noite, foram lá me dar um abraço.

*(Soa a campanha.)*



**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu faço esse registro em respeito a esse Senador.

Receber essa visita é motivo de muito orgulho e de boas lembranças. Quando debatemos as cotas, eu lembrei ontem na Comissão – por coincidência elas foram votadas ontem na CDH – de um telefonema que o Senador Simon me deu no momento em que ia para votação na CCJ. Ele disse: “Paim, tudo certo? É assim que nós queremos a política de cotas”? E eu disse: “sim, Senador. É isso aí”. “Conte com o meu apoio”. E ele foi fundamental naquela decisão, naquela Comissão, que deve votar, daqui a duas semanas, outra vez, porque vai ter que renovar de dez em dez anos.

Lembrei-me de outro fato histórico dele, Senador Simon, ocorrido em junho de 2008, quando ele segurou aqui na tribuna, por seis horas, para não fechar a sessão, porque iriam votar um empréstimo importantíssimo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para o Rio Grande do Sul e faltava vir do Palácio do Planalto. O Palácio do Planalto dizia: “se vocês segurarem até meia-noite, eu mando ainda hoje, e vocês poderão aprovar”.

O Presidente da Casa concordou, fomos nos revezando na tribuna, com o Zambiasi, com ele, mas ele foi o que segurou mais, até pela experiência dele, pelo conhecimento. Ele ficou horas e horas na tribuna.

Então, faço aqui também essa homenagem.

A mensagem, como eu dizia, foi lida naquele dia e aprovada antes do recesso parlamentar.

Lembro também o requerimento que se encontra nesta Casa de uma sessão especial em homenagem aos 90 anos do meu amigo Simon. Lamentavelmente, devido à pandemia, não houve essa homenagem, mas tenho certeza de que ela vai acontecer.

Termino dizendo, meu amigo Simon, você foi uma das estrelas que brilhou no palco do movimento pelas Diretas Já! Eu estava lá com ele, nos palanques, eu, como sindicalista ainda.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi o grande líder do MDB gaúcho na defesa da democracia, junto também, lembro aqui, de Ulysses Guimarães.

Neste momento, eu apenas agradeço também, Sr. Presidente, ao Senador Rodrigo Pacheco, com quem falei ontem. O Senador Simon tem em torno de 150 publicações com o trabalho feito aqui no Senado. E ele pediu, então, se pudéssemos, para editar na gráfica do Senado uma dessas para ele lançar. E, como homenagem a ele, nós todos estaríamos lá em Porto Alegre.

O Presidente Rodrigo Pacheco, de pronto, ontem aqui, conversando, disse: “nós vamos providenciar essa edição dessa publicação que vocês estão solicitando ao Senador Pedro Simon”.

Eu estou aqui há muito tempo, Presidente, estou aqui há quase 40 anos. Aqui, eu vi passar, não precisava ser como Parlamentar, figuras ilustres em audiências públicas, em debates.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Simon é do tempo de Brizola. O Simon é do tempo de Ulysses Guimarães, do Cabral, que foi Relator da Constituinte. Nós tivemos grandes oradores como Mário Covas, e o Simon é desse tempo.

Essa safra, permitam-me que assim eu diga, era de grandes oradores. São oradores que, quando falavam aqui, você não via o barulho de uma mosca no ar. Parece que, se tivesse alguma mosca, ela sentava e ficava olhando. Esses grandes oradores, com o tempo – e V. Exa. é um grande orador –, naturalmente,



nós voltaremos a ter nas duas Casas.

Senador Simon, um abraço! Noventa e dois anos! Continua um guerreiro.

Encerrei, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Ele informou ontem... Inclusive, muito singelamente, Senador Paim, até porque o senhor não pode perder o avião, não corra, nós estávamos na CCJ, o Senador Eduardo Girão e outros companheiros, quando da chegada do Senador Pedro Simon, e, acertadamente, quebrando o Regimento, porque há aquelas situações que a gente precisa entender, foi dada a oportunidade ao ex-Senador de poder fazer algumas rapidíssimas menções. E nós nos levantamos, como deveríamos ter nos levantado, e aplaudimos uma referência desta Casa e, muito mais, uma referência política nacional.

O Rio Grande do Sul tem todos os motivos para orgulhar-se de um membro, de uma figura política da estirpe, da cepa, que o nosso Pedro Simon sempre demonstrou.

Agora, ele disse ontem que já tinha completado 93 anos, e com uma lucidez extraordinária, apenas com alguns problemas motores, mas...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Veja a lucidez dele, eu disse 92, e ele reafirmou que são 93.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – São 93, de fato, e ele merece. E esse compromisso já firmado pelo Presidente Pacheco em nome da Casa Senatorial é pequeníssimo diante de tudo aquilo que devemos fazer. E que Deus possa prover uma longevidade maior de vida a Pedro Simon.

Quero saudar o gesto da Presidência, do Senador Rodrigo Pacheco, que já se comprometeu em fazer essa compilação de inúmeros trabalhos e, sem sombra de dúvidas, qualificados trabalhos, oferecidos por uma inteligência diferenciada e por um coração apaixonado, detentor... Observava muitos dos seus pronunciamentos aqui, enquanto Senador, que fazia com paixão, com o convencimento daquilo que dizia.

Um grande abraço, bom retorno ao seu Rio Grande do Sul, e recomendações ao povo gaúcho, estimado e querido Prof. Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Veneziano.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Zequinha.

Quero fazer um registro, até a chegada do estimado Senador Zequinha, querido, atencioso, educadíssimo Senador Zequinha Marinho, dos jovens, Senador Zequinha Marinho, que se encontram em nossas galerias. São alunos e alunas do primeiro ano do ensino médio no Colégio Rio Branco de Campinas – São Paulo.

Sejam todos muito bem-vindos.

A Casa fica mais feliz, alegre e bonita com a presença de vocês, viu?

Senador Zequinha.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PA. Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente.

Nossa saudação também aos nossos estudantes.

Bem-vindos à Casa. É bom estar aqui numa terça-feira ou numa quarta, quando o negócio está pegando fogo, para vocês sentirem de perto o clima do Parlamento.

Eu quero, antes de fazer o discurso que vim aqui realizar nesta tarde, registrar três grandes eventos da agropecuária paraense, começando por Xinguara, querida cidade de Xinguara, na região Sudeste do Estado do Pará, que vai abrir sua 24ª Expofax. É o que a gente chama de Fax, Feira Agropecuária de



Xinguara.

Essa abertura é sempre caracterizada por uma grande cavalgada, Presidente, talvez a maior cavalgada do Brasil, que se faz na cidade de Xinguara. Coisa mais linda do mundo, e o povo vai para a rua exatamente para recepcionar, para participar, para aplaudir, e daí até o domingo da semana seguinte.

A exposição traz novidades de todas as áreas, palestras, seminários, muita máquina nova, muita tecnologia, muita coisa boa. Minha saudação, não só à Diretoria do Sindicato, Dr. Joel Lobato, Henrique, Onício... A essa turma que ajuda fazer e acontecer esses grandes eventos, como todos os amigos envolvidos, direta ou indiretamente, minha saudação. Estou aqui me doendo porque não prestei atenção na agenda e fiz agenda para outras regiões, mas eu chego lá antes de acabar. Então, boa cavalgada a todo mundo e uma feira maravilhosa para Xinguara.

De igual forma, Capanema, já na outra região, região nordeste do Estado do Pará. Capanema também abre dia 2, no sábado, assim como Xinguara, é claro, e dessa nós vamos participar um pouquinho. E Castanhal, grande Castanhal, ali pertinho de Belém, a 60 quilômetros. Em Castanhal já é a 54ª exposição. O Presidente do Sindicato, Almir Campos, convida todo mundo para estar lá. E a gente quer prestigiar também esse evento. Nosso abraço a todo o povo de Castanhal e parabéns pela realização da sua 54ª Feira de Exposição Agropecuária.

Presidente, Srs. Senadores que nos acompanham, senhores que estão ligados na TV Senado e nos meios de comunicação, hoje, subimos à tribuna neste Parlamento para falar sobre a Carta Aberta dos Evangélicos Brasileiros aos membros do Supremo Tribunal Federal, ao nosso STF, e também endereçada ao Congresso Nacional, sobre a ADPF 442, que trata da descriminalização do aborto. A carta foi publicada nessa segunda-feira, dia 28, e expõe a posição dos pastores, líderes e entidades evangélicas contra a pretensão suscitada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ADPF 442. A carta lembra que, abro aspas:

A fé cristã nos ensina que o homem e a mulher foram criados à imagem e semelhança de Deus, de modo que cada ser humano é portador de uma dignidade intrínseca e inalienável conferida pelo próprio Criador. A vida humana, assim, é uma dádiva divina e, como tal, deve ser respeitada e protegida desde o momento da concepção até a sua morte natural.

Na ADPF 442, o PSOL, partido conhecido de todos nós, autor da ação, alega que a criminalização do aborto até a 12ª semana de gestação ofenderia os direitos fundamentais das mulheres à vida, à liberdade, à integridade física e psicológica, à igualdade de gênero, à proibição de tortura ou tratamento desumano ou degradante, à saúde e ao planejamento familiar.

Mas, meus senhores, e o que fazer com o art. 5º de nossa Constituição, que defende a inviolabilidade ao direito à vida? Vamos rasgar a Constituição, esquecê-la? Tempos atrás, fazia-se tudo para protegê-la. Lamentavelmente, hoje, forças se levantam para acabar, para destruir, para rasgar esse livro que podemos comparar com a bíblia da cidadania.

A garantia do direito à vida humana, em todas as suas etapas, desde o seu desenvolvimento, é um dever do Estado brasileiro e se dá tanto pela promoção positiva desse direito quanto por penalidades aplicadas quando este é violado por meio de sanções civis e penais cabíveis.

Nessa perspectiva, o Código Civil brasileiro confere ao nascituro direitos patrimoniais, no art. 542, bem como direitos civis de modo geral, no art. 2º, e a jurisprudência lhe concede, inclusive, legitimidade para ser indenizado por danos morais.

Vamos ter que rasgar também o Código Civil.

Vejam, meus senhores, que incoerência! Apesar de o Estado ter o dever de proteger a vida, a Defensoria Pública da União ousou ir além dos seus limites, e foi alvo de uma série de críticas feitas pela



sociedade.

Este discurso deveria ter sido feito ontem.

De hoje até amanhã, sexta-feira, a DPU realizará o seminário com o título “Saúde e bem-estar da mulher: diálogos entre o ODS 3 e o ODS 5 da Agenda 2023 da ONU”.

Nesse evento, a Defensoria tinha reservado espaço na programação para um tal de painel denominado “Direitos sexuais e reprodutivos da mulher – acesso ao aborto legal e telemedicina”. Aborto legal! O que a nossa Defensoria Pública está entendendo da vida? Aborto legal! Misericórdia! É o que a gente diz sempre por aí.

Numa breve visita ao *site* da DPU, verificamos que a missão da Defensoria – está escrito lá – é proteger e promover os direitos humanos, garantir a orientação jurídica e defender os direitos dos vulneráveis para assegurar o respeito à cidadania, ao Estado democrático e à dignidade humana.

Será que a nossa DPU se esqueceu disso? Era bom pegar o caderninho e dar uma olhada, porque, senão, a gente vai começar a fazer as coisas de forma bem diferente, embarcando na questão ideológica, que conduz a um abismo interminável.

Felizmente, a DPU parece ter voltado atrás e retirou da programação tal painel. Apesar da retirada, essa tentativa da Defensoria Pública da União é um exemplo do que temos sofrido em relação às pressões para a descriminalização do aborto.

Em julho deste ano, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) publicou a Resolução nº 715, dispondo orientações estratégicas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PA) – ... para o Plano Plurianual e para o Plano Nacional de Saúde.

O documento apresenta 59 orientações estratégicas. Lá pelo item 49, o conselho fala na legalização do aborto e na legalização da maconha no Brasil.

Mais uma vez, misericórdia! Que autoridade tem o Conselho Nacional de Saúde para tratar sobre legalização do aborto ou da maconha? Esse povo foi votado para quê? Eu não conheço, não existe isso. Esse é um debate da sociedade, que está representada aqui, no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara Federal.

Tem gente saliente, como se diz lá no meu interior, que não sabe o seu limite, não conhece a esfera da sua atuação e se mete em querer dar conselhos e opiniões onde não deveria.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PA) – Presidente, só mais um minutinho.

Aqui gostaria, Presidente, de parabenizar o Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco, pelo artigo publicado no último dia 25 no jornal *Folha de S.Paulo*. E eu concordo, concordo quando ele diz que o ativismo judicial tem definhado a democracia brasileira.

Não podemos tolerar um Poder Legislativo enfraquecido em relação aos demais Poderes. Cabe a este Congresso a função de debater a opção de política criminal, seja no tocante ao tráfico de drogas, seja na questão do aborto. Ninguém mais, por mais que queiram se habilitar de qualquer forma.

É o Poder Legislativo que se encarrega da elaboração das leis, expressando os valores...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PA) – ...



e a vontade popular. Não é o Executivo, não é o Judiciário e muito menos um conselho ou qualquer um – aqui, no caso, o Conselho Nacional de Saúde ou a Defensoria Pública da União.

Encerrando, Sr. Presidente, trago mais uma vez aqui a pesquisa do Ipec que foi realizada no final do ano passado. Essa pesquisa revelou que 70% da população brasileira é contra o aborto. Será que os senhores não acompanham o que a imprensa publica, o que acontece? Pelo amor de Deus.

Deixo aqui um apelo, apelo aos ministros do Supremo Tribunal Federal: que, do alto da sua lucidez, suspendam o julgamento da ADPF 442.

Concluo com mais um trecho da carta aberta dos evangélicos pelo Brasil afora.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PA) –  
Abro aspas:

Cabe, então, ao Estado Brasileiro, em colaboração com a sociedade civil organizada, reafirmar o valor da vida humana por meio de políticas e ações que visem à promoção simultânea do bem-estar e florescimento humano da mulher e do bebê. Frente às dificuldades enfrentadas pelas mulheres brasileiras, é preciso afastar os malignos incentivos econômicos e sociais à prática do aborto.

Muito obrigado, Presidente, inclusive pela tolerância ao sair do tempo, mas era necessário concluir essa palavra porque tem que ser desta Casa que nós temos que partir para esses debates, e não nos submeter a algumas instituições sem nenhuma legitimidade para poder debater um tema tão fino e tão caro...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PA) – ...  
para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Eu é que agradeço, em nome da Presidência, Senador Zequinha, a sua compreensão no momento em que entendeu, os seus gestos, e nós temos esse entendimento aqui. Gozamos, e nutrimos, e cultivamos as relações mais cordiais de tratativas. E V. Exa. ficou aguardando gentilmente para que o Senador Paulo Paim pudesse fazer a sua exposição.

Ao tempo que cumprimento também o nosso querido e amado povo do Pará, no caso de Xinguara, Município de Xinguara – não é isso? –, pela maior cavalgada...

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pronto, perfeito. Recebam os nossos cumprimentos os organizadores e o povo de Xinguara. Um abraço, Senador Zequinha.

Senador, nosso último orador – às vezes, ele intercala a condição de primeiro orador e último orador, mas sempre está à tribuna –, Eduardo Girão, seja bem-vindo.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu Presidente, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Antes de começar meu discurso, eu tenho que parabenizar o Senador Zequinha Marinho pela coragem, pela ousadia de se posicionar com relação a esse tema, em que 80% do povo brasileiro está com o senhor,





sabe que a prerrogativa é desta Casa, a competência para legislar sobre vida, sobre drogas. E o senhor foi muito feliz quando falou que 80% da população brasileira é contra o aborto.

E o teleaborto, porque a DPU estava fazendo um seminário hoje, absurdo, sobre esse tema, mas felizmente cancelou, porque seria uma tragédia sem precedente... Que esse Governo é a favor do aborto todo mundo sabe, mas as instituições não podem se meter nisso, têm que ter esse respeito à lei do Brasil. E nós é que fomos eleitos para fazer essa legislação.

Sobre a cavalcada do seu município, parabéns, só que lá em Fortaleza, na capital cearense, que é praiana, teve uma cavalcada na cidade. Olha que coisa interessante, no meio das ruas, passando pelos *shoppings*. E eu tive a oportunidade de ir. Foi no ano passado e foi muito marcante também.

Eu quero falar hoje, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, assessores aqui presentes, funcionários desta Casa, brasileiras e brasileiros que estão nos assistindo pelo trabalho da equipe da TV Senado, da Rádio Senado e da Agência Senado, sobre uma ameaça que nós todos estamos vivendo agora. Eu tenho que insistir nesse tema para quem não acordou ainda acordar, se despertar, que é a ditadura, a nova ditadura que nós temos no Brasil.

Todas as ditaduras do mundo possuem suas polícias particulares. A mais famosa e trágica da história foi a Gestapo, sigla formada pela contração de duas palavras em alemão que significam Polícia Secreta de Estado.

Em 1933, houve um estranho e muito suspeito incêndio do Reichstag, o Parlamento alemão, que é quando Hitler, na época ainda Chanceler, se aproveita para restringir as liberdades individuais e criar a Gestapo, com o poder de monitorar a vida das pessoas e realizar, abro aspas, “prisões protetivas”, detendo todos os indivíduos que representassem uma ameaça ao sistema, ao sistema dominante. Todos conhecemos o trágico fim, cuja imagem mais degradante e chocante foi o holocausto.

O Brasil vem assistindo à construção de uma nova ditadura, sem golpe militar, articulada pelo Governo Lula, através de seu Ministro da Justiça Flávio Dino e alguns integrantes do STF. Vamos aqui ressaltar apenas alguns desses sinais inequívocos.

Ao tomar posse, o novo Diretor da Polícia Federal Andrei Rodrigues disse que não permitiria a influência política na Polícia Federal, nessa instituição tão renomada, tão acreditada pelo povo brasileiro até então, mas, em uma de suas últimas declarações, agora, na semana passada, todos nós nos surpreendemos quando ele falou que o Brasil e a democracia brasileira respiram graças a Alexandre de Moraes. O Diretor-Geral da Polícia Federal disse isso.

Visando a atender o abusivo ativismo judicial do Ministro com os famigerados inquéritos das *fake news* e dos chamados atos antidemocráticos, um delegado da PF fica praticamente à sua disposição, funcionando como uma verdadeira polícia particular, nos mesmos moldes da Gestapo. Interessante é que esse delegado da Polícia Federal não se subordina – parece não se subordinar – ao Diretor-Geral da Polícia Federal, e sim ao Ministro Alexandre de Moraes. Olha só a inversão! É uma arrumação, algo que é estranho demais.

Para impedir o tamanho desvio, dei entrada, em 2020, na PEC 15/2020 para garantir, de fato, a total independência da Polícia Federal. Eu entrei em 2020! Parece que eu estava adivinhando. Em 2020, eu entrei com essa PEC 15, de 2020. Infelizmente, não tramitou na Casa, mas o objetivo é a autonomia, a independência da Polícia Federal, independente de governo. Se é governo de um lado, se é governo de outro, de centro, de direita, de esquerda, não interessa! A Polícia Federal tem que ser independente, não tem que estar dando declaração política para ninguém.

Em um dos seus últimos pronunciamentos, realizado em Parintins, no Estado do Amazonas, Lula, o Presidente Lula, elogiou a prisão de uma pessoa, em Santarém, por ter feito ameaças e bravatas à sua pessoa, ultrapassando deliberadamente o estreito limite entre a preservação da segurança nacional e o



respeito às liberdades individuais, muito semelhante aos recentes episódios envolvendo o casal Mantovani, no Aeroporto de Roma, e o Ministro Alexandre de Moraes, que, imediatamente, aciona a Polícia Federal com o claro objetivo de intimidar e demonstrar poder sobre a população. Está certo isso?

Um dos primeiros passos dessa construção se dá em 2019, quando o Supremo Tribunal Federal, por seis votos a cinco, altera o julgamento feito em 2016, com o fim da prisão em segunda instância. No dia seguinte a essa decisão tendenciosa, Lula é liberado da prisão onde cumpria pena de doze anos por ter liderado o maior esquema de corrupção da história do Brasil – corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, enfim, uma série de acusações. E ele foi citado em centenas de delações premiadas, de onde caiu dinheiro – e não foi do céu! O dinheiro foi devolvido por corruptos que citaram o Presidente Lula. Que história é essa? Esse dinheiro veio de onde? E essas pessoas estão soltas? Isso é um desrespeito ao cidadão de bem, à ética nesta nação.

Nesse mesmo ano de 2019, o STF decide abrir o famigerado inquérito das *fake news*, em que um único Ministro acusa, investiga, julga e condena sem direito a nenhum recurso de apelação. Rasgou a Constituição. O devido processo legal não existe mais no país. Está aí o dia 8 de janeiro para mostrar as pessoas que entraram, seguindo aí o maria com as outras, e caíram numa armadilha, e não tiveram acesso aos autos os seus advogados. Nós fizemos sessões aqui no Senado Federal, na Comissão de Segurança Pública, para ouvir advogados e familiares, mais de nove horas de sessão. E é importante que quem não assistiu ainda vá lá no YouTube para ouvir os depoimentos chocantes e, em pleno século XXI...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... o que a gente está vendo aqui no Senado Federal.

Em 2022, durante as eleições presidenciais, o TSE funciona, no meu modo de ver, como um verdadeiro partido político, beneficiando explicitamente apenas um lado ideológico, que foi o do Presidente Lula. Chegou a ponto de proibir que fossem divulgadas verdades históricas e públicas sobre o então candidato Lula, como, por exemplo, sua condição de ex-presidiário, defensor do aborto – estamos vendo que ele, que o Governo dele é abortista pelo que tem feito, na prática –, e também não podia se dizer que ele era amigo de ditadores, como Daniel Ortega e Nicolás Maduro. Até recebeu, com tapete vermelho, Maduro, aqui no Brasil, há pouco tempo, e ainda teve a audácia de fazer o Foro de São Paulo aqui no Brasil, em Brasília.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em 2023, já no início do Governo, houve a criação, no âmbito da Secom, de uma Secretaria de Políticas Digitais e, no âmbito da AGU, de uma Procuradora Nacional da União de Defesa da Democracia, ambas essas estruturas direcionadas, sim, ao controle das redes sociais, com a implantação de uma verdadeira censura. Censura! Eles não vão sossegar! Quero deixar este alerta para o Brasil: eles não vão sossegar até quando controlarem as redes sociais. A grande mídia eles já controlam, mas as redes sociais são a nossa última barreira, e nós precisamos lutar por elas juntos, todos os cidadãos de bem do Brasil.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em seguida, para finalizar, Sr. Presidente, a retomada do famigerado Foro de São Paulo, de que eu falei aqui, reunindo ditaduras sangrentas da América Latina, como Nicarágua, Cuba, Venezuela, e abrindo espaço para o retorno dos escandalosos financiamentos de obras no exterior com recursos do BNDES, enquanto 21 milhões



de famílias brasileiras dependem de ajuda do Governo para sobreviver.

Os graves acontecimentos do dia 8 de janeiro guardam muita semelhança com o suspeito incêndio do Parlamento alemão, em 1933, com as ações da base governista do Congresso buscando de todas as formas impedir que a CPMI cumpra seu dever de investigar e descobrir a verdade.

No último minuto, Sr. Presidente, se o senhor me conceder para ir para o último, eu quero dizer que...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Disparou o alarme, mas graças a Deus, não foi incêndio, não foi nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Saiba que não foi eu que fiz isso.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sei, você sempre...

Neste último minuto, Sr. Presidente, eu quero dizer que estou voltando para a CPMI. Nossa equipe está lá. Desde o início estamos, o senhor inclusive estava junto conosco, acompanhando o depoimento de G. Dias, o General do Lula, que está lá com uma série de contradições, uma atrás da outra, um depoimento confuso, falando alto, nervoso. Se ele tivesse aquela energia, se ele tivesse aquela coragem que demonstra ter ali, não teriam invadido o Palácio do Planalto e não teriam flagrado a equipe dele, do GSI, próxima a ele, servindo água para manifestantes, para os invasores. Muita coisa tem que ser explicada. Por que o Batalhão Presidencial não estava posicionado? Muito pelo contrário.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por que o Batalhão Presidencial não estava mobilizado? Porque foi dispensado, dispensado horas antes do ataque. E a Força de Segurança Nacional? E as imagens do Ministro Flávio Dino, que diz que tem, que não tem, que foi apagada, manda por etapa, enquanto todos sabem que tem 92 câmeras lá e são escondidas do povo brasileiro. O que é que estão querendo esconder? Com quem ele estava? Hoje já revelou que estava com a Vice-Governadora, Celina Leão. Já está surgindo, está saindo debaixo do tapete. O que a Vice-Governadora estava fazendo lá e não o Governador? Estava já articulado para retirar o Governador eleito pelo povo? É isso? Fique atento.

Que Deus abençoe esta nação, que a verdade, a justiça e o bom senso triunfem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Eduardo Girão. Nós não temos mais senhoras e senhores inscritos à fala e, antes que nós concluamos a sessão...

Um grande abraço, Senador. Tudo de bom para você.

Antes que concluamos os trabalhos desta quinta-feira, eu quero saudar – e o faço com alegria por estarmos na Paraíba, precisamente em Campina Grande, a recepcionar praticamente todos os Presidentes, todas as Presidentes das Câmaras Municipais no 1º Encontro de Presidentes de Câmaras Municipais do nosso estado, pedindo desculpas exatamente porque convidado fui para participarmos desse evento, mas, no cumprimento das nossas obrigações, na ausência do nosso Presidente Rodrigo Pacheco, não poderia deixar de aqui estar para que os trabalhos pudessem ser sequenciados. Mas quero saudar, e assim o faço, todos os organizadores, promotores. Pude ver os registros fotográficos, os registros em vídeos do grande evento que hoje está ocorrendo em Campina Grande, no Teatro Municipal de Campina Grande, que tive a



honra de poder restaurar, dos Presidentes e Presidentas das Câmaras Municipais do nosso estado.

Pois bem, meus queridos companheiros de trabalho, nós vamos encerrar e a Presidência informa às Sras. e aos Srs. Senadores que convocada está sessão não deliberativa para amanhã, sexta-feira, a partir das 10h.

Cumpridas as nossas obrigações e alcançada a finalidade desta sessão de quinta-feira, a Presidência agradece a todos os parceiros, a toda a nossa equipe técnica, que tanto nos orgulha pela competência, pela presteza, pelo carinho e comprometimento com os trabalhos nossos, saúda a Agência Senado, TV e Rádio Senado, pela cobertura e oportunidade dada aos brasileiros para que participem conosco das atividades senatoriais.

Um grande abraço a todos os senhores e senhoras.

Encerramos esta sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 04 minutos.)*





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO

## Senado Federal 57ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

**120ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11 horas**  
**Presenças no período: 31/08/2023 07:00:00 até 31/08/2023 18:01:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PL	RJ	Carlos Portinho	X
PDT	CE	Cid Gomes	X
Republica	MG	Cleitinho	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X
Republica	DF	Dameres Alves	X
PSD	PB	Daniella Ribeiro	X
PP	RR	Dr. Hiran	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X
UNIÃO	PB	Efraim Filho	X
PSD	MA	Eliziane Gama	X
PP	SC	Esperidião Amin	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X
MDB	AL	Fernando Farias	X
PSB	PR	Flávio Arns	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X
Republica	RS	Hamilton Mourão	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PSD	TO	Irajá	X
MDB	SC	Ivete da Silveira	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X
PT	BA	Jaques Wagner	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X
PL	SC	Jorge Seif	X
PSD	PI	Jussara Lima	X
PP	SE	Laércio Oliveira	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X
PL	ES	Magno Malta	X
PL	RO	Marcos Rogério	X
PSD	MT	Margareth Buzetti	X
UNIÃO	MT	Mauro Carvalho Jr.	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
PL	RN	Rogério Marinho	X
UNIÃO	PR	Sergio Moro	X
Podemos	MS	Soraya Thronicke	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X
PP	MS	Tereza Cristina	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PDT	MA	Weverton	X
PL	GO	Wilder Moraes	X

Emissão 31/08/2023 18:08:24





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO

**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**120ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11 horas**  
**Presenças no período: 31/08/2023 07:00:00 até 31/08/2023 18:01:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSD	RN	Zenaide Maia	X
Podemos	PA	Zequinha Marinho	X

***Compareceram 47 senadores.***



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 120ª SESSÃO**

## **DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA**

### **Projeto de Lei nº 3635/2023**





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

SF/23386.03556-13

## PARECER Nº 128, DE 2023-PLEN-SF

De Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre o Projeto de Lei nº 3.635, de 2023, da Câmara dos Deputados, que *cria o selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno.*

Relatora: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

### I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer ao Projeto de Lei (PL) nº 3.635, de 2023, da Câmara dos Deputados, que cria o selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno.

A proposição, em seu art. 1º, cria o referido selo, a fim de estimular ações de aleitamento materno.

De acordo com o art. 2º, o mencionado selo será concedido pelo Poder Executivo às empresas que atendam aos seguintes requisitos: I) cumprimento das disposições constantes do art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e de instrumentos de negociação coletiva que estabeleçam os direitos da empregada lactante; II) manutenção de local, de horários e de condições adequados para uso das mulheres lactantes para amamentação ou coleta de leite materno; III) execução de campanha interna para conscientizar sobre a importância do aleitamento materno, estimular a doação aos bancos de leite humano e alertar sobre os malefícios do fumo e do consumo de álcool e de drogas ilícitas para o desenvolvimento fetal, bem como para evitar a automedicação; e IV) iluminação ou decoração de seus espaços externos com a cor dourada no mês de agosto, para conscientizar a comunidade sobre a





importância da amamentação, durante a campanha mundial de incentivo ao aleitamento materno.

O art. 3º permite que a empresa utilize o selo em testilha em sua publicidade e em seus produtos ou serviços.

O art. 4º fixa em um ano o prazo de validade do selo em estudo, permitindo a sua revogação em caso de descumprimento das normas laborais.

O art. 5º veda a concessão da premiação em exame a empresas condenadas por infração administrativa ou por exploração de trabalho infantil.

O art. 6º, por fim, determina que a lei oriunda de eventual aprovação do PL nº 3.635, de 2023, entre em vigor na data de sua publicação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal (CF), compete à União legislar privativamente sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a disciplina da presente matéria encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

Não se trata, ainda, de matéria reservada ao Presidente da República, aos Tribunais Superiores ou ao Procurador-Geral da República, motivo por que aos parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ela.

Inexiste, também, imposição constitucional de que lei complementar normatize o tema em foco, motivo por que a lei ordinária é adequada à inserção da matéria no ordenamento jurídico nacional.

Inexistem, portanto, óbices formais à aprovação do PL nº 3.635, de 2023.

No mérito, deve-se louvar a iniciativa contida neste projeto de lei.



Agraciar a empresa que estimula a amamentação com o selo em estudo contribui para promover um ambiente laboral mais saudável, em que a maternidade não representa óbice para a manutenção do emprego ou para a progressão funcional.

Proposições no sentido da ora examinada observam o norte traçado pela Constituição Federal no inciso XX do art. 7º, que determina que cabe ao Parlamento brasileiro, mediante incentivos legais específicos, proteger o mercado de trabalho da mulher. Ademais, incentivo ao aleitamento materno é respaldado pelo princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º inc. III, da CF), um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, assim como direito social à saúde (art. 6º da CF), sendo o aleitamento uma das ações mais primordiais à sua promoção.

No particular, adota-se estratégia semelhante à concessão do selo ISO 14001 para as empresas que observam as normas ambientais em sua atividade produtiva.

As empresas titulares do referido selo desfrutam de melhor reputação junto ao mercado consumidor, que cada vez mais tem optado por dar prioridade ao consumo de produtos e serviços não nocivos ao meio ambiente.

A maternidade e, junto dela, a amamentação são os pilares de uma infância saudável, sendo que o aleitamento materno oferece inúmeros benefícios ao recém-nascido. Nutricionalmente, o leite materno é uma fórmula perfeita para o desenvolvimento saudável do bebê, fornecendo todos os nutrientes necessários durante seus primeiros meses de vida. Do ponto de vista imunológico, ele oferece anticorpos que protegem contra várias doenças. Emocionalmente, a amamentação fortalece o vínculo entre mãe e filho. Além disso, o ato de amamentar também beneficia a saúde materna, reduzindo riscos de certas doenças e contribuindo para a recuperação pós-parto.

No âmbito do trabalho, a participação ativa das empresas é crucial para garantir que as mães tenham o apoio e as condições necessárias para continuar amamentando após o retorno ao trabalho. A manutenção de locais adequados para amamentação ou coleta de leite materno não é apenas um gesto de empatia, mas sim uma ação que reverbera positivamente na saúde e bem-estar de seus colaboradores e, consequentemente, na produtividade e satisfação no ambiente de trabalho.



4

Nada mais justo, portanto, que a empresa que as respeite seja reconhecida pelo Estado e possa ostentar tal honraria em seus produtos e serviços, atraindo, com isso, mais clientes para a sua atividade produtiva. A introdução do selo "Empresa Amiga da Amamentação" serve como reconhecimento e incentivo às empresas que contribuem ativamente para uma causa tão nobre.

Através dos requisitos estabelecidos, não se busca apenas a adequação física das empresas, mas também a conscientização sobre a importância do aleitamento materno. Desta forma, quando uma empresa se ilumina de dourado, por exemplo, ela não apenas está respeitando a legislação, mas está, de forma simbólica, iluminando a consciência coletiva sobre a importância da amamentação.

A proposição, assim, merece a chancela deste Parlamento.

### III – VOTO

Por todas essas razões, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei (PL) nº 3.635, de 2023.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora



# Projeto de Lei nº 2098/2019



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 129, DE 2023 – PLEN/SF**

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 2.098, de 2019, da Deputada Laura Carneiro.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 2.098, de 2019, da Deputada Laura Carneiro, que *altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira.*

Senado Federal, em 31 de agosto de 2023.

**VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE**

**ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR**

**MECIAS DE JESUS**

**STYVENSON VALENTIM**



**ANEXO DO PARECER Nº 129, DE 2023 – PLEN/SF**

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 2.098, de 2019, da Deputada Laura Carneiro.

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira.

**EMENDA ÚNICA****(Corresponde à Emenda nº 1 – CAE)**

Dê-se a seguinte redação ao inciso VI do art. 4º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 2º do Projeto:

“Art. 4º .....

.....

VI – apoiar a distribuição equitativa de recursos a serem aplicados em projetos culturais e artísticos entre as distintas manifestações culturais, com prioridade àquelas de origem local, reconhecidamente tradicionais, consideradas raízes da cultura nacional ou vinculadas às comunidades indígenas, afro-brasileiras, quilombolas e ciganas.

.....” (NR)



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**

## **EXPEDIENTE**

### **Abertura de prazo**



## Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2019, que *aprova o ato que autoriza a Associação Master de Radiodifusão Comunitária de Itanhém, a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itanhém, Estado da Bahia;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2019, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Eldorado para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico de Castro Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castro Alves, Estado da Bahia;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2019, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Município de Botuporã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Botuporã, Estado da Bahia;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2019, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio FM Pontapedrense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta de Pedras, Estado do Pará;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2019, que *aprova o ato que outorga permissão à Universidade Estadual de Feira de Santana para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2019, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2019, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Transamazônica FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2019, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Progresso Cultural e Sucesso de São José da Coroa Grande - APCS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Coroa Grande, Estado de Pernambuco;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2021, que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí - ACDCC a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castelo do Piauí, Estado do Piauí;*





- Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2021, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação, Cultura e Desportos de Jaicós para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaicós, Estado do Piauí;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2021, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Barra Velha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Tabuleiro Grande - Anadia - Alagoas - ASCOMPOTAG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anadia, Estado de Alagoas;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Pró-Cidadania Avareense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Avaré, Estado de São Paulo;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de José de Freitas, Estado do Piauí;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2021, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Paramirim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paramirim, Estado da Bahia;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Social e Beneficente de Alagoinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alagoinhas, Estado da Bahia;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Crato, Estado do Ceará;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Taquarense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul;*



- Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sombrio, Estado de Santa Catarina;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmares de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmares, Estado de Pernambuco;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Godoy Moreira, Estado do Paraná;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 617, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Vila Alzira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vicência, Estado de Pernambuco;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 749, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Itapuranga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapuranga, Estado de Goiás;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 781, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Itaberaí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaberaí, Estado de Goiás;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 838, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Preservação Ambiental Entre Rios para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipameri, Estado de Goiás;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 862, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 873, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunicação e Cultura de Monsenhor Gil para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monsenhor Gil, Estado do Piauí;*



- Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ação e Cidadania para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iaçú, Estado da Bahia;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 971, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pendências, Estado do Rio Grande do Norte;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 1.079, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Araçá FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mari, Estado da Paraíba;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 1.087, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barro Duro, Estado do Piauí;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 1.136, de 2021, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Comunicação Social de Luis Correia - ACLC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luis Correia, Estado do Piauí;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 1.149, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial Rio de Contas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jequié, Estado da Bahia;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2022, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Bragadense - ACCB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pato Bragado, Estado do Paraná;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2022, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Frutal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2023, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Paracambi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro; e*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2023, que *aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Sociedade FM de Pedregulho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedregulho, Estado de São Paulo.*



As matérias vão à CCDD, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

**Prazo: 4/9/2023 a 11/9/2023.**



# Comunicações





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SECRETARIA DE APOIO À COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ofício Nº 162/2023/SACAS

Brasília, 31 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
**RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Designação de membros para Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais.**

Senhor Presidente,

De ordem do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Humberto Costa, informamos a Vossa Excelência a designação dos Senadores abaixo listados como membros da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras – CASRARAS, consoante o disposto no artigo 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal:

- Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), na vaga disponível de titular do Bloco Parlamentar Democracia;
- Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), na vaga disponível de primeiro suplente do Bloco Parlamentar Democracia.

Dessa forma, solicitamos que a Secretaria-Geral da Mesa adote os procedimentos necessários para efetivação das designações.

Respeitosamente,

**SAULO KLEBER RODRIGUES RIBEIRO**  
Secretário da Comissão de Assuntos Sociais

Secretaria da Comissão – Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Sala 11-A  
Brasília-DF – E-mail: [scomcas@senado.leg.br](mailto:scomcas@senado.leg.br)





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Eliziane Gama

SF/23247.13322-80

**Ofício nº. 095/2023/BLRESDEM**

Brasília, 30 de agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor

**Senador RODRIGO PACHECO**

Presidente do Senado Federal

**Assunto: Indicação de membro para compor a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR;**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar Resistência Democrática solicita a indicação do Senador **Randolfe Rodrigues** (REDE/AP), como **suplente**, para compor a **Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR**.

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**

PSD-MA

Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática





SENADO FEDERAL  
Bloco Parlamentar Democracia

SF/23563.97128-07

**Ofício nº 135/BLDEM/2023**

Brasília, 30 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Congresso Nacional  
Brasília – DF

Assunto: Substituição de membro do Bloco Parlamentar Democracia na CDR

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar, nas vagas pertencentes ao Bloco Parlamentar Democracia, a substituição do **Senador Randolfe Rodrigues** (REDE/AP), pelo **Senador Zequinha Marinho** (PODEMOS/PA), no cargo de titular, para compor a Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, no Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador **Efraim Filho**  
Líder do Bloco Democracia no Senado Federal







SENADO FEDERAL  
Bloco Parlamentar Democracia

SF/23258.06176-25

**Ofício nº 136/BLDEM/2023**

Brasília, 30 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Congresso Nacional  
Brasília – DF

Assunto: Substituição de membro do Bloco Parlamentar Democracia na CMA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar, nas vagas pertencentes ao Bloco Parlamentar Democracia, a substituição do **Senador Randolfe Rodrigues** (REDE/AP), pelo **Senador Zequinha Marinho** (PODEMOS/PA), no cargo de suplente, para compor a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMA, no Senado Federal.

Atenciosamente,

**Senador Efraim Filho**  
Líder do Bloco Democracia no Senado Federal



## Discurso encaminhado à publicação





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

SF - 1

*SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP*  
*COORDENAÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS, REDAÇÃO E MONTAGEM –*  
*COPREM*

31/08/2023

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sobre os 111 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria hoje de fazer um breve registro da passagem do 111º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, fundado em 6 de agosto de 1912.

O Instituto é hoje a mais antiga instituição cultural ainda em atividade no Estado e, ao longo de sua história secular, tem sido uma das mais importantes entidades dedicadas à preservação da memória e da cultura sergipana.

Não por acaso, Sr. Presidente, o Instituto foi conhecido durante muito tempo como a Casa de Sergipe. E ali, onde se acumula e se conserva a memória, que habita Sergipe.

Fundado em 1912 por um grupo de 22 intelectuais, liderados por Florentino Teles de Menezes, o Instituto hoje é uma referência incontornável para todos os interessados na história e na cultura de Sergipe, pela riqueza do material que reúne em seus vários acervos, organizados em uma biblioteca, uma hemeroteca, um arquivo, um museu e uma pinacoteca.

Além disso, mantém, desde 1913, a publicação de sua Revista, dedicada não apenas a disseminar conhecimentos relacionados à história de Sergipe, como também a veicular produções científicas relacionadas com a história do Brasil e, em geral, com geografia, cultura e memória.

Este ano, o Instituto lançou mais uma publicação, o suplemento cultural Mandacaru, voltado para a divulgação da cultura sergipana.

Em 1939, com um acervo crescente que pedia uma acomodação mais adequada e permanente, o Instituto ganhou uma sede própria, no centro da cidade de Aracaju — um prédio histórico, projetado em estilo peculiar, com aspectos "Art Déco", que se tornou uma referência para os aracajuanos.

Atualmente, o prédio passa por uma ampla reforma, e faço votos para que em breve seja devolvido, revigorado e renovado, à população e aos pesquisadores.

Enfim, Sr. Presidente, quero aqui deixar minhas congratulações a todas e a todos os que mantêm viva, muitas vezes com esforços quase heroicos, essa instituição tão importante para todos os sergipanos. Preservando nossa memória, o Instituto valoriza e protege nossa identidade, e a projeta para a posteridade. E é importante lembrar o seguinte: que o Instituto, em sua função de preservação, não é apenas um conservatório, é também um transmissor. Está voltado para o futuro, tanto quanto está dedicado a salvar o passado.

Quero encerrar aqui deixando uma saudação especial à atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a professora Aglaé d'Ávila Fontes — educadora musical, atriz, diretora de teatro e dramaturga, além de pesquisadora da cultura popular, professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe, escritora e membro da Academia Sergipana de Letras. Ela própria é responsável por uma parte importante da cultura sergipana. Em seu nome, saúdo a todos os dirigentes e sócios do Instituto, que sustentam, com seu apoio, essa centenária instituição.

Meus parabéns pelos 111 anos de história e muito obrigado pelo grande trabalho que realizam em benefício da cultura sergipana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



# Indicação





## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 80, DE 2023

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a edição de decreto para regulamentar o artigo 5º-A da Lei nº 8.662/1993, incluído pela Lei nº 12.317/2010, e reconhecer a jornada de 30 horas aos servidores públicos federais do Poder Executivo, ocupantes de cargos privativos de Assistente Social.

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 80/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**INDICAÇÃO Nº , DE 2023**

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a edição de decreto para regulamentar o artigo 5º-A da Lei nº 8.662/1993, incluído pela Lei nº 12.317/2010, e reconhecer a jornada de 30 horas aos servidores públicos federais do Poder Executivo, ocupantes de cargos privativos de Assistente Social.

Sugiro, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja regulamentado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República o artigo 5º-A da Lei nº 8.662/1993, incluído pela Lei nº 12.317/2010, reconhecendo a jornada de 30 horas aos servidores públicos federais do Poder Executivo, ocupantes de cargos privativos de Assistente Social.

**JUSTIFICAÇÃO**

Os assistentes sociais, servidoras(es) públicos federais do Poder Executivo, necessitam que a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão, alterada pela Lei nº 12.317/2010, a qual passou a estabelecer a duração do trabalho de Assistente Social em 30 (trinta) horas semanais, sem redução salarial, seja reconhecida pelo Poder Executivo Federal e aplicada a todas as servidoras(es) públicos que ocupam cargos privativos de assistente social.

Essa é uma luta que implica a melhoria das condições de vida e de trabalho de uma categoria que trabalha de maneira aguerrida e dedicada na construção de políticas públicas para a parcela menos favorecida deste país, com a qual Vossa Excelência tem sério compromisso de prioridade e dedicação.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3270706975>

Avulso do INS 80/2023 [2 de 3]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Essa luta foi reconhecida por Vossa Excelência ao promulgar a referida lei, não tendo a intenção de dividir a categoria entre servidores e não servidores públicos.

Saliento que existem outras legislações de diversas profissões que, também diante das peculiaridades do trabalho, regulamentam jornada especial e são reconhecidas pela Administração Pública.

Considero, ainda, tratar-se de uma atribuição do Poder Executivo regulamentar, por decreto, a jornada de trabalho das(os) assistentes sociais servidoras(es) públicos federais (art. 84, VI, “a” da CRFB/1988), uma vez que não há impacto orçamentário.

Portanto, por entender esta uma demanda justa para essa importante categoria é que, respeitosamente, solicito a Vossa Excelência a edição de decreto para regulamentar o artigo 5º-A da Lei n.º 8.662/1993, incluído pela Lei n.º 12.317/2010, reconhecendo a jornada de 30 (trinta) horas aos servidores públicos federais do Poder Executivo, ocupantes de cargos privativos de Assistente Social.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3270706975>

Avulso do INS 80/2023 [3 de 3]



# Mensagem do Presidente da República





MENSAGEM Nº 420

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei de conversão que “Define o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2023; estabelece a política de valorização permanente do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024; e altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023.



Brasília, 28 de agosto de 2023.



## Mensagem da Presidência da República

Nº 420, de 2023, na origem, que restitui autógrafo do texto aprovado do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2023 (Medida Provisória nº 1.172, de 2023), sancionado e convertido na Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



## Pareceres aprovados em Comissão





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 18, DE 2023

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 1944, de 2023, da Senadora Jussara Lima, que Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular o tratamento ambientalmente adequado do esgoto em áreas rurais.

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros

**RELATOR:** Senador Otto Alencar

30 de agosto de 2023



**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 1.944, de 2023, da Senadora Jussara Lima, que *altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular o tratamento ambientalmente adequado do esgoto em áreas rurais.*

Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei (PL) nº 1.944, de 2023, de autoria da Senadora JUSSARA LIMA, tem como objetivo, nos termos de seu art. 1º, estimular o tratamento ambientalmente adequado do esgoto em áreas rurais, proteger os mananciais e o lençol freático, contribuir para a descontaminação da água utilizada pelas comunidades rurais e diminuir sua exposição a doenças associadas.

Para esse intento, propõe, no art. 2º, alterações na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico). Assim, insere parágrafos no art. 5º da mencionada lei para prever o estímulo, pelo poder público, à implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário em áreas rurais, inclusive por meio de fossas sépticas biodigestoras e jardins filtrantes. O projeto também insere parágrafo no art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007, para prever que os planos de saneamento contenham ações de estímulo a essas soluções individuais de esgotamento em áreas rurais.

A proposição, ainda, acrescenta § 13 ao art. 50 da Lei do Saneamento Básico, para prever fontes de recurso voltadas ao atendimento de seus objetivos, e altera a redação do inciso III do § 1º do art. 52, ao determinar que no programa específico de saneamento básico em áreas rurais, constante



do Plano Nacional de Saneamento Básico, sejam contempladas as soluções individuais de esgotamento sanitário.

A autora explica que a implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário em áreas rurais demanda *ações simples e de baixo custo, mas capazes de trazer melhorias significativas em termos de saúde e qualidade de vida para a população rural e de proteção do meio ambiente*.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), sob minha relatoria, tendo recebido parecer favorável com a Emenda nº 1 – CRA. Em suma, as alterações aprovadas pela CRA são no sentido de suprimir modificações injurídicas na Lei nº 11.445, de 2007, que não inovariam o ordenamento normativo. A Comissão de Meio Ambiente (CMA) examina o projeto em decisão terminativa.

Foi apresentado a Emenda nº2 – CMA, de autoria do Senador Rogério Marinho.

## II – ANÁLISE

À CMA, nos termos do art. 102-F, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete opinar sobre proposições pertinentes a proteção do meio ambiente, controle da poluição e conservação e gerenciamento dos recursos hídricos, como é o caso.

O PL nº 1.944, de 2023, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da Constituição Federal – CF), quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria (arts. 24, inciso VI, e 48). A proposição também está em consonância com as incumbências do Poder Público na garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme art. 225 da CF.

No tocante à juridicidade, a proposição se afigura correta. Vejamos. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o **adequado**. A matéria nela tratada **inova** o ordenamento jurídico, à exceção das alterações oferecidas ao art. 50 da Lei nº 11.445, de 2007, cuja correção foi proposta pela Emenda nº 1-CRA. O PL também possui o atributo da **generalidade**, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese legal. Finalmente, se revela compatível com os princípios diretores do sistema de



direito pátrio. A tramitação do projeto observou o regimento interno desta Casa e a boa técnica legislativa.

Sobre a matéria, chama a atenção a informação contida no documento do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), publicado em 2019 pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), de que 79,4% dos brasileiros que habitam áreas rurais não têm atendimento de esgotamento sanitário ou o têm de modo precário. É um universo que abrange mais de 31,5 milhões de pessoas, sujeitas aos riscos à saúde oriundos dessa precariedade. Ademais, a negligência com o tratamento adequado dos esgotos promove a existência de muitas fontes poluidoras de recursos hídricos, comprometendo o acesso à água adequada para o consumo humano e para a agricultura

Diante desse quadro, não podemos ser contrários ao projeto sob análise. Na verdade, devemos apoiá-lo de forma contundente, para que a cultura do saneamento básico rural seja efetivamente incorporada pelo Poder Público e pela sociedade.

Quanto ao mérito da emenda aprovada pela CRA, que suprime as alterações propostas ao art. 50 da Lei nº 11.445, de 2007, entendemos que deve prevalecer a modificação no PL. De fato, o § 13 que a proposição pretende inserir no dispositivo não inova o ordenamento jurídico. Todas as previsões de recursos veiculadas nos seus quatro incisos já estão à disposição do Poder Público para aplicação na ampliação do saneamento básico, quais sejam dotações orçamentárias; receitas decorrentes da exploração de loterias; recursos provenientes de acordos, contratos, ajustes e outros instrumentos congêneres; e outros destinados por lei. Quanto à receita de loterias, aponte em meu relatório à CRA, que a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, já destina parte do produto da arrecadação das loterias à seguridade social, que abrange as políticas públicas de saúde, nos termos do art. 194 da CF. Por sua vez, as políticas de saúde devem contemplar o saneamento, conforme ditames da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

A emenda apresentada na CMA, inclui as soluções individuais no cômputo das metas de universalização do art. 11-B da Lei nº 11.445/2007. Para tal, faz-se a inclusão do §3º no art. 5º da Lei do Saneamento. O assunto já vem sendo tratado nas normas de referência em elaboração pela Agência Nacional de Águas, porém consideramos pertinente sua formalização na legislação, por isso a acataremos.



5  
4

SF/23144.94699-47

### III – VOTO

Em razão do exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Emenda nº 1 – CRA, a Emenda nº 2 – CMA e do Projeto de Lei nº 1.944, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

ja2023-08470







6

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CMA, 30/08/2023 às 09h - 27ª, Extraordinária**  
 Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCIO BITTAR	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	2. PLÍNIO VALÉRIO	
CONFÚCIO MOURA		3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE
GIORDANO		4. ALESSANDRO VIEIRA	
MARCOS DO VAL		5. CID GOMES	
LEILA BARROS	PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES	

  

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARGARETH BUZZETTI	PRESENTE	1. VANDERLAN CARDOSO	
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. NELSINHO TRAD	
VAGO		3. OTTO ALENCAR	PRESENTE
JAQUES WAGNER	PRESENTE	4. BETO FARO	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	5. TERESA LEITÃO	PRESENTE
JORGE KAJURU	PRESENTE	6. ANA PAULA LOBATO	

  

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROGERIO MARINHO	PRESENTE	1. MAURO CARVALHO JUNIOR	PRESENTE
EDUARDO GOMES		2. JORGE SEIF	PRESENTE
JAIME BAGATTOLI		3. CARLOS PORTINHO	PRESENTE

  

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	1. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE
DAMARES ALVES	PRESENTE	2. MECIAS DE JESUS	PRESENTE

### Não Membros Presentes

PROFESSORA DORINHA SEABRA  
 WILDER MORAIS  
 AUGUSTA BRITO  
 ANGELO CORONEL  
 RODRIGO CUNHA  
 ZENAIDE MAIA  
 FLÁVIO ARNS  
 ZEQUINHA MARINHO  
 IZALCI LUCAS  
 LUCAS BARRETO  
 PAULO PAIM



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 1944/2023, nos termos do relatório

Comissão de Meio Ambiente - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCIO BITTAR	X			1. CARLOS VIANA			
JAYME CAMPOS	X			2. PLÍNIO VALÉRIO			
CONFÚCIO MOURA				3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	X		
GIORDANO				4. ALESSANDRO VIEIRA			
MARCOS DO VAL				5. CID GOMES			
LEILA BARROS				6. RANDOLFE RODRIGUES			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARGARETH BUZETTI	X			1. VANDERLAN CARDOSO			
ELIZIANE GAMA				2. NELSON TRAD			
VAGO				3. OTTO ALENCAR	X		
JAQUES WAGNER				4. BETO FARO			
FABIANO CONTARATO	X			5. TERESA LEITÃO	X		
JORGE KAJURU				6. ANA PAULA LOBATO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROGERIO MARINHO				1. MAURO CARVALHO JUNIOR	X		
EDUARDO GOMES				2. JORGE SEIF	X		
JAIME BAGATTOLI				3. CARLOS PORTINHO	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
TEREZA CRISTINA	X			1. LUIS CARLOS HEINZE			
DAMARES ALVES	X			2. MECIAS DE JESUS			

Quórum: TOTAL 13  
Votação: TOTAL 12 SIM 12 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15, EM 30/08/2023  
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Leila Barros  
Presidente





SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DA COMISSÃO

TEXTO FINAL

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1944, DE 2023**

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular o tratamento ambientalmente adequado do esgoto em áreas rurais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta lei altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, com o objetivo de estimular o tratamento ambientalmente adequado do esgoto em áreas rurais, proteger os mananciais e o lençol freático, contribuir para a descontaminação da água utilizada pelas comunidades rurais e diminuir sua exposição a doenças associadas.

**Art. 2º** A Lei nº 11.445, de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art.5º**.....

§ 1º O poder público estimulará a implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário em áreas rurais, inclusive por meio da implantação de fossas sépticas biodigestoras e jardins filtrantes.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se:



---

2<sup>9</sup>

I – fossa séptica biodigestora: estrutura de esgotamento sanitário própria para o tratamento de dejetos humanos por meio da biodigestão;

II – jardim filtrante: estrutura de tratamento de águas cinzas, efluentes provenientes de pias, tanques, chuveiros e assemelhados, desde que não contenham dejetos humanos.

§3º A implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário em áreas rurais servirá para o cômputo das metas de universalização a que se refere o art. 11-B desta Lei.” (NR)

“Art.19.....

.....

§ 10. Os planos de saneamento básico deverão conter ações de estímulo à implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário em áreas rurais, inclusive por meio de fossas sépticas biodigestoras e jardins filtrantes, e deverão prever medidas destinadas a:

I – promover ações educativas de conscientização dos moradores sobre a importância do tratamento adequado do esgoto doméstico para a proteção de mananciais, tanto superficiais como subterrâneos;

II – disponibilizar informações sobre a prevenção de doenças decorrentes da contaminação dos solos e dos mananciais;

III – orientar a população rural sobre a instalação, a utilização e a manutenção de fossas sépticas biodigestoras e jardins filtrantes, além de garantir acompanhamento permanente e assistência técnica às propriedades rurais em que estejam instalados esses equipamentos.” (NR)

“Art. 52.....

.....



§1º.....

.....

III – contemplar programa específico para ações de saneamento básico em áreas rurais, inclusive com ações de estímulo à implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário.  
.....” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de agosto de 2023

Senadora Leila Barros  
Presidente

Senador Otto Alencar  
Relator



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 1944/2023)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESSA DATA A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE APROVOU O PROJETO DE LEI Nº 1944, DE 2023, COM AS EMENDAS Nº 1 – CRA/CMA E Nº 2-CMA.

30 de agosto de 2023

Senadora LEILA BARROS

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 19, DE 2023

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 1425, de 2022, do Senador Jean-Paul Prates, que Disciplina a exploração da atividade de armazenamento permanente de dióxido de carbono de interesse público, em reservatórios geológicos ou temporários, e seu posterior reaproveitamento.

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros

**RELATOR:** Senador Veneziano Vital do Rêgo

30 de agosto de 2023



## PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 1425, de 2022, do Senador Jean Paul Prates, que *disciplina a exploração da atividade de armazenamento permanente de dióxido de carbono de interesse público, em reservatórios geológicos ou temporários, e seu posterior reaproveitamento*.

Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

### I – RELATÓRIO

Foi remetido à Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei (PL) nº 1425, de 2022, do Senador Jean Paul Prates, que objetiva disciplinar *a exploração da atividade de armazenamento permanente de dióxido de carbono de interesse público, em reservatórios geológicos ou temporários, e seu posterior reaproveitamento*.

A proposição do arcabouço legal para sequestro geológico de dióxido de carbono, ou apenas CCS, acrônimo do termo inglês *Carbon Capture and Storage*, foi organizado sob a forma de nove capítulos e vinte e quatro artigos.

Conforme descrito no Parecer nº 7, de 2023, de relatoria do ilustre Senador Jayme Campos na comissão antecessora, a de Serviços de Infraestrutura (CI), a proposição prevê, resumidamente:

- (i) o mecanismo de outorga de formação geológica apta para realização do CCS sob a forma de contrato celebrado entre a União, detentora do subsolo, e os agentes interessados, sob a forma de Termo de Outorga Qualificada (TOQ);





- (ii) o processo competitivo para disponibilidade e escolha de agente operador, na hipótese de mais de um interessado em determinado Bloco de Armazenamento;
- (iii) os princípios e objetivos a serem observados na execução da atividade;
- (iv) os direitos e obrigações dos envolvidos ao longo do tempo;
- (v) os mecanismos de monitoramento ao longo da vigência do contrato;
- (vi) a segmentação de responsabilidades entre setor público e agentes; e
- (vii) as formas de acesso à infraestrutura, a ser regida pelas boas práticas regulatórias.

Foi realizada, em 30/10/2022, audiência pública naquela comissão para ouvir os anseios de pesquisadores e de agentes postulantes à realização da nova atividade, assim como o Governo Federal, representado na figura do Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Rafael Bastos, que atualmente ocupa posição de Diretor de Departamento naquela mesma secretaria. Na ocasião, foi manifestado apoio da pasta setorial à proposta, com aperfeiçoamento singular de pronto acatado pelo Senador Jayme Campos para simplificação do modelo de outorga para que os próprios interessados realizem os estudos sobre capacidade de armazenamento dos reservatórios geológicos passíveis de outorga como forma de desonerar a União de realizar os estudos prévios necessários para disponibilidade de uma dada área.

O Presidente do Senado Federal distribuiu a matéria para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e para essa Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa.

Na CI foram apresentadas nove emendas, oito pelo relator e a Emenda nº 1, do ilustre Senador Esperidião Amim. Elas, resumidamente, aperfeiçoam o Projeto de Lei nº 1425, de 2022, para atender ajustes propostos por especialistas e pelo governo federal, nos termos da audiência pública realizada em 2022.



Nessa CMA, não foram apresentadas no prazo regimental. É o relatório.

## II – ANÁLISE

É papel da CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, à proteção do meio ambiente, ao controle da poluição, à conservação da natureza e à defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna, da flora e dos recursos hídricos, além de assuntos correlatos conforme art. 102–F, incisos I e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Adicionalmente ao mérito, consoante ao art. 91, inciso I do Risf compete à CMA manifestar-se a respeito da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa do projeto, uma vez que se trata da derradeira comissão de exame.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, levamos em consideração os aspectos da competência legislativa, da legitimidade da iniciativa parlamentar e do meio adequado para veiculação da matéria da proposição.

É competência privativa da União legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, conforme art. 22, inciso XII. Além disso, possui competência concorrente para legislar sobre proteção do meio ambiente, nos termos do art. 24, inciso VI, da Constituição Federal. Como se trata de uma característica nata da formação geológica no subsolo do território nacional de poder receber injeção de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) em estado supercrítico, com valor econômico e qualidade suficiente para retê-lo permanentemente, trata-se, portanto, de recurso mineral de armazenamento geológico sob domínio da União para fins de promoção da proteção do meio ambiente. Também, é legítima a iniciativa parlamentar para propor legislação sobre todas as matérias de competência da União, conforme art. 48, *caput*, e 61 da Constituição Federal, e cuja reserva de iniciativa não incide na espécie proposta.

Além disso, a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal transpõe adequada, dado não haver previsão de outro meio normativo, como a lei complementar, para disciplinar o tema.



Tendo, pois, atendido aos requisitos formais constitucionais, e sem vícios materiais de inconstitucionalidade, resta declarar a constitucionalidade da matéria.

Quanto aos requisitos de regimentalidade, a proposição está aderente ao regimento interno dessa casa.

Sobre a juridicidade, afigura-se apropriado o projeto, uma vez que o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado, a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico pátrio; possui o atributo da generalidade; é consentâneo com os princípios gerais do Direito, e é dotado de potencial coercitividade.

Ademais, acredito que o projeto esteja vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Passemos então ao mérito.

O PL busca estabelecer um marco legal efetivo para a implementação de tecnologia voltada para redução das emissões de gases causadores de efeito estufa.

A tecnologia de CCS tem sido apresentada como parte da solução para descarbonização de alguns setores cujo processo de produção de bens ou os custos envolvidos não permitem a descarbonização por outros meios. Destacadamente, há aplicações para captura e armazenamento nos setores cimenteiro, petroquímico, siderúrgico, de produção de fertilizantes nitrogenados, no refino de petróleo, ou mesmo na produção de hidrogênio descarbonizado.

Há também aplicações ainda mais nobres. Com a implementação do CCS no setor de bioenergia, o resultado é um combustível ou um energético cujo ciclo de vida acarreta emissões negativas de CO<sub>2</sub>. Esse setor pode surpreender positivamente o País frente aos pares internacionais, e projetar o Brasil como um importante agente na promoção da descarbonização de países parceiros que tenham dificuldade de fazê-lo em seus territórios.

Outras aplicações, como no setor elétrico, podem resultar em descarbonização da produção, mas merecem atenção redobrada para não resultarem simplesmente em processo ineficiente e caro. Algumas tentativas de



aplicação de CCS em usinas termelétricas não foram efetivas na captura em níveis esperados. Dessa forma, os entes fiscalizadores precisarão ter atenção na eficiência de uso para casos em que a aplicação da tecnologia tenha mais custos do que resultado e seja enquadrável no que denominamos *greenwashing*, ou uma tentativa de maquiar o “esverdeamento” de determinados segmentos que podem permanecer poluidores caso não haja avanço em elos da cadeia que tenham mais dificuldade em reduzir de forma efetiva suas emissões.

O que quero salientar aqui aos meus pares é da importância da tecnologia, e da atenção para eventuais aplicações desse tipo.

O Brasil sediará a 30ª Conferência das Partes (COP-30) em 2025, na cidade de Belém, em estado da federação relevante na gestão ambiental da Amazônia Legal, então temos o dever de promover as ações legislativas necessárias para projetar o País em nível compatível com a responsabilidade de ser o primeiro País a sediar uma COP no coração da Floresta Amazônica.

Precisamos promover a efetiva política de desmatamento zero, de promoção da agricultura de baixo carbono, sem utilização de áreas novas, e o melhor uso dos recursos naturais.

Para além, precisaremos lidar com os desafios da transição energética (que já iniciamos faz ao menos meio século), promovendo a ampliação de condições para fontes renováveis de geração de energia, a descarbonização dos setores de mais difícil redução de emissões e dos novos combustíveis. Dessa forma, teremos mais do que uma economia de baixo carbono, mas também um novo processo de desenvolvimento, com sustentabilidade, e, quem sabe, com a desejada justiça social.

No tocante aos aperfeiçoamentos que foram propostos no Parecer do relator na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), ilustre Senador Jayme Campos, acato as oito emendas apresentadas e reitero serem ajustes para reduzir incertezas, como a previsão de acesso negociado à infraestrutura dedicada à CCS, com a devida arbitragem pela agência reguladora competente. Nesse sentido, acatamos também a Emenda nº 1, do Senador Espiridião Amin, que foi incorporada como Emenda de Relator no Parecer da CI. Para algumas emendas da CI apresentamos ajustes redacionais.

Além disso, os efeitos na redução das emissões no setor de biocombustível podem gerar um produto com prêmio em mercados externos, pelo grande potencial de geração de créditos de carbono. Trata-se de tema



7  
6

relacionado à regulamentação de um sistema de comércio de emissões de gases de efeito estufa, por meio de projetos de lei sob relatoria da ilustre presidente dessa comissão, Senadora Leila Barros, e que tem se dedicado para implementar um marco robusto, que sustentará boa parte das iniciativas de uma nova economia de baixo carbono no Brasil.

### III – VOTO

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, pela regimentalidade, pela juridicidade, e pela boa técnica legislativa e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1425, de 2022, e das Emendas nº 1 a 10/CI, na forma proposta no Parecer (SF) nº 7, de 2023, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com as seguintes emendas e subemendas que apresentamos.

#### **Emenda Nº 11 - CMA**

(ao PL nº 1425, de 2022)

O parágrafo 4º do art. 9 do Projeto de Lei nº 1425, de 2022, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 9º .....

§ 4º Após 15 dias do processo de que trata o §3º, caso não haja interessado, será outorgado ao requerente previsto no §1º.”

#### **SUBEMENDA Nº 1 -CMA**

(à Emenda nº 10-CI/CMA, ao PL nº 1425, de 2022)

Dê-se a seguinte redação à Emenda nº 10-CI, que altera o art. 23 do Projeto de Lei nº 1425, de 2022, para modificar o inciso XVII do art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997:

ia2023-09207



8

7

SF/23543.58775-71

“**Art. 23.** Os arts. 1º, 2º, 7º e 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 1º** .....’

.....

XVII - fomentar a pesquisa e o desenvolvimento relacionados  
à energia renovável e à descarbonização do setor de energia;

.....’ (NR)

.....”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

ia2023-09207





Relatório de Registro de Presença

CMA, 30/08/2023 às 09h - 27ª, Extraordinária

Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
MARCIO BITTAR	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	2. PLÍNIO VALÉRIO	
CONFÚCIO MOURA		3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE
GIORDANO		4. ALESSANDRO VIEIRA	
MARCOS DO VAL		5. CID GOMES	
LEILA BARROS	PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTEs	
MARGARETH BUZETTI	PRESENTE	1. VANDERLAN CARDOSO	
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. NELSINHO TRAD	
VAGO		3. OTTO ALENCAR	PRESENTE
JAQUES WAGNER	PRESENTE	4. BETO FARO	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	5. TERESA LEITÃO	PRESENTE
JORGE KAJURU	PRESENTE	6. ANA PAULA LOBATO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
ROGERIO MARINHO	PRESENTE	1. MAURO CARVALHO JUNIOR	PRESENTE
EDUARDO GOMES		2. JORGE SEIF	PRESENTE
JAIME BAGATTOLI		3. CARLOS PORTINHO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTEs	
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	1. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE
DAMARES ALVES	PRESENTE	2. MECIAS DE JESUS	PRESENTE

Não Membros Presentes

- PROFESSORA DORINHA SEABRA
- WILDER MORAIS
- AUGUSTA BRITO
- ANGELO CORONEL
- RODRIGO CUNHA
- ZENAIDE MAIA
- FLÁVIO ARNS
- ZEQUINHA MARINHO
- IZALCI LUCAS
- LUCAS BARRETO
- PAULO PAIM



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 1425/2022, nos termos do relatório

Comissão de Meio Ambiente - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
MARCIO BITTAR				1. CARLOS VIANA			
JAYME CAMPOS				2. PLÍNIO VALÉRIO			
CONFÚCIO MOURA				3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	X		
GIORDANO				4. ALESSANDRO VIEIRA			
MARCOS DO VAL				5. CID GOMES			
LEILA BARROS				6. RANDOLFE RODRIGUES			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
MARGARETH BUZETTI	X			1. VANDERLAN CARDOSO			
ELIZIANE GAMA				2. NELSON TRAD			
VAGO				3. OTTO ALENCAR	X		
JAQUES WAGNER				4. BETO FARO			
FABIANO CONTARATO	X			5. TERESA LEITÃO	X		
JORGE KAJURU				6. ANA PAULA LOBATO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
ROGERIO MARINHO				1. MAURO CARVALHO JUNIOR			
EDUARDO GOMES				2. JORGE SEIF			
JAIME BAGATTOLI				3. CARLOS PORTINHO	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TEREZA CRISTINA	X			1. LUIS CARLOS HEINZE			
DAMARES ALVES	X			2. MECIAS DE JESUS			

Quórum: TOTAL 9  
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15, EM 30/08/2023  
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Leila Barros  
Presidente







SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE  
Secretaria da comissão

TEXTO FINAL DA COMISSÃO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1425, DE 2022

Disciplina a exploração da atividade de armazenamento permanente de dióxido de carbono de interesse público, em reservatórios geológicos ou temporários, e seu posterior reaproveitamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DEFINIÇÕES

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a atividade econômica de armazenamento de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) de interesse público, como forma de redução de emissões de gases causadores de efeito estufa, e posterior reaproveitamento do CO<sub>2</sub>, visando a descarbonização da economia.

§ 1º Para finalidade desta Lei, será disciplinada a captura de CO<sub>2</sub> proveniente de fontes estacionárias diversas, incluindo captura direta.

§ 2º A injeção e armazenamento permanente de CO<sub>2</sub> deve ocorrer em formação geológica localizada nas bacias sedimentares do território nacional, na zona econômica exclusiva ou na plataforma continental sob jurisdição do Brasil.

§ 3º As formações geológicas selecionadas para atividades de armazenamento permanente devem ser avaliadas conforme sua sismicidade,



atestando inexistência de risco significativo de fuga ou de impactos significativos para o ambiente ou a saúde, conforme regulamentação.

§ 4º O armazenamento não-permanente de CO<sub>2</sub>, para fins de comercialização e reuso será realizado em reservatórios acima da superfície que atendam especificações mínimas aptas a garantir a segurança do conteúdo contra vazamentos, conforme regulamentação técnica e licenciamento ambiental, independente de outorga.

§ 5º Esta lei não se aplica à atividade de injeção de CO<sub>2</sub> para finalidade de recuperação avançada de hidrocarbonetos originados de reservatório geológico sob contrato para exploração e produção de hidrocarbonetos sob regime de concessão, de partilha de produção e de cessão onerosa.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, são estabelecidas as seguintes definições:

I – Afetação de área: região do território nacional, na zona econômica exclusiva ou na plataforma continental sob jurisdição do Brasil que seja objeto de direitos minerários outorgados ao órgão setorial pertinente, conforme regulamentação, área objeto de contrato de concessão, de cessão onerosa, ou de regime de partilha de produção de hidrocarbonetos vigentes;

II – Agente emissor de CO<sub>2</sub>: qualquer pessoa jurídica, de direito público ou privado, que gere CO<sub>2</sub> por meio de suas atividades econômicas, qualificáveis como fonte estacionária;

III – Agente reaproveitador de CO<sub>2</sub>: qualquer pessoa jurídica, de direito público ou privado, que reaproveite o CO<sub>2</sub> acondicionado em armazenamento acima da superfície, ou previamente injetado em estrutura geológica, retirado e entregue por Operador, com finalidade econômica;

IV – Armazenamento permanente de CO<sub>2</sub>: Consiste na injeção do CO<sub>2</sub> em estruturas geológicas com o propósito de seu armazenamento perene em subsuperfície, de modo a efetivar o sequestro de carbono;

V – Armazenamento temporário de CO<sub>2</sub>: Consiste no armazenamento de CO<sub>2</sub> em reservatórios situados acima da superfície temporariamente com a finalidade de sua posterior comercialização ou reuso;

VI – Bloco de Armazenamento: parte de uma bacia sedimentar, formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, em que são desenvolvidas atividades de armazenamento.

VII – Capacidade de armazenamento de CO<sub>2</sub>: estimativa do volume de CO<sub>2</sub> que pode ser armazenado em formação geológica contida no bloco de armazenamento,

VIII – Capacidade outorgada de CO<sub>2</sub>: a capacidade de armazenamento de CO<sub>2</sub> calculada a partir da área de outorga, considerando suas



características técnicas como profundidade, pressão, volume de poros da rocha reservatório, permeabilidade e fluidos presentes;

IX – Capacidade teórica de armazenamento de CO<sub>2</sub>: presunção de que um reservatório geológico na sua totalidade é acessível para o armazenamento livre do dióxido de carbono em seu volume poroso;

X – CO<sub>2</sub>: Dióxido de carbono, como composto químico, constituído por dois átomos de oxigênio (O) e um de carbono (C), com fórmula química correspondente a CO<sub>2</sub> especialmente aquele originado por processo ou planta abarcado pelo § 1º do art. 1º;

XI – Fonte estacionária: unidades extrativas ou plantas industriais cujo processo produtivo permita, sob bases técnicas, a captura de gases causadores do efeito estufa;

XII – Gases de Efeito Estufa (GEE): constituintes gasosos da atmosfera, naturais ou resultantes de processos antrópicos, capazes de absorver e reemitir a radiação solar infravermelha, especialmente o dióxido de carbono, para fins desta Lei;

XIII – Gestora de Ativos de Armazenamento (GAA): entidade privada responsável pela gestão dos reservatórios geológicos para armazenamento de CO<sub>2</sub> no período entre a cessação permanente da atividade e a devolução da área pelo operador à União;

XIV – Infraestrutura para injeção e armazenagem: conjunto de instalações necessárias para realização do armazenamento de CO<sub>2</sub> em formação geológica;

XV – Operador: pessoa jurídica que realiza as atividades de injeção de CO<sub>2</sub> em formação geológica, ou sua retirada para reaproveitamento; e

XVI – Reaproveitamento de CO<sub>2</sub>: processo de retirada de CO<sub>2</sub> injetado em estruturas geológicas, ou em reservatórios acima da superfície, visando seu aproveitamento econômico;



## CAPÍTULO II

### DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

**Art. 3º** São objetivos desta Lei:

I – Contribuir para o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental, e o cumprimento das metas nacionais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, bem como para aumentar a competitividade da economia brasileira em suas exportações de bens e serviços de baixa pegada de carbono, nos termos do art. 225 da Constituição Federal;

II – incentivar a adoção de tecnologias de captura, transporte, armazenamento permanente de CO<sub>2</sub> em reservatórios geológicos e reaproveitamento de CO<sub>2</sub>;

III – fomentar a exploração de fontes energéticas com emissões de carbono reduzidas, ou negativas na avaliação do ciclo de vida;

IV – estimular o uso de CO<sub>2</sub> como insumo ou matéria prima para fins comerciais ou industriais ou prestação de serviços, incentivando a economia circular;

V – promover o compromisso brasileiro de mitigação das mudanças climáticas globais, da cooperação, nacional e internacional entre Estados, entidades não governamentais e cidadãos.

**Art. 4º** A execução das atividades de que trata o art. 1º observará os seguintes princípios:

I – proteção ao meio ambiente;

II – busca pela eficiência e sustentabilidade econômica;

III – adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais, regionais, e boas práticas da indústria;

IV – participação da sociedade civil e controle social nos processos consultivos e deliberativos, com amplo acesso à informação, aos mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que diz respeito à responsabilização, compensação e à reparação de danos ambientais, caso ocorram;

V – integração das infraestruturas, dos serviços e das informações geológicas e geofísicas para gestão eficiente dos recursos naturais do subsolo brasileiro utilizado para o desenvolvimento da atividade; e

VI – estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento, à inovação, à implementação e à utilização de tecnologias apropriadas para qualidade da atividade em bases de eficiência, de redução dos custos, e de adequado aproveitamento dos recursos humanos.

## CAPÍTULO III



## DA OUTORGA DE EXPLORAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS GEOLÓGICOS

**Art. 5º** As atividades de armazenamento permanente de que trata esta Lei serão exercidas mediante Termo de Outorga Qualificada do Poder Executivo para exploração de reservatórios geológicos em bloco de armazenamento permanente de CO<sub>2</sub>.

§ 1º A outorga de que trata o *caput* terá prazo de 30 anos, prorrogável por igual período na hipótese do cumprimento dos condicionantes estabelecidos pelo termo celebrado entre as partes;

§ 2º As atividades a que se referem o *caput*, incluindo o descomissionamento e o encerramento da infraestrutura de injeção de dióxido de carbono serão reguladas e fiscalizadas pela autoridade de regulação competente, não podendo exercer a função de outorga de que trata o *caput*;

§ 3º Na hipótese de impossibilidade de desenvolvimento simultâneo da atividade de que trata esta Lei e das atividades de exploração mineral, de exploração e produção de hidrocarbonetos, de recursos hídricos em bloco objeto de contrato ou autorização celebrado anteriormente, a nova atividade dependerá de anuência do titular do direito preexistente, conforme regulamentação.

**Art. 6º** A outorga poderá ser revogada, nas seguintes circunstâncias:

- I – não cumprimento dos condicionantes do Termo de Outorga Qualificada;
- II – nível de operação, após iniciada a atividade, inferior ao mínimo estipulado no Termo de Outorga para atividade de armazenamento, por três anos consecutivos, ou por 10 anos somados durante a vigência do Termo de Outorga Qualificado;
- III – necessidade de prevenção ou mitigação de grave degradação ambiental;
- IV – atendimento a usos prioritários do reservatório geológico, de interesse coletivo, tecnicamente incompatível com a para os quais não se disponha de fontes alternativas;

**Art. 7º** A outorga a que se refere o art. 5º não dispensa o licenciamento ambiental de que trata a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, ou licenças correlatas aplicáveis.

**Art. 8º** O Poder Executivo divulgará a relação de reservatórios geológicos passíveis de outorga nos termos desta lei, e respectiva Capacidade de armazenamento de CO<sub>2</sub>, considerando a avaliação de Capacidade de armazenamento de CO<sub>2</sub> e de Capacidade teórica de armazenamento de CO<sub>2</sub>.



§ 1º O Poder Executivo deverá indicar a entidade incumbida de realização dos estudos para elaboração da relação de reservatórios geológicos a que se refere o *caput*, e para sua atualização anual, assegurada publicidade.

§ 2º É facultada ao órgão competente a realização, na forma do regulamento, de procedimento de consulta pública para recebimento de proposta manifestações de interesse em Bloco de Armazenamento em reservatórios previamente identificados, restituídos os custos correspondentes aos estudos mencionados do §1º, por meio de preço público proporcional à capacidade identificada.

§ 3º O valor do custo público será definido por regulamentação do Poder Executivo, ouvidas as instâncias de planejamento setorial pertinentes.

§ 4º Os Operadores poderão requerer o Termo de Outorga Qualificada para armazenamento de CO<sub>2</sub> em reservatórios geológicos que não forem objeto de divulgação pelo Poder Executivo, desde que apresentem:

- I – estudo sobre a Capacidade de armazenamento de CO<sub>2</sub> do bloco objeto do pleito de outorga;
- II – estudo sobre Capacidade teórica de armazenamento de CO<sub>2</sub> das formações geológicas; e
- III – atendimento a requisitos mínimos de qualificação e de segurança estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 5º As atividades de reaproveitamento de CO<sub>2</sub> poderão ser realizadas apenas posteriormente ao período de armazenamento, após cessação permanente da injeção pelo Operador, considerando as boas práticas da indústria para não comprometer a manutenção do fluido remanescente no reservatório geológico, a segurança na operação e o monitoramento das atividades, conforme regulamentação.

**Art. 9º** O requerimento de Termo de Outorga Qualificada somente poderá ser realizado por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, individualmente ou em consórcio.

§ 1º O requerimento de que trata o *caput* deverá ser encaminhado à autoridade competente nos termos da regulamentação, contendo o mínimo de:

- I – indicação do Operador, na hipótese de constituição de consórcio, responsável pela condução das atividades de operação da infraestrutura de injeção, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais consorciados.
- II – bloco pleiteado para o armazenamento;
- III – comprovação de regularidade fiscal, jurídica, de qualificação técnica e econômico-financeira para suportar a atividade;



- IV – plano de Operação para desenvolvimento da atividade;
- V – proposta de monitoramento para o período de realização da atividade de armazenamento de CO<sub>2</sub>;
- VI – plano de contingência, nos termos da regulamentação;
- VII – garantias financeiras compatíveis com os ônus e riscos envolvidos.
- VIII – documentos comprobatórios de capacidade de armazenamento do reservatório geológico objeto do Termo de Outorga Qualificada, caso necessário.

§ 2º Será autorizada a realização da atividade de armazenamento permanente de CO<sub>2</sub> caso:

- I – sejam cumpridos regularmente os requisitos estabelecidos no *caput*;
- II – se comprove a capacidade econômico-financeira da requerente para execução das atividades objeto do requerimento;
- III – se comprove a viabilidade técnica para realização das atividades de armazenamento;
- IV – demais obrigações estabelecidas pela autoridade de regulação competente; e
- V – Após processo de chamamento público para manifestação de interesse de demais agentes.

§ 3º A autoridade competente realizará processo de chamamento público para, em até trinta dias após o requerimento de que trata o §1º, receber manifestação de interesse dos demais agentes pelo Bloco de Armazenamento requerido.

§ 4º Após 15 dias do processo de que trata o §3º, caso não haja interessado, será outorgado ao requerente previsto no §1º.

§ 5º Caso haja mais de um interessado no Bloco de Armazenamento, a autoridade competente de que trata o art. 5º buscará compatibilizar a demanda entre os requerentes.

§ 6º Na hipótese de inviabilidade de compatibilização de que trata §5º, a autoridade de que trata o art. 5º priorizará o acesso ao Bloco de Armazenamento aos requerimentos mais vantajosos conforme critérios de:

- I - capacidade de descarbonização de suas atividades;
- II - exequibilidade das atividades de captura, transporte e armazenamento; e



III - capacidade de implantação de projeto.”

**Art. 10.** As atividades de armazenamento permanente, armazenamento temporário e reaproveitamento de CO<sub>2</sub> que trata esta lei ocorrerão por conta e risco do Operador, sem prejuízo do disposto nos arts. 15 e art. 18.

## CAPÍTULO IV

### DAS OBRIGAÇÕES DO OPERADOR

**Art. 11.** São obrigações do Operador:

I – garantir que o armazenamento ou reaproveitamento de CO<sub>2</sub> ocorra de forma segura e eficaz, seguindo todos os parâmetros definidos no Plano de Monitoramento e Plano de Contingência, ou licenciamento ambiental pertinente às operações de armazenamento temporário;

II – identificar, alertar e agir de forma adequada em caso de eventos não desejáveis, incluindo quaisquer sinais de vazamento potencial, de modo a iniciar medidas preventivas e corretivas;

III – manter calibrados, aferidos e em estado operacional quaisquer ferramentas e equipamentos capazes de identificar e prevenir eventos não desejáveis;

IV – manter em banco de dados, por tempo determinado pela autoridade reguladora competente, registros devidamente validados por profissional competente de todos os relatórios emitidos relacionados à operação de armazenamento permanente de CO<sub>2</sub>, inclusive os componentes do Plano de Monitoramento e do Plano de Contingência;

V – realizar inventário de armazenamento e vazamento de CO<sub>2</sub>, comparando a quantidade de armazenamento e o vazamento previsto e realizado para:

- a) aferir a eficácia do projeto aprovado;
- b) garantir o cumprimento das obrigações previstas; e
- c) certificação de crédito de carbono na hipótese de acordos internacionais e legislação pátria que assim permitam.

VI – permitir e dar suporte à realização de auditorias e fiscalização de suas instalações de pesquisa, instalações e atividades de injeção, da infraestrutura essencial para realização das atividades, nos registros de monitoramento realizados ou outros documentos solicitados.

## CAPÍTULO V





## DO MONITORAMENTO E DA GESTÃO DAS ATIVIDADES

**Art. 12.** As atividades de monitoramento e gestão do armazenamento permanente de CO<sub>2</sub> deverão ser mantidas por todo o período de vigência do Termo de Outorga Qualificada, e até 40 (quarenta) anos após cessação permanente da atividade, em conformidade com o Plano de Monitoramento e Plano de Contingência previstos no art. 9º.

§ 1º O Operador deve manter inventário de injeção atualizado de CO<sub>2</sub>, identificando a quantidade e origem do CO<sub>2</sub> injetado durante todo o período de vigência do Termo de Outorga Qualificada.

§ 2º O monitoramento após a o período de vigência do Termo de Outorga Qualificada, realizado após a cessação permanente de atividades, pode, mediante anuência da autoridade de regulação competente, ser transferido à Gestora de Ativos de Armazenamento (GAA), nas seguintes condições:

I - por 20 (vinte) anos precedentes à transferência de ativo para a União; ou

II - por até 35 (trinta e cinco) anos precedentes à transferência de ativo para a União, caso atenda a requisitos de estabilidade de longo prazo do reservatório, de certificação de segurança, e caso seja autorizado pela autoridade de regulação competente.

§ 3º A autoridade competente de que trata o art. 5º deverá estabelecer os condicionantes necessários para a transferência de ativos sob monitoramento definitivo à União.

§ 4º O reaproveitamento de CO<sub>2</sub> sob monitoramento definitivo será feito mediante pedido direcionado à autoridade a que se refere o art. 5º, nos termos da regulamentação, que definirá o procedimento a ser adotado.

**Art. 13.** A autoridade competente de que trata o art. 5º disciplinará procedimento de credenciamento de Gestora de Ativos de Armazenamento (GAA), entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a monitorar e a gerir os ativos de armazenamento vinculados aos reservatórios geológicos de armazenamento de CO<sub>2</sub> após o encerramento da obrigação de monitoramento de que trata o art. 12 e predecessor à devolução da área à União.

Parágrafo único. É etapa essencial do credenciamento a apresentação à autoridade competente nos termos do caput, de estatuto que deverá versar sobre:

I – condições para assunção dos riscos e responsabilidades;



II – contribuições do Agente emissor de CO<sub>2</sub> e do Operador, para manutenção da entidade;

III – política de aplicação dos recursos e de celebração de seguros para manutenção do risco financeiro de longo prazo em níveis compatíveis com atividades de baixo risco correlatas;

IV – limites de responsabilidade dos contribuidores em relação ao patrimônio;

V – limite de responsabilidade da entidade em relação ao patrimônio próprio.”

**Art. 14.** O Operador deve notificar imediatamente a autoridade de regulação competente na ocorrência de vazamentos, migração geológica anômala ou outra irregularidade no local de armazenamento.

*Parágrafo único.* O Operador deve empregar todas as medidas corretivas, para proteger o ambiente, a saúde humana e ativos de terceiros, de acordo com o Plano de Contingência e as boas práticas aplicadas em setores análogos.

## CAPÍTULO VI

### DAS RESPONSABILIDADES

**Art. 15.** Os danos ambientais decorrentes das atividades objeto desta Lei serão de responsabilidade do Operador, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais consorciados.

**Art. 16.** A exploração das atividades econômicas de armazenamento de CO<sub>2</sub> por Operador autorizado nos termos desta Lei, quando a serviço de agente emissor de CO<sub>2</sub>, Agente reaproveitador de CO<sub>2</sub>, ou de terceiro interessado, constitui responsabilidade compartilhada, se circunscrevendo ao disposto nesta lei, bem como na legislação de regência.

**Art. 17.** A responsabilidade compartilhada tem a finalidade de:

I – Garantir a aplicação das melhores práticas de injeção;

II – Promover a transparência e atualidade dos inventários de injeção;

III – Garantir a manutenção do monitoramento adequado após cessação permanente da injeção pelo Operador;



IV – Incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

§ 1º A atribuição de responsabilidades entre os agentes de que trata o *caput* será proporcional ao volume de CO<sub>2</sub> capturado e armazenado.

§ 2º A contratação de coleta, transporte, injeção, armazenamento e reaproveitamento de CO<sub>2</sub>, não isenta as pessoas jurídicas referidas neste capítulo da responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública.

**Art. 18.** O Operador é objetivamente responsável por quaisquer danos causados pelo projeto, incluindo, mas não limitado a, danos ao meio ambiente, à saúde humana, a outros recursos ou danos a ativos de terceiros.

§ 1º O Operador é responsável pelo custo de medidas corretivas necessárias para limitar a extensão do dano e o custo das medidas de remediação associadas ao dano, devendo proceder com a sua remediação e correção integral.

§ 2º Em casos de armazenamento permanente de CO<sub>2</sub>, a responsabilidade de que trata o *caput* será transferida à Gestora de Ativos de Armazenamento, após o encerramento do período de monitoramento pelo operador de que trata o art. 12.



## CAPÍTULO VII

DO ACESSO À INFRAESTRUTURA DE ARMAZENAMENTO E  
TRANSPORTE DE CO<sub>2</sub>

**Art. 19.** A autoridade de regulação de que trata essa Lei assegurará o acesso não discriminatório e negociado de terceiros à infraestrutura essencial para transporte de CO<sub>2</sub> até o ponto de entrega ao Operador.

§ 1º O agente emissor de CO<sub>2</sub> terá preferência para uso da infraestrutura de transporte e armazenamento sob titularidade própria ou na proporção da participação acionária nos ativos, nos termos do regulamento da autoridade de que trata o caput.

§ 2º Os proprietários da infraestrutura de que trata o caput deverão:

I – elaborar código de conduta e prática de acesso à infraestrutura; e

II – assegurar publicidade e transparência dos documentos.

§ 3º O acesso à infraestrutura de que trata o caput será objeto de acordo entre as partes, remunerado, com prazo de duração definidos, e segundo critérios objetivos, previamente definidos e divulgados na forma do §2º.

**Art. 20.** O acesso por agentes que não tenham relação societária direta ou indireta com o controlador dos projetos de estocagem de CO<sub>2</sub> de que trata essa Lei deverá ser garantido pelo código de conduta e prática de acesso à infraestrutura e pelo Termo de Outorga Qualificada, em consonância com o regulamento.

## CAPÍTULO VIII

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 21.** Os arts. 1º, 2º, 7º e 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....

XVII - fomentar a pesquisa e o desenvolvimento relacionados à energia renovável e à descarbonização do setor de energia;

.....” (NR)

.....”



“Art. 2º .....:

XV – estabelecer diretrizes para a adoção progressiva da captura de carbono, por armazenamento ou reaproveitamento, visando o atingimento de uma matriz energética de impacto neutro de emissões no ciclo de vida.

.....” (NR)

“Art. 7º Fica instituída a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, entidade integrante da Administração Federal Indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria de petróleo, gás natural, seus derivados, biocombustíveis e do armazenamento geológico de dióxido de carbono, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

.....” (NR)

“Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e das atividades de armazenamento geológico e armazenamento temporário de dióxido de carbono, cabendo-lhe:

IV – elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, incluindo mecanismos de captura de carbono em atendimento às diretrizes do CNPE, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;

VII – fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural dos biocombustíveis, e das atividades de armazenamento geológico de dióxido de carbono, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;

IX – fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, de captura de carbono, e de preservação do meio ambiente;

XI – organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural,



dos biocombustíveis, e das atividades de armazenamento geológico de dióxido de carbono;

.....  
XXXVI – regular e autorizar as atividades relacionadas com o armazenamento geológico de dióxido de carbono no que tange a avaliação por equipe técnica especializada da proposta do projeto pela fonte estacionária ou empresa contratada.

.....” (NR)

**Art. 22.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Parágrafo único.* O art. 8º produzirá efeitos após dois anos da data de publicação desta Lei.



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 1425/2022)**

A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE APROVOU, EM CARÁTER TERMINATIVO, O PROJETO DE LEI Nº 1425, DE 2022, E AS EMENDAS Nº 2 A 10 – CI/CMA, A EMENDA Nº 11 – CMA, E A SUBEMENDA Nº1-CMA À EMENDA Nº 10 – CI/CMA.

30 de agosto de 2023

Senadora LEILA BARROS

Presidente da Comissão de Meio Ambiente



**PROJETO DE LEI Nº 1.425, DE 2022**

*Disciplina a exploração da atividade de armazenamento permanente de dióxido de carbono de interesse público, em reservatórios geológicos ou temporários, e seu posterior reaproveitamento.*

**PROJETO DE LEI Nº 1.944, DE 2023**

*Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular o tratamento ambientalmente adequado do esgoto em áreas rurais.*

Recebidos os Ofícios nºs 150 e 151, de 2023, da CMA, comunicando a apreciação das matérias, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**Prazo: de 4/9/2023 a 11/9/2023.**







SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

OF. 150/2023/CMA

Brasília, 30 de agosto de 2023

A Sua Excelência o Senhor

Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunica a aprovação de matéria terminativa da Comissão de  
Meio Ambiente

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 1.425 de 2022, de autoria do Senador Jean-Paul Prates, que “Disciplina a exploração da atividade de armazenamento permanente de dióxido de carbono de interesse público, em reservatórios geológicos ou temporários, e seu posterior reaproveitamento”, com as Emendas nº 2 a 10-CI/CMA, a Emenda nº 11-CMA e a Subemenda nº 1-CMA à Emenda nº 10-CI/CMA, nos termos do relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Atenciosamente,

Senadora Leila Barros

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

OF. 151/2023/CMA

Brasília, 30 de agosto de 2023

A Sua Excelência o Senhor

Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunica a aprovação de matéria terminativa da Comissão de  
Meio Ambiente

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 1.944 de 2023, de autoria da Senadora Jussara Lima, que “Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular o tratamento ambientalmente adequado do esgoto em áreas rurais”, com as Emendas nº 1 – CRA/CMA e nº 2-CMA, nos termos do relatório do Senador Otto Alencar.

Atenciosamente,

Senadora Leila Barros

Presidente da Comissão de Meio Ambiente



# Projetos de Lei





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4244, DE 2023

Determina a colocação de dispositivos eletrônicos denominados “Pedagiômetros” em local estratégico nos postos de pedágios.

**AUTORIA:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4244/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

SF/23195.18476-63

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Determina a colocação de dispositivos eletrônicos denominados “Pedagiômetros” em local estratégico nos postos de pedágios.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O sistema de monitoramento para a coleta e armazenamento de dados de tráfego e de arrecadação das praças de pedágio implantadas nas rodovias estaduais será realizado por equipamentos contadores de tráfego e de arrecadação em moeda corrente, inclusive considerando os sistemas de pedágio eletrônico, devendo ser atendidas as seguintes especificações:

I - os equipamentos deverão ser instalados em caráter permanente e ininterrupto, permitindo o envio automático dos dados coletados, sem prejuízo da continuidade da coleta de dados durante sua transmissão, mantendo sua operação normal;

II – o s equipamentos deverão realizar contagens para as classes de veículos definidas pelas resoluções e portarias vigentes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN ou do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

**Art. 2º** Os dados de tráfego e arrecadação coletados servirão para formação de banco de dados que irá subsidiar a análise de fluxo de caixa, os estudos de ampliação de capacidade de tráfego, avaliações de níveis de serviço e desenvolvimento de projetos de restauração de pavimentos.

**Art. 3º** Os dados de arrecadação anual acumulada coletada deverão ser divulgados aos usuários em tempo real, por painéis eletrônicos



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –  
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1017317756>

Avulso do PL 4244/2023 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23195.18476-63

externos de fácil visualização, denominados “pedagiômetros”, instalados em cada uma das praças de cobrança de pedágio, devendo constar o que segue:

I – o número de veículos que passaram pelas praças de pedágio;

II – deverá constar o valor global arrecadado no trecho da concessão

III - deverá constar o valor recebido na praça onde estiver instalado.

§ 1º O pedagiômetro deverá ser afixado na praça de pedágio, devendo ser um painel eletrônico luminoso com números e letras de fácil visualização e leitura.

§ 2º O dispositivo eletrônico fixo deverá ter no mínimo 4 (quatro) metros por 2 (dois) metros de altura.

§ 3º Os dados coletados deverão estar disponibilizados por meio de sítio eletrônico da concessionária, que permita a consulta pública, respeitando o prazo máximo de 30 (trinta) dias para atualização.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

## JUSTIFICAÇÃO

A administração de rodovias mediante concessão é uma realidade no Brasil. Cada vez mais, notam-se os bons frutos que a exploração da infraestrutura pela iniciativa privada, regulada pelo poder público, é capaz de trazer. Isso não significa, entretanto, que o modelo esteja isento de problemas.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –  
Assinado eletronicamente por Sen. Claitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1017317756>

Avulso do PL 4244/2023 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

Vez ou outra, seja por observação dos usuários seja por críticas de estudiosos do setor, deparamo-nos com situações que merecem a atenção do legislador. Este projeto cuida de uma delas: o difícil controle social dos valores arrecadados com a cobrança tarifária e dos valores investidos no cumprimento do contrato de concessão.

Hoje a fiscalização das concessionárias de rodovias estaduais depende, basicamente, da atuação da agência reguladora dos Estados que apura receitas e despesas, sempre tomando em consideração as obrigações contratuais e a necessidade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Esse tipo de controle, a cargo do poder público, por óbvio, é indispensável. Mas, às vezes os dados e informações prestados pelo Poder Público são de natureza razoavelmente complexa, impedindo ou dificultando a compreensão do cidadão comum que deseja saber, resumidamente, o andamento das finanças da concessão.

Além disso, as informações geralmente são colocadas à disposição somente numa página eletrônica, atingindo uma quantidade de pessoas muito pequena se comparada à dos que poderiam tomar ciência dos números essenciais mediante a divulgação deles por intermédio de dispositivos eletrônicos colocados nas próprias vias sob concessão.

Por isso, vislumbro a necessidade de os usuários do serviço também estarem atentos ao movimento financeiro da concessão com a instalação de painéis eletrônicos externos de fácil visualização, denominados



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –  
Assinado eletronicamente por Sen. Claitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1017317756>

Avulso do PL 4244/2023 [4 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23195.18476-63

“pedagiômetros”, instalados em cada uma das praças de cobrança de pedágio.

É certo que a visualização simples e rápida dos números da concessão trará significativos benefícios, fazendo crescer o interesse e a participação social na fiscalização de serviço que é essencial para a economia do Estado.

Considerando a justificativa acima, solicito o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto de Lei.

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO  
REPUBLICANOS/MG**



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –  
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1017317756>

Avulso do PL 4244/2023 [5 de 5]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4245, DE 2023

Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, a fim de fixar prazo para realização do exame pericial a cargo do INSS.

**AUTORIA:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4245/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**

Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, a fim de fixar prazo para realização do exame pericial a cargo do INSS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 2º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-A:

“Art. 20-A. No caso de pedido relacionado ao benefício assistencial de prestação continuada à pessoa portadora de deficiência, o INSS terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para realização do exame pericial, a partir do requerimento administrativo.

§ 1º O requerimento administrativo deverá ser instruído com documentação médica comprobatória da deficiência.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto no art. 20-A, desde que o fato gerador tenha sido por ineficiência da autarquia, acarretará a concessão provisória e automática do benefício requerido, até realização da perícia médica, desde que presentes os demais requisitos legais para o deferimento do benefício.

§ 3º Na hipótese de a perícia médica ser desfavorável ao requerente, o INSS cessará imediatamente o benefício provisoriamente concedido.

§ 4º Os valores recebidos no período de concessão provisória do benefício não estão sujeitos à devolução, salvo no caso de comprovada má-fé.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –  
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3427652683>

Avulso do PL 4245/2023 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23771.56584-50

## JUSTIFICAÇÃO

A demora na concessão de benefícios previdenciários ou assistenciais, originados pela incapacidade de trabalho ou pela deficiência do indivíduo, demonstra toda evidência, de uma grave questão social, que interessa a toda coletividade. Quando se trata de questão social, não é possível dissociar a morosidade de atendimento da concretização de políticas públicas constitucionalmente asseguradas, principalmente aquelas relacionadas às áreas da saúde, previdência e assistência.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) e pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

O benefício consiste na transferência de renda mensal no valor de um salário-mínimo nacional a pessoas com 65 anos de idade ou mais e pessoas com deficiência de qualquer idade, com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para a concessão do BPC, a renda mensal por pessoa da família deve ser de até  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário-mínimo vigente nacionalmente.

É desnecessário registrar que, assim como o salário, a prestação previdenciária ostenta clara natureza alimentar, a demora para seu deferimento pode causar danos irreparáveis ao segurado ou beneficiário que dele necessita.

Considerando que, até o momento, as medidas adotadas pelo INSS no combate à lentidão do atendimento pericial não vêm atingindo o resultado esperado, onde em média o prazo para realização de perícia médica é de 120 (cento e vinte dias) dias, faz-se necessária a fixação de um prazo legal que obrigue a autarquia a agendar a perícia médica em prazo razoável.

Acreditamos que o prazo de até 60 (sessenta) dias atenderia aos anseios da população, que seria periciada em curto período, além de não tumultuar a organização interna do INSS, já que as médias regional e



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –  
Assinado eletronicamente por Sen. Claitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3427652683>

Avulso do PL 4245/2023 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23771.56584-50

nacional de espera informadas pelo próprio ente previdenciário são inferiores ao prazo em tela.

Para ter direito o beneficiário necessita apresentar os documentos médicos comprobatórios de seu real estado de saúde, o que, a princípio, justificaria o deferimento do benefício na hipótese de inobservância do prazo pela autarquia previdenciária. Na eventualidade de a perícia médica ser desfavorável ao requerente, a alteração ora introduzida determina a cessação imediata do benefício provisoriamente deferido, medida que tem o nítido propósito de impedir lesão aos cofres públicos.

Por fim, a modificação ora proposta evita que os valores, referentes aos benefícios provisoriamente deferidos, sejam devolvidos pelo requerente, salvo comprovada má-fé.

Ante o exposto e tendo em vista a relevância da matéria, solicitamos aos nobres pares o necessário apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO**  
**REPUBLICANOS/MG**



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –  
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3427652683>

Avulso do PL 4245/2023 [4 de 5]



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto nº 6.214, de 26 de Setembro de 2007 - DEC-6214-2007-09-26 - 6214/07  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2007;6214>
- Lei nº 7.070, de 20 de Dezembro de 1982 - LEI-7070-1982-12-20 - 7070/82  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1982;7070>
- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social; Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência - 8213/91  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>
- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social; LOAS - 8742/93  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4260, DE 2023

Altera o art. 359-M do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incriminar a tentativa de Golpe de Estado não-violenta.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4260/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**

Altera o art. 359-M do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incriminar a tentativa de Golpe de Estado não-violenta.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 359-M do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte *parágrafo único*:

**“Golpe de Estado**

**Art. 359-M.** .....

**Golpe de Estado não-violento**

*Parágrafo único.* Se o agente é funcionário público civil ou militar, aplicam-se as penas previstas no *caput* deste artigo, independentemente do efetivo emprego de violência à pessoa.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição busca alterar o art. 359-M do Código Penal de modo a prever que a pena para o crime de Golpe de Estado seja aplicada mesmo não havendo emprego de violência, se praticado por funcionário público civil ou militar.

A tentativa de Golpe de Estado pode ocorrer por meio de manifestações políticas descaracterizadas, ou até mesmo por edições de decretos de dissolução do parlamento com apoio de setores do sistema judiciário para tomar decisões que favoreçam seus interesses políticos, como a



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5386823308>

Avulso do PL 4260/2023 [2 de 4]



destituição de líderes opositores ou a invalidação de eleições, valendo-se os conspiradores de seus cargos públicos.

Certos de que a tentativa de Golpe de Estado, mesmo sem violência, é amplamente considerada uma ação antidemocrática e inaceitável, uma vez que mina os princípios fundamentais da governança democrática e do respeito ao Estado de Direito e que mesmo quando a violência física não é usada durante o golpe em si, geralmente há conflitos, repressão e violações dos direitos humanos durante o período subsequente ao golpe, entendemos ser de extrema importância a alteração legislativa proposta.

Com essas considerações, conclamamos os Nobres Pares à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora SORAYA THRONICKE



ca2023-08882  
Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5386823308>

Avulso do PL 4260/2023 [3 de 4]





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art359-13

Avulso do PL 4260/2023 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4266, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

**AUTORIA:** Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4266/2023 [1 de 11]





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

1

SF/23468.20450-08

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 92, 129, 141 e 147 Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 92.**.....

.....

II – a incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente, tutelado ou curatelado, bem como nos crimes cometidos contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código;

§ 1º Os efeitos de que trata este artigo são automáticos, devendo ser declarados na sentença.



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4051948433>

Avulso do PL 4266/2023 [2 de 11]





2

SF/23468.20450-08

SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

§ 2º Será aplicado ao condenado por crime praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código, o efeito previsto no inciso I deste artigo, sendo igualmente vedada a sua nomeação, designação ou diplomação em qualquer cargo, função pública ou mandato eletivo entre o trânsito julgado da condenação até o efetivo cumprimento da pena.

§ 3º Na hipótese de condenação por crime praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código, os efeitos dos incisos I e II do *caput* e do § 2º deste artigo serão automáticos.” (NR)

**“Lesão Corporal**

**Art. 129.**.....

.....

**Violência doméstica**

§ 9º.....

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

.....

§ 13.....

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.” (NR)

**“Disposições comuns**

**Art. 141.**.....

.....

§ 3º Se o crime é cometido contra mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código, aplica-se a pena em dobro.” (NR)

**“Ameaça**

**Art. 147.**.....

§ 1º Se o crime é cometido contra mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código, aplica-se a pena em dobro.



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4051948433>

Avulso do PL 4266/2023 [3 de 11]





3

SF/23468.20450-08

SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

§ 2º Somente se procede mediante representação, exceto na hipótese prevista no § 1º deste artigo” (NR)

**Art. 2º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte art. 121-A:

“**Art. 121-A.** Matar mulher por razões da condição do sexo feminino:

Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 40 (quarenta) anos.

§ 1º Considera-se que há razões de condição do sexo feminino quando o crime envolve:

I – violência doméstica e familiar;

II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

§ 2º A pena do feminicídio é aumentada de um 1/3 (um terço) até a metade se o crime é praticado:

I – durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto, ou se a vítima for a mãe ou a responsável por criança ou adolescente menor de dezoito anos ou, qualquer que seja a idade, se deficiente ou portador de necessidades especiais;

II – contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental;

III – na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima;

IV - em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do *caput* do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

V – nas circunstâncias previstas nos incisos III, IV e VIII do § 2º do art. 121 deste Código.

**Coautoria**

§ 4º Comunicam-se ao coautor ou participe as circunstâncias pessoais elementares do crime previstas no § 1º deste artigo.”



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4051948433>

Avulso do PL 4266/2023 [4 de 11]





4

SF/23468.20450-08

SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

**Art. 3º** O art. 21 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), passa a vigor com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 21.**.....

.....

§ 2º Se o crime é cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, aplica-se a pena de 2 (dois) a 5 (anos).” (NR)

**Art. 4º** Os arts. 41 e 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 41.**.....

.....

§ 1º Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do juiz de execução penal.

§ 2º O preso condenado por crime contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, não poderá usufruir do direito previsto no inciso X.” (NR)

“**Art. 112.**.....

.....

VI-A – 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de feminicídio, se for primário, vedado o livramento condicional;

.....” (NR)

**Art. 5º** A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigor acrescida do seguinte art. 146-E:



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4051948433>

Avulso do PL 4266/2023 [5 de 11]





5

SF/23468.20450-08

SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

“**Art. 146-E.** O condenado por crime contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, ao usufruir de qualquer benefício em que ocorra a sua saída de estabelecimento penal, será fiscalizado por meio de monitoração eletrônica.”

**Art. 6º** O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 1º** .....

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX);

.....

I-B – feminicídio (art. 121-A);

.....” (NR)

**Art. 7º** O art. 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 24-A.**.....

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

.....” (NR)

**Art. 8º** Ficam revogados o inciso VI do § 2º e os §§ 2º-A e 7º, todos do art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4051948433>

Avulso do PL 4266/2023 [6 de 11]





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

6

SF/23468.20450-08

Estudos recentes constataram que o feminicídio é o resultado final de uma série de atos anteriores voltados a lesionar ou subjugar a mulher. Entretanto, embora a legislação tenha sido aperfeiçoada no sentido de aumentar a punibilidade para quem comete o crime de feminicídio, e de outros crimes praticados contra a mulher, tais medidas não têm se mostrado eficazes para impedir o aumento exponencial de casos verificado nos últimos anos.

Muito recentemente, em março de 2023, noticiou-se pela imprensa que o Brasil bateu recorde de feminicídios no primeiro semestre de 2022. De acordo com dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 699 casos foram registrados entre janeiro e junho, o que representaria uma média de quatro mulheres mortas por dia. Em 2019, no mesmo período, foram registrados 631 casos. Dois anos depois, em 2021, 677 mulheres foram assassinadas em decorrência da violência de gênero.

Os dados foram coletados com as pastas estaduais de Segurança Pública pelo FBSP e representam somente os crimes que chegaram a ser registrados formalmente, e com a correta tipificação legal.

Portanto, o fato é que após oito anos da promulgação da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, a Lei do Feminicídio, o assassinato de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em razão do menosprezo ou discriminação à sua condição aumentaram no país.

Atualmente, o feminicídio é tratado como homicídio qualificado, sendo considerado um crime de ódio motivado pelo gênero da vítima. No entanto, é importante reconhecer que o feminicídio possui particularidades e características próprias que o distinguem de outros tipos de homicídios.

Dados estatísticos evidenciam que as mulheres são mais frequentemente vítimas de violência doméstica e crimes de ódio decorrentes de questões de gênero. O feminicídio é a manifestação mais extrema dessa violência, representando um grave atentado ao direito à vida e à dignidade das mulheres. Sendo assim, é importante considerar o feminicídio como um



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4051948433>

Avulso do PL 4266/2023 [7 de 11]







SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

7

SF/23468.20450-08

crime autônomo, de forma a reconhecer a gravidade e a especificidade desse tipo de violência.

Tal medida permitirá uma melhor compreensão e identificação desse delito, facilitando a coleta de dados estatísticos mais precisos sobre os casos de violência contra as mulheres, de modo a auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de prevenção mais adequadas. Com isso, será possível uma resposta mais efetiva por parte do sistema de justiça.

Assim, apresentamos o presente projeto de lei, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer um amplo conjunto de medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

Além de transformar o feminicídio em crime autônomo, verificamos a necessidade de aumentar as penas mínima e máxima para quem comete esse crime odioso, que será fundamental para transmitir uma mensagem clara de repúdio a esse delito e garantir maior proteção às mulheres. A punição adequada é essencial para desencorajar os agressores e promover a justiça, proporcionando um ambiente seguro e igualitário para todas as pessoas, independentemente do seu gênero.

Por sua vez, também agravaremos as penas daqueles crimes que são considerados precursores do crime de feminicídio, que são os crimes de lesão corporal (leve ou grave), vias de fato, contra a honra ou de ameaça, praticados contra a mulher. No nosso entendimento, tais crimes precisam ter a sua punibilidade agravada, para que, desde o início, seja possível impedir que o agressor progrida em sua empreitada criminoso, chegando no crime mais grave, que é o feminicídio.



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4051948433>

Avulso do PL 4266/2023 [8 de 11]





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

8

SF/23468.20450-08

No mesmo sentido, agravaremos a pena do crime de descumprimento de medidas protetivas, de modo a impedir que o agressor continue a molestar a vítima, inclusive por meio da prática de novos crimes contra mulher.

Outra medida que entendemos necessário implementar é a previsão legal da perda do poder familiar para o agressor. É corriqueiro que agressores tenham sua liberdade concedida em curto espaço de tempo e retomam seu convívio com os descendentes sem restrição, causando sofrimento tanto à vítima quanto aos infantes, que são obrigados a conviver com aquele que em muitas vezes lhes causaram traumas psicológicos de difícil reparação.

Nesse diapasão, relativo à restrição de direitos, estabeleceremos também a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo para aquele que for condenado por crime praticado contra a mulher, impedindo, igualmente, a sua nomeação, designação ou diplomação nessas atribuições públicas entre o trânsito julgado da condenação até o efetivo cumprimento da pena. Aquele que pratica crime contra a mulher, com violência de gênero, não deve exercer qualquer atribuição pública, uma vez que esta pressupõe a lisura e a correição no trato com as demais pessoas.

No âmbito da execução penal, deixaremos expresso na lei acerca da imperatividade na monitoração eletrônica na fiscalização do condenado por crime contra a mulher que esteja usufruindo de qualquer benefício no qual ocorra a sua saída de estabelecimento penal. Tal medida é essencial tanto para impedir o agressor de praticar novos crimes contra a mulher, quanto para possibilitar que as autoridades possam realizar o monitoramento e tomar medidas urgentes.

Estabeleceremos também, no âmbito da execução penal, a vedação de visita íntima para aquele que for condenado por crime contra a mulher. Com isso, buscamos impedir o contato do agressor com a vítima, ou qualquer outra mulher, que, não raras vezes, é coagida a visitá-lo, com o único propósito de satisfazer as necessidades sexuais daquele que já a agrediu anteriormente.



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4051948433>

Avulso do PL 4266/2023 [9 de 11]





9

SF/23468.20450-08

SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

Por fim, destacamos que, na execução penal, a progressão de regime é uma ferramenta importante para a ressocialização dos condenados. No entanto, em casos de feminicídio, a punição não pode ser flexibilizada prematuramente, já que esse crime revela uma violência extrema e um risco elevado às mulheres. Diante disso, tornaremos mais rígida a progressão de regime nos casos de feminicídio para garantir que os condenados cumpram um tempo mínimo de pena em regime fechado antes de progredir para um regime menos restritivo, visando assegurar a proteção das mulheres e evitar a impunidade para crimes tão graves.

Esse é o conjunto de medidas que apresentamos com o objetivo de combater a violência de gênero, especialmente para prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher. **O chamado PACOTE ANTI-FEMINICÍDIO.**

Por todos esses motivos, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora **MARGARETH BUZETTI**

*Vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal*



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4051948433>

Avulso do PL 4266/2023 [10 de 11]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>

- art92
- art121\_par2\_inc6
- art121\_par2-1
- art121\_par7
- art121-1\_par1
- art129
- art141
- art147

- Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de Outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais - 3688/41

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1941;3688>

- art21

- Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 - Lei de Execução Penal - 7210/84

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1984;7210>

- art41
- art112

- Lei nº 8.072, de 25 de Julho de 1990 - Lei dos Crimes Hediondos - 8072/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8072>

- art1

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

- art22\_cpt\_inc1
- art22\_cpt\_inc2
- art22\_cpt\_inc3
- art24-1

- Lei nº 13.104, de 9 de Março de 2015 - Lei do Feminicídio - 13104/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13104>



# Projeto de Resolução





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 89, DE 2023

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Semana Comemorativa dos 200 Anos do Senado Federal.

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 89/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/23430.04379-96

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Semana Comemorativa dos 200 Anos do Senado Federal.

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana Comemorativa dos 200 Anos do Senado Federal, a ser celebrada de 19 a 25 de março de 2024.

*Parágrafo único.* A Semana Comemorativa de que trata o *caput* tem como objetivos:

I – difundir a história, a missão constitucional e o funcionamento do Senado Federal; e

II – ressaltar o papel do Senado Federal e do Congresso Nacional na defesa e no aperfeiçoamento contínuo da democracia.

**Art. 2º** Com o propósito de promover o debate acerca do funcionamento do sistema político e suas instituições, os materiais informativos produzidos para divulgação do projeto poderão ser encaminhados às escolas dos sistemas públicos de ensino.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta iniciativa ocorrerão por conta da dotação orçamentária do Senado Federal.

**Art. 4º** A vigência desta Resolução se estende da data de sua publicação até o dia 31 de março de 2024.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2917468532>

Avulso do PRS 89/2023 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**JUSTIFICAÇÃO**

Entre os primeiros passos que deveria dar a Nação brasileira, ao se tornar independente, estavam a instituição de sua Lei Maior e, nela inserida, a criação de seu parlamento. Em um processo em grande parte conflituoso, a Constituição do Império Brasileiro foi outorgada por Dom Pedro I em 25 de março de 1824, permanecendo em vigência até o advento da República, em 1889.

Algumas das instituições então criadas pela Constituição Imperial a ela sobreviverão, seguindo em sua missão de promover o desenvolvimento do País e de seu sistema político, jurídico e administrativo. Devemos destacar, nesse sentido, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, que traduzem e expressam a vontade dos cidadãos brasileiros, não obstante as inúmeras limitações impostas, no início, pelas próprias regras jurídicas e, desde sempre, pelas desigualdades econômico-sociais que marcaram e ainda marcam o País, mesmo que consideremos os avanços obtidos ao longo de dois séculos.

O Congresso Nacional, apesar das referidas limitações e dos ataques que lhe foram dirigidos por governos ditatoriais, resistiu e prosseguiu em sua importantíssima tarefa, refletindo a evolução da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que a amplia e a impulsiona. Um de seus grandes momentos foi, sem dúvida, o da promulgação da Constituição da República de 1988, a Constituição Cidadã, cujo processo de elaboração permitiu, efetivamente, a participação da sociedade, tornando-se pioneira em vários temas e situando-se entre as constituições socialmente mais avançadas em todo o mundo.

Sendo denominado a Câmara Alta do Congresso Nacional, o Senado é o principal pilar do federalismo brasileiro, nele tendo igual representação os Estados da República, assim como o Distrito Federal. Casa revisora dos projetos oriundos da Câmara, inclusive aqueles apresentados pelo Poder Executivo, também se originaram do Senado projetos convertidos em leis que ampliaram a democracia e os direitos das cidadãs e dos cidadãos brasileiros. Além disso, compete ao Senado Federal,

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2917468532>

Avulso do PRS 89/2023 [3 de 5]







SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/23430.04379-96

conforme o art. 52 da Constituição, uma série de decisões relevantes que lhe são privativas.

É importante que nossa população conheça o funcionamento do Poder Legislativo, para poder ampliar e aperfeiçoar sua participação no processo político. Neste momento em que o Senado Federal irá completar 200 anos de criação, compete ao Estado envidar esforços para que a data seja não apenas celebrada, mas aproveitada de modo que a importância desta Casa legislativa, sua missão constitucional e seu papel para garantir e aprimorar a democracia sejam difundidos e ressaltados.

Isso é tanto mais importante em um momento em que têm surgido novas ameaças ao sistema democrático, frequentemente associadas à utilização desonesta e obscurantista dos meios de comunicação digital. Ademais, é essencial que esse estudo e esse debate cheguem até as escolas, de modo que as novas gerações aprendam sobre o funcionamento de nosso sistema político e suas instituições, valorizando nossas conquistas ao mesmo tempo em que desenvolvem a capacidade da visão crítica.

Contamos com o apoio entusiástico das Senadoras e dos Senadores a este projeto de resolução, que quer comemorar de modo condizente com a sua relevância para a história do País o Bicentenário do Senado Federal.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2917468532>

Avulso do PRS 89/2023 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art52

Avulso do PRS 89/2023 [5 de 5]



# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 769, DE 2023

Requer a tramitação conjunta do PLS 236/2012 com o PLS 160/2015.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 769/2023 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

SF/23240.50352-06 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PLS 236/2012(e demais matérias que tramitam em conjunto) com o PLS 160/2015, por tratarem da mesma matéria.

**JUSTIFICAÇÃO**

O PLS 160, de 2015, cuida de matéria penal já tratada em outras proposições que foram apensadas ao PLS 236, de 2012, que objetiva a reforma do Código Penal, a exemplo do PL nº 5.301, de 2019.

Por essa razão, entendo que o PLS 160, de 2015, hoje sob minha relatoria, deverá ser apensado na forma aqui requerida, para que sua análise se dê de forma sistematizada.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2023.

**Senadora Soraya Thronicke**  
**(PODEMOS - MS)**



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6761848217>

Avulso do RQS 769/2023 [2 de 2]





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 770, DE 2023

Requer realização de Sessão Especial no dia 05/12/23, para homenagear os sessenta anos de fundação da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

**AUTORIA:** Senador Beto Faro (PT/PA), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 770/2023 [1 de 3]



## REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 05/12/2023, a fim de homenagear os sessenta anos de fundação da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, com as presenças do presidente da entidade; do Ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar; de representante do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; de representante da CUT- Central Única dos Trabalhadores; de representante do MAB-Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB; de representante do MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores; do MMC- Movimento das Mulheres Camponesas; e representante do Observatório do Clima.

## JUSTIFICAÇÃO

No dia 20 de dezembro a CONTAG celebra 60 anos da sua fundação e de uma história de lutas e conquistas para os povos do campo, da floresta e das águas.

A CONTAG é a primeira e continua sendo a única entidade sindical camponesa de caráter nacional reconhecida legalmente pelo Ministério do Trabalho na representação dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, reunindo todas as suas lutas e demandas históricas e atuais.

São seis décadas de atuação em favor da organização sindical, das lutas por direitos, cidadania e políticas estruturantes para o meio rural. Desde sua fundação em 1963, esteve presente nos momentos de luta do povo brasileiro e da classe trabalhadora contra a ditadura, pela redemocratização do Brasil, pela



Assinado eletronicamente por Sen. Patr. Faria e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3503355427>

Avulso do RQS 770/2023 [2 de 3]



Constituinte e por um projeto de desenvolvimento sustentável que contemple e valorize as demandas e as identidades dos povos do campo, da floresta e das águas.

São 60 anos de compromisso com a democracia, a justiça social, os direitos e com a continuidade das lutas populares por terra, melhores condições de vida, de produção e comercialização de alimentos adequados e saudáveis, contribuindo com a soberania e segurança alimentar e nutricional do Brasil e com a preservação e conservação ambiental, a cultura rural, entre outras bandeiras.

Consideramos justa e merecida a realização de uma Sessão Especial desta Casa no dia 05 de dezembro para celebrar a história da CONTAG.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2023.

**Senador Beto Faro**  
**(PT - PA)**



Assinado eletronicamente por Sen. Beto Faro e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3503355427>

Avulso do RQS 770/2023 [3 de 3]







## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 771, DE 2023

Requer a realização de Sessão Especial a fim de celebrar os 90 anos de regulamentação do exercício profissional da atividade de Médico-veterinário e aos 55 anos de criação do Sistema Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária e a eleição da primeira mulher para presidir o CFMV.

**AUTORIA:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 771/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

SF/23849.72753-15 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 15/12/2023, a fim de celebrar os 90 anos de regulamentação do exercício profissional da atividade de Médico-veterinário e aos 55 anos de criação do Sistema Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária e a eleição da primeira mulher para presidir o CFMV.

**JUSTIFICAÇÃO**

A regulamentação do exercício profissional do médico-veterinário no país completa 90 anos no dia 9 de setembro de 2023 e, como sabemos, esses profissionais e essa profissão científica, ao longo da história, têm se mostrado essenciais por dialogarem com diversas áreas da saúde, como a medicina humana, a biologia, a microbiologia, a farmácia entre outras.

Os médicos-veterinários são reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH) e pela Associação Mundial de Veterinária (WVA) como parte integrante da comunidade global de saúde, uma vez que, além das atividades ligadas à saúde e ao bem-estar dos animais, desempenham um papel fundamental na prevenção e no controle de doenças, incluindo as transmissíveis ao homem, e na garantia da segurança dos alimentos consumidos pela população.

Desde 1998, a Medicina Veterinária é reconhecida como profissão que compõe o rol da Área da Saúde pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), Resolução CNS nº 287/1998, Portaria MS nº 639/2020 e Lei Federal nº 14.023/2020 e o médico-



Assinado eletronicamente por Sen. Mauro Carvalho Junior e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8709594511>

Avulso do RQS 771/2023 [2 de 4]



veterinário foi relacionado como profissional integrante do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Atenção Básica (NASF-AB), em 2011.

Mais recentemente, em maio de 2023, o Ministério da Saúde publicou a Portaria GM/MS nº 635, que institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho nas equipes multiprofissionais de saúde e incluiu os médicos-veterinários como um dos profissionais opcionais que poderão compor as chamadas e-Multi Estratégicas, um dos modelos sugeridos pela pasta.

Apenas como exemplo das inúmeras e importantes contribuições do médico-veterinário para a nossa sociedade e aí, incluímos também a saúde humana, podemos listar que a seringa para injeção hipodérmica de uso universal foi desenvolvida pelo médico-veterinário francês François Tabourin, professor de Farmacologia e Bioquímica na Escola Veterinária de Lyon; que os nomes de Jean-Marie Camille Guérin (1872-1961), médico-veterinário, e seu parceiro de pesquisas, o médico bacteriologista Leon Charles Calmette (1863-1933), estão indiscutivelmente ligados aos trabalhos de atenuação de cepas de Mycobacterium usadas na elaboração da vacina contra a tuberculose, mundialmente conhecida como BCG (Bacilo de Calmette e Guérin) e que, no Brasil, desde a década de 1960, o Instituto Butantan conta com a fábrica de plasma dos soros hiperimunes, onde, atualmente, atuam quatro médicos-veterinários. O plantel de cavalos produz entre 22 e 25 mil litros de plasma/ano, que geram até 600 mil ampolas de soros anticrotático (cascavel), antibotrópico (jararaca), antiescorpiônico, raiva, tétano, difteria e botulismo, entre outros. No mesmo instituto, o médico-veterinário Rosalvo Guidolin desenvolveu uma tecnologia pioneira para a fabricação de soro antiofídico em pó, que possibilita o atendimento de populações ribeirinhas ou de difícil acesso.

Outrossim, também é de suma importância reconhecermos além da importância do médico-veterinário, o trabalho realizado pelo Sistema Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.



Assinado eletronicamente por Sen. Mauro Carvalho Junior e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8709594511>

Avulso do RQS 771/2023 [3 de 4]



Criado em 23 de outubro de 1968, por meio da lei nº 5.517, o Sistema Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária (CFMV/CRMVS) completa 55 anos de fundação e serviços prestados à sociedade brasileira.

É o Sistema CFMV/CRMVs que, por meio dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (CRMVs), orienta, supervisiona e disciplina as atividades relacionadas à profissão de médico-veterinário e de zootecnista em todo o território nacional.

O Sistema CFMV/CRMVs, conforme estabelece o Art 9º da referida lei, serve de órgão de consulta dos governadores da União, dos estados, e dos municípios, em todos os assuntos relativos às profissões de médico-veterinário e de zootecnista ou ligados, direta ou indiretamente, à produção ou à indústria animal. Ou seja, sem o trabalho realizado pelos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, por meio do Sistema CFMV/CRMVs, não haveria a fiscalização do trabalho desenvolvido pelo médico-veterinário, tampouco esses profissionais estariam presentes, nas mais de 80 áreas possíveis de atuação, como a inspeção e auditoria de produtos de origem animal para consumo humano, nas perícias médico-veterinárias, no ensino e pesquisa, na prevenção de zoonoses, doenças transmitidas de animais para pessoas, na produção de remédios e vacinas, nas granjas, nos frigoríficos, nos entrepostos, nas queijarias e em toda a indústria de produtos de origem animal.

Diante de todo o exposto, preenchidos os requisitos regimentais e baseados na justificativa acima, aguarda-se pela celebração dos 90 anos de Regulamentação da profissão de Médico-veterinário e dos 55 anos de criação do Conselho Federal de Medicina Veterinária e do Sistema Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2023.

**Senador Mauro Carvalho Junior**  
**(UNIÃO - MT)**



Assinado eletronicamente por Sen. Mauro Carvalho Junior e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8709594511>

Avulso do RQS 771/2023 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 772, DE 2023

Requer a Realização de Sessão Especial para comemorar os 50 anos do Instituto Rui Barbosa - IRB.

**AUTORIA:** Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 772/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, a fim de comemorar os 50 (cinquenta) anos do Instituto Rui Barbosa - IRB, instituição mantida pelos 33 Tribunais de Contas brasileiros, que se completará no dia 12 de outubro de 2023. Trata-se da entidade nacional mais antiga que congrega os Tribunais de Contas do País.

**JUSTIFICAÇÃO**

O IRB é uma associação civil criada com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos Tribunais de Contas, estimulando reflexões e disseminando conhecimentos sobre os mais diferentes temas de interesse da administração pública, do controle e do desenvolvimento brasileiro. É intitulado “a Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas do Brasil”.

No decorrer de todos esses anos, o IRB vem cumprindo sua missão de promover a formação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos membros e servidores dos Tribunais de Contas do Brasil e da sociedade brasileira, por meio de estudos, pesquisas, qualificação, seminários, publicações técnicas, livros, revistas e realização de eventos nacionais e internacionais.

Para comemorar com maestria as cinco décadas de atuação, o Instituto Rui Barbosa planejou uma série de atividades representativas ao longo deste ano, iniciadas em junho e com conclusão prevista para o fim de 2023, com ações específicas: lançamento de livros, documentário histórico, lançamento de selo



Assinado eletronicamente por Sen. Cirl Gomes e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3789474881>

Avulso do RQS 772/2023 [2 de 3]



comemorativo com os Correios, homenagens, eventos com a imprensa, lançamento do Prêmio IRB de Jornalismo – Nacional, além de outras ações.

Por esse motivo, propomos o presente Requerimento para realização de Sessão Especial que virá a se somar às devidas homenagens que serão prestadas ao Instituto Rui Barbosa, oportunidade em que será lançado o selo comemorativo ao jubileu de ouro da instituição por meio dos Correios. Para tanto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação do referido Requerimento.

Sala das Sessões,        de                                de                                .

**Senador Cid Gomes**  
**(PDT - CE)**



Assinado eletronicamente por Sen. Cid Gomes e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3789474881>

Avulso do RQS 772/2023 [3 de 3]





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 773, DE 2023

Requerimento nº 773, de 2023, do Senador Jader Barbalho, de informações ao Ministro de de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira sobre o aumento elevado na tarifa de energia elétrica no Pará, que chegaria a 18%, caso o Governo do Estado do Pará não intervisse.

**AUTORIA:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 773/2023 [1 de 5]







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jader Barbalho

## REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações sobre o aumento elevado na tarifa de energia elétrica no Pará, que chegaria a 18%, caso o Governo do Estado do Pará não intervisse.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações sobre o aumento elevado na tarifa de energia elétrica no Pará, que chegaria a 18%, caso o Governo do Estado do Pará não intervisse.

Nesses termos, requisita-se:

1. Qual o motivo para que o reajuste da tarifa de energia elétrica no Pará, em 2023, tenha sido, inicialmente 18%, muito acima da inflação acumulada em 1 ano no País e também muito acima do reajuste aplicado aos demais estados conforme consta do site da ANEEL?

2. Qual a justificativa para que a parcela “distribuição” da tarifa residencial aplicada no Estado do Pará tenha evoluído de R\$ 149,3/MWh em 2012 para R\$ 383,3/MWh em 2023, com crescimento de 157% enquanto que nos demais estados, em média, a parcela “distribuição” da tarifa residencial cresceu apenas 82% (de R\$ 124,3 para R\$ 226,7/MWh) nesse mesmo período?



Assinado eletronicamente por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1525432883>

Avulso do RQS 773/2023 [2 de 5]



3. Qual a justificativa para que a parcela “transmissão” da tarifa residencial aplicada no Estado do Pará tenha evoluído de R\$ 24,1/MWh em 2012 para R\$ 77,9/MWh em 2023, com crescimento de 223% enquanto que nos demais estados, em média, esse item de custo cresceu apenas 147% (de R\$23,6 para R\$ 58,4/MWh) nesse mesmo período?

4. Qual a justificativa para que a parcela “encargos” da tarifa residencial aplicada no Estado do Pará tenha evoluído de R\$ 30,2/MWh em 2012 para R\$ 137,6/MWh em 2023, com crescimento de mais de 356% enquanto que nos demais estados, em média, essa parcela do custo da tarifa cresceu apenas 307% (de R\$ 36,3 para R\$ 147,9/MWh) nesse mesmo período?

5. Quais cobranças estão embutidas nos encargos que são cobrados na tarifa de energia elétrica?

6. Quais leis nacionais e normas técnicas da ANEEL são utilizadas para embasar as revisões periódicas das tarifas de energia elétrica e os reajustes?

7. Qual é o limite para o aumento de benefícios cobrados no sistema em forma de subsídio, na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)? O que acompanhamos hoje, desde sua criação, em 2002, é que não há limites para a cobrança de subsídios nas contas do consumidor, o que promove no setor elétrico uma verdadeira “farra de bondades” onde cada agente busca tirar custos de si e passar para outro, sempre aumentando a conta para os consumidores. O orçamento da CDE este ano é de R\$ 34,9 bi, alta de 8,2% em relação à 2022.

## JUSTIFICAÇÃO

No início de agosto deste ano, o Governo do Pará conseguiu impedir o aumento na tarifa de energia no Pará, que seria de 18%. Após a revisão tarifária da Equatorial Pará feita pela Aneel, neste mês, o aumento do valor médio das tarifas no estado foi de 11,07%. O consumidor final já vai receber a próxima conta de energia com reajuste de 9,61%. Um dos argumentos para o contraponto que está sendo coordenado pelo procurador-geral do Estado do Pará, Ricardo Sefer, é o fato de o



Assinado eletronicamente por Senador Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1525432883>

Avulso do RQS 773/2023 [3 de 5]



ajuste estar muito acima da inflação acumulada nos últimos 12 meses, que foi de 3,53% (INPC/IBGE).

O consumidor paraense paga a conta de energia mais cara do Brasil. O valor médio do quilowatt-hora consumido pela população do Pará é de R\$ 0,96 enquanto a mesma medida paga pelo consumidor da Paraíba é de R\$ 0,54. O valor médio nacional é de R\$ 0,72. Antes do reajuste, aprovado neste mês pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a tarifa do consumidor paraense era de R\$ 0,816 o KW/hora. Essa discrepância, imposta injustamente à população do Estado que abriga as duas maiores usinas hidrelétricas do país, Belo Monte e Tucuruí, está no foco do trabalho do grupo técnico criado pelo Governo do Pará, que vem sendo conduzido para propor alternativas que permitam modificar o sistema de tarifação e reajuste de energia.

Infelizmente, os consumidores do Pará pagam até 79% a mais pela energia, quando comparados os valores com as contas de consumidores da Paraíba, por exemplo. Um comparativo entre tarifa cobrada de quem tem o consumo médio de 150 kWh da Equatorial Pará, teria ao final do mês uma conta de R\$ 144, isso sem considerar a incidência de impostos e taxas. Já o consumidor da Energisa, da Paraíba, pagaria R\$ 80,40, pelo mesmo consumo.

É preciso que o Congresso Nacional vá a fundo na investigação dos valores cobrados nas tarifas de energia elétrica em todo o País, principalmente nos estados geradores, que acabam sendo prejudicados com cobranças elevadas e abusivas, como é o caso do Pará.

Vou envidar esforços para me aprofundar nessa apuração, seja através da instalação de uma CPI no Senado Federal ou protocolando uma Ação Popular na Justiça Federal, para investigar a fundo a forma como são calculados e cobrados os itens que compõe a tarifa de energia elétrica em todo o País, como geração, perdas, transmissão, distribuição e encargos.

Já passou da hora de equilibrar a tarifa e estimular o desenvolvimento econômico e o bem-estar da população brasileira e, em especial, da população paraense, que vem há anos cedendo parte de seu território para a implantação de



Assinado eletronicamente por Sen. Ildemar Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1525432883>

Avulso do RQS 773/2023 [4 de 5]



grandes espelhos d'águas para as hidrelétricas, mas que tem ficado apenas com o ônus da tarifa mais cara do Brasil.

Não é possível que o País que tem um custo de geração de energia elétrica entre os mais baixos do mundo, cobre do consumidor final tarifas tão altas.

O respeito ao consumidor deve sempre estar em primeiro lugar.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2023.

**Senador Jader Barbalho**  
**(MDB - PA)**



Assinado eletronicamente por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1525432883>

Avulso do RQS 773/2023 [5 de 5]



Requerimento nº 773, de 2023, do Senador Jader Barbalho, de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira sobre o aumento elevado na tarifa de energia elétrica no Pará, que chegaria a 18%, caso o Governo do Estado do Pará não interviesse.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 774, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, via Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, informações referentes ao número de estabelecimentos rurais que constam nos dados administrados por aquele órgão.

**AUTORIA:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 774/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

## REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, via Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, informações referentes ao número de estabelecimentos rurais que constam nos dados administrados por aquele órgão.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, via Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, informações referentes ao número de estabelecimentos rurais que constam nos dados administrados por aquele órgão.

Considerando as relevantes discussões para a promoção de uma reforma tributária justa e eficiente, capaz de tutelar valores importantes da nossa ordem constitucional, como o direito social à segurança alimentar - art. 6º da Constituição Federal -, se faz necessário o esclarecimento dos seguintes pontos:

1. O número total de contribuintes que declararam Imposto de Renda Pessoa Física com Atividade Rural em 2023;
2. O número de contribuintes cuja receita bruta anual esteja compreendida entre R\$ 142.798,50 e R\$ 3,6 milhões;
3. O número de contribuintes cuja receita bruta anual esteja compreendida entre R\$ 3,6 milhões e R\$ 4,8 milhões; e



Assinado eletronicamente por Sen Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8047038253>

Avulso do RQS 774/2023 [2 de 4]



4. O número de contribuintes cuja receita bruta anual esteja compreendida entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 12 milhões.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento se justifica diante do intensificado debate que a reforma tributária tem provocado na sociedade brasileira. Isso porque, a modificação do sistema encontra fundamento na necessidade de simplificação da cobrança, combinada ao adequado tratamento das desigualdades setoriais e sociais.

É sabido que as mudanças fiscais causam impactos macroeconômicos relevantes, como aumento ou diminuição do Produto Interno Bruto - PIB -, inflação e, consecutivamente, taxa de juros. Logo, é importante observar e atentar para os impactos que a reforma tributária podem trazer para os alimentos, principalmente para o primeiro elo da cadeia produtiva, ou seja, os produtores rurais. Se houver aumento no custo de produção, poderá haver aumento no custo dos alimentos à população, o que agravará, ainda mais, nossas situações econômica frente à inflação e social de pobreza – altamente impactada após o cenário pandêmico.

Neste tema, destaca-se que a mediana das expectativas de mercado, compiladas pelo Banco Central do Brasil, por meio do boletim Focus, projetam um crescimento constante em todos os meses do segundo semestre deste ano do indicador do IPCA – alimentação no domicílio. Desta forma, é importante acompanhar como a reforma tributária pode afetar esse cenário já consolidado pelo mercado.

Em relação aos produtores rurais, atualmente há uma preocupação com o financiamento e subsídios para essa categoria, a exemplo do que ocorre anualmente nas previsões estimadas no Plano Safra de cada governo. Essa preocupação deve, também, estar retratada em qualquer que seja a proposta de alteração do sistema tributário constitucional brasileiro. E isso, não só para evitar o indesejável aumento dos custos de produção, mas, principalmente, para que



Assinado eletronicamente por Sen. Luiz Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8047038253>

Avulso do RQS 774/2023 [3 de 4]





seja garantido tratamento diferenciado ao setor rural, no que diz respeito ao cumprimento de obrigações acessórias e demais burocracias fiscais.

Nesse sentido, para trazer dados concretos para a discussão da reforma tributária e dos tratamentos diferenciados ali previstos, o presente requerimento visa obter informações oficiais, perante a Receita Federal do Brasil, sobre o número de estabelecimentos rurais que constam em seus dados, em diferentes faixas de faturamento anual. A partir desses dados, será possível compreender qual o melhor cenário de opção pelo regime tributário do IVA aos produtores rurais, que atendam aos interesses sociais. Tudo isso visando promover, também por meio da reforma tributária, o efetivo direito social de segurança alimentar.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2023.

**Senador Luis Carlos Heinze**  
(PP - RS)



Assinado eletronicamente por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8047038253>

Avulso do RQS 774/2023 [4 de 4]



Requerimento nº 774, de 2023, do Senador Luiz Carlos Heinze, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, via Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, informações referentes ao número de estabelecimentos rurais que constam nos dados administrados por aquele órgão.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

<b>Bahia</b> PSD - Angelo Coronel* PT - Jaques Wagner* PSD - Otto Alencar**	<b>Rio Grande do Sul</b> PP - Luis Carlos Heinze* PT - Paulo Paim* REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**	<b>Amazonas</b> MDB - Eduardo Braga* PSDB - Plínio Valério* PSD - Omar Aziz**
<b>Rio de Janeiro</b> PL - Carlos Portinho* (S) PL - Flávio Bolsonaro* PL - Romário**	<b>Ceará</b> PDT - Cid Gomes* NOVO - Eduardo Girão* PT - Augusta Brito** (S)	<b>Paraná</b> PSB - Flávio Arns* PODEMOS - Oriovisto Guimarães* UNIÃO - Sergio Moro**
<b>Maranhão</b> PSD - Eliziane Gama* PDT - Weverton* PSB - Ana Paula Lobato** (S)	<b>Paraíba</b> PSD - Daniella Ribeiro* MDB - Veneziano Vital do Rêgo* UNIÃO - Efraim Filho**	<b>Acre</b> UNIÃO - Marcio Bittar* PSD - Sérgio Petecão* UNIÃO - Alan Rick**
<b>Pará</b> MDB - Jader Barbalho* PODEMOS - Zequinha Marinho* PT - Beto Faro**	<b>Espírito Santo</b> PT - Fabiano Contarato* PODEMOS - Marcos do Val* PL - Magno Malta**	<b>Mato Grosso do Sul</b> PSD - Nelsinho Trad* PODEMOS - Soraya Thronicke* PP - Tereza Cristina**
<b>Pernambuco</b> MDB - Fernando Dueire* (S) PT - Humberto Costa* PT - Teresa Leitão**	<b>Piauí</b> PP - Ciro Nogueira* MDB - Marcelo Castro* PSD - Jussara Lima** (S)	<b>Distrito Federal</b> PSDB - Izalci Lucas* PDT - Leila Barros* REPUBLICANOS - Damares Alves**
<b>São Paulo</b> MDB - Giordano* (S) PSD - Mara Gabrilli* PL - Astronauta Marcos Pontes**	<b>Rio Grande do Norte</b> PODEMOS - Styvenson Valentim* PSD - Zenaide Maia* PL - Rogerio Marinho**	<b>Rondônia</b> MDB - Confúcio Moura* PL - Marcos Rogério* PL - Jaime Bagattoli**
<b>Minas Gerais</b> PODEMOS - Carlos Viana* PSD - Rodrigo Pacheco* REPUBLICANOS - Cleitinho**	<b>Santa Catarina</b> PP - Esperidião Amin* MDB - Ivete da Silveira* (S) PL - Jorge Seif**	<b>Tocantins</b> PL - Eduardo Gomes* PSD - Irajá* UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**
<b>Goiás</b> PSB - Jorge Kajuru* PSD - Vanderlan Cardoso* PL - Wilder Morais**	<b>Alagoas</b> MDB - Renan Calheiros* PODEMOS - Rodrigo Cunha* MDB - Fernando Farias** (S)	<b>Amapá</b> PSD - Lucas Barreto* REDE - Randolfe Rodrigues* UNIÃO - Davi Alcolumbre**
<b>Mato Grosso</b> UNIÃO - Jayme Campos* PSD - Margareth Buzetti* (S) UNIÃO - Mauro Carvalho Junior** (S)	<b>Sergipe</b> MDB - Alessandro Vieira* PT - Rogério Carvalho* PP - Laércio Oliveira**	<b>Roraima</b> PSB - Chico Rodrigues* REPUBLICANOS - Mecias de Jesus* PP - Dr. Hiran**

Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar Democracia - 31 MDB-11 / UNIÃO-8 / PODEMOS-7 / PDT-3 PSDB-2

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Mauro Carvalho Junior.	UNIÃO / MT
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28

PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP

Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

### Bloco Parlamentar Vanguarda - 12

PL-11 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wilder Moraes.	PL / GO

### Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	31
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Vanguarda.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	10
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Giordano* (MDB-SP)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Humberto Costa* (PT-PE)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Irajá* (PSD-TO)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Seif** (PL-SC)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luís Carlos Heinze* (PP-RS)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Mauro Carvalho Junior** (UNIÃO-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

### Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÃO DIRETORA

#### PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

#### 1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

#### 1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

#### 2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

#### 3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

#### 4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

**1º** Mara Gabrilli - (PSD-SP)

**2º** Ivete da Silveira - (MDB-SC)

**3º** Dr. Hiran - (PP-RR)

**4º** Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 31</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Efraim Filho - UNIÃO</b> (4,17) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (20,26,36) .....</p> <p><b>Líder do MDB - 11</b> <b>Eduardo Braga</b> (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (43) Confúcio Moura (34,42) Giordano (44)</p> <p><b>Líder do UNIÃO - 8</b> <b>Efraim Filho</b> (4,17) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Davi Alcolumbre (25) Alan Rick (27)</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 7</b> <b>Oriovisto Guimarães</b> (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (23)</p> <p><b>Líder do PDT - 3</b> <b>Cid Gomes</b> (14)</p> <p><b>Líder do PSDB - 2</b> <b>Izalci Lucas</b> (5)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eliziane Gama - PSD</b> (28) .....</p> <p><b>Líder do PSD - 15</b> <b>Otto Alencar</b> (7) Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (30) Lucas Barreto (51)</p> <p><b>Líder do PT - 8</b> <b>Fabiano Contarato</b> (10) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (48) Augusta Brito (49)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Jorge Kajuru</b> (8,39) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (19)</p> <p><b>Líder do REDE - 1</b></p>	<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 12</b></p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (50) .....</p> <p><b>Líder do PL - 11</b> <b>Carlos Portinho</b> (21) Vice-Líder do PL Jorge Seif (45)</p> <p><b>Líder do NOVO - 1</b> <b>Eduardo Girão</b> (18,24)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Ciro Nogueira - PP</b> (1,3,13,33) .....</p> <p><b>Líder do PP - 6</b> <b>Tereza Cristina</b> (12)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 4</b> <b>Mecias de Jesus</b> (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (32)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Jaques Wagner - PT</b> (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (34,42) Daniella Ribeiro (40,41) Jorge Kajuru (8,39) Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Randolfe Rodrigues (35) Weverton (37) Zenaide Maia (38)</p>	<p><b>Oposição</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Rogério Marinho - PL</b> (15) Vice-Líderes Eduardo Girão (18,24) Magno Malta (22) Eduardo Gomes (31)</p>
<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Ciro Nogueira - PP</b> (1,3,13,33)</p>	<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - MDB</b> (16)</p>	<p><b>Bancada Feminina</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Daniella Ribeiro - PSD</b> (40,41) Vice-Líderes Margareth Buzetti (46) Jussara Lima (47)</p>

- Notas:**
- Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
  - Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).



9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
16. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
17. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
19. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB).
20. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
21. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
22. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
23. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
24. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
25. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
26. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
29. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
30. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
31. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
32. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
33. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
34. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
35. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
42. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
43. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
44. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
45. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
46. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
47. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
48. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
49. Em 18.05.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
50. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
51. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).





**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

### MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

**Finalidade:** Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

**Número de membros:** 7 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(2)</sup>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	

**Notas:**

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).  
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** [cehv@senado.leg.br](mailto:cehv@senado.leg.br)



**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS  
ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS.**

**Finalidade:** Destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	6. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	8. VAGO <sup>(1,2)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
- Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destituiu o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** rprado@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

**Finalidade:** examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(1)</sup>	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

### Notas:

- Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
- Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
- Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.



## 6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

**Finalidade:** apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei para revisão e atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2023

**PRESIDENTE:** Luis Felipe Salomão <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Marco Aurélio Belizze <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Flavio Tartuce <sup>(1)</sup>

**RELATORA:** Rosa Maria de Andrade Nery <sup>(1)</sup>

### MEMBROS

Luis Felipe Salomão <sup>(2)</sup>
Marco Aurélio Belizze <sup>(2)</sup>
Flavio Tartuce <sup>(2)</sup>
Rosa Maria de Andrade Nery <sup>(2)</sup>
Marco Buzzi <sup>(2)</sup>
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues <sup>(2)</sup>
Cesar Asfor Rocha <sup>(2)</sup>
João Otávio de Noronha <sup>(2)</sup>
Angelica Lucia Carlini <sup>(2)</sup>
Carlos Eduardo Elias de Oliveira <sup>(2)</sup>
Claudia Lima Marques <sup>(2)</sup>
Daniel Carnio <sup>(2)</sup>
Edvaldo Brito <sup>(2)</sup>
Flavio Galdino <sup>(2)</sup>
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka <sup>(2)</sup>
Gustavo José Mendes Tepedino <sup>(2)</sup>
José Fernando Simão <sup>(2)</sup>
Judith Martins-Costa <sup>(2)</sup>
Laura Porto <sup>(2)</sup>
Marcelo de Oliveira Milagres <sup>(2)</sup>
Marco Aurélio Bezerra de Melo <sup>(2)</sup>
Marcus Vinicius Furtado Coêlho <sup>(2)</sup>
Mario Luiz Delgado Régis <sup>(2)</sup>
Maria Berenice Dias <sup>(2)</sup>
Moacyr Lobato de Campos Filho <sup>(2)</sup>
Nelson Rosenvald <sup>(2)</sup>
Pablo Stolze Gagliano <sup>(2)</sup>
Patrícia Carrijo <sup>(2)</sup>
Paula Andrea Forgioni <sup>(2)</sup>
Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch <sup>(2)</sup>
Ricardo Campos <sup>(2)</sup>
Rolf Madaleno <sup>(2)</sup>
Rogério Marrone Castro Sampaio <sup>(2)</sup>
Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 25.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce e Rosa Maria de Andrade Nery a Presidente, Vice-Presidente, Relator e Relatora, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 11/2023)



2. Em 25.08.2023, os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce, Rosa Maria de Andrade Nery, Marco Buzzi, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Cesar Asfor Rocha, João Otávio de Noronha, Angelica Lucia Carlini, Carlos Eduardo Elias de Oliveira, Cláudia Lima Marques, Daniel Carnio, Edvaldo Brito, Flavio Galdino, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Gustavo José Mendes Tepedino, José Fernando Simão, Judith Martins-Costa, Laura Porto, Marcelo de Oliveira Milagres, Marco Aurélio Bezerra de Melo, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Mario Luiz Delgado Régis, Maria Berenice Dias, Moacyr Lobato de Campos Filho, Nelson Rosenvald, Pablo Stolze Gagliano, Patrícia Carrijo, Paula Andrea Forgioni, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Ricardo Campos, Rolf Madaleno, Rogério Marrone Castro Sampaio e Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho foram designados membros desta comissão (ATO nº 11, de 2023).



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

## 1)CPI DAS ONGS

**Finalidade:** Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 05/04/2023

**Instalação:** 14/06/2023

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,2)</sup>	1. VAGO <sup>(1,2,10)</sup>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1,12)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)</b>	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(7,8)</sup>	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(7)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(7)</sup>	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(7)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(7)</sup>	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(7)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)</b>	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(6)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(4,11)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(3)</sup>	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(3,5)</sup>

**Notas:**

1. Em 31.05.2023, os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 41/2023-BLDEM, foi retificado pelo Of. nº 45/2023-BLDEM).
2. Em 31.05.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 53/2023-BLDEM).
3. Em 31.05.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e a Senadora Tereza Cristina, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 17/2023-GABLID/BLALIAN).
4. Em 31.05.2023, os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 91/2023-BLVANG).
5. Em 31.05.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição à Senadora Tereza Cristina, para compor a Comissão (Of. 24/2023-GABLID/BLALIAN).
6. Em 1º.06.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 107/2023-BLVANG).





7. Em 13.06.2023, os Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e as Senadoras Mara Gabrilli e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 62/2023-BLREDEM)

8. Em 13.06.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 67/2023-BLREDEM).

9. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Plínio Valério, Jaime Bagattolli e Márcio Bittar, Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2023-CPIONGS).

10. Em 20.06.2023, o Senador Marcelo Castro deixou de compor a Comissão (Of. 97/2023 - BLDEM).

11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 130/2023-BLVANG).

12. Em 22.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 131/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Renata Felix Perez

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cpiongs@senado.leg.br



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	5. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2,5,11,12,13)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	8. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2,13)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2,13)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2,16)</sup>	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4,9,10)</sup>
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,9)</sup>	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(4,15,19)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,10)</sup>	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(7)</sup>
(18)	10. (18)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) <sup>(1,17)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,14)</sup>	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi

Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.

4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.

7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLREDEM).

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).

9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLREDEM).

10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLREDEM).

11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).

12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).

13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).

17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB).

19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLREDEM).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3,6)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Ivete da Silva (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	6. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	8. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2,8)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(2)</sup>	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>	2. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,9)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,9,11,12)</sup>
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,9)</sup>	2. <sup>(5,9,13)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,9)</sup>	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1,9)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silva, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).

6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDM).

9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPREP).



10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM).
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLD/BLALIAN).
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG).
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLD/BLALIAN).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br



**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS****Finalidade:** acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.**(Requerimento 53, de 2023 - CAS)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(4)</sup>**Instalação:** 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1)</sup>	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
2. Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
3. Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
4. Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro**Telefone(s):** 3303-4608**E-mail:** cas@senado.leg.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2,5)</sup>
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2,5)</sup>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2,5,8)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2,5,8,13)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,5,8)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2,5,8,18)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,5,8)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2,15,19)</sup>	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2,7,8)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2,8,12,16,19)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2)</sup>	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2,8)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(17,18)</sup>	11. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) <sup>(17,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	2. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(3,9,20,22)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(3,23)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(3)</sup>	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(3)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(3)</sup>	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(3)</sup>	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(3,5)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(3)</sup>	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1,14)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,14)</sup>	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1,10,11)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,21)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,10,11)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM).
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLREDEM).
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN).
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN).
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM).
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM).
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG).
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM).
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB).
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM).
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM).
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLREDEM).
21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLID-BLALIAN).
22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLREDEM).
23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLREDEM).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br





**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(4,14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,6)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3,6,7,8)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	7. VAGO <sup>(15)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	10.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	3. VAGO <sup>(2,13)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	9.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) <sup>(1,11,16)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1,11)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1,11)</sup>	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1,11)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(12)</sup>
<sup>(17)</sup>	5. <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1,5,10)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,5,10)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,10)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,10)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

**Finalidade:** acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**(Requerimento 56, de 2023 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares  
**Telefone(s):** 3303-3498  
**E-mail:** ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

**Finalidade:** debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

**(Requerimento 5, de 2023 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**E-mail:** ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(10)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(8)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(13)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,7)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,7)</sup>	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2,5)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2,15)</sup>	5. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2,15)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(6)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1,11)</sup>	2. VAGO <sup>(1,11)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	3. <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1,12)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,12)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1,12)</sup>	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,12)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).

5. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM).

6. Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM).

7. Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM).

8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).

10. Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).

11. Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).

12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP).

13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,6,9)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,12)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	7.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. VAGO <sup>(2,8)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. VAGO <sup>(2,10)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(11)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(5)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. VAGO <sup>(1,13)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLREDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLREDEM).
- Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG).
- Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM).
- Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**Secretário(a):** Christiano De Oliveira Emery

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-2005

**E-mail:** cdh@senado.leg.br





## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3,6)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,6)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3,14,16)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14,16)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3,8)</sup>	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3,8)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>	5. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) <sup>(1,11,15)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,11)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,5,11)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(5,10,11,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,12)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1,12)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,12)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1,12)</sup>

### Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
- Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).

15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira  
**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7  
**Telefone(s):** 3303-5919  
**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(9)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,6,10)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2)</sup>	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,10)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(2)</sup>	6. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2,10)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,11,13)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,8)</sup>	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,12)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLREDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG).

13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLREDEM).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(2,5)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2,5)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2,5)</sup>	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 17.08.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (4,13,16)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (10)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3)	4. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (3,5,15)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (11,12,15,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,18)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) (6)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,7,9)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,19)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).

5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).

8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM).

9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).

10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA).

11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM).

12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).

13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).

14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM).



15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM).
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA).
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM).
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLREDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br





11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	5. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) <sup>(10)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(8)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6. VAGO <sup>(2,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
VAGO <sup>(1,11)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(7)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).

5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP).

8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM).

9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM).

10. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).

11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG).

**Secretário(a):** Leomar Diniz  
**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**E-mail:** cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(3)</sup>

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(5)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(5)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(5)</sup>	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(7)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(10)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(6)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(6)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(6)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(6,13,14)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6,13,14)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(6,9)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(13)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(11)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(4)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(12)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(8)</sup>	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(8)</sup>

Notas:

- Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).
- Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
- Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG).
- Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLREDEM).
- Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldles

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3)</sup>	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3,14)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,14)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(7,14)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(6,14)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(9,14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,5)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,5,15,18)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>	4. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) <sup>(1,16)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,17)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1,11,12)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM).

6. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).

7. Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

9. Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).

10. Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).

11. Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).

12. Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLI/BLALIAN).

13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM).



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG).

17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG).

18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLREDEM).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

**Finalidade:** estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

**(Requerimento 13, de 2023 - CMA)**

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -  
**Telefone(s):** 61 33033284  
**E-mail:** cma@senado.leg.br



**14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,6)</sup>	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,10)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(14)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
VAGO <sup>(2,16)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(11)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(9)</sup>	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDM).
- Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDM).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
- Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
- Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM).
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** (61) 3303-2315

**E-mail:** csp@senado.leg.br



**15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(5)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3,10,11)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(7)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(7)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(7)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(7)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(8)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(8)</sup>	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8)</sup>	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(8)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(8)</sup>	6. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) <sup>(16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4,13,18)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4,13,18)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,13,19)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(6)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2,17)</sup>	2. VAGO <sup>(12,17)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(9,14)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(9)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(9)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(9)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).

2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).

3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).

4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).

7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).

8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).

9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLI/BLALIAN).

10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).

11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).

12. Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG).

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLI/BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG).
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG).
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLREDEM).

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



**16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp**  
**Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(6,12)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(7)</sup>	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(6)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(7)</sup>	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(7)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(9)</sup>	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3,11)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3,11)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) <sup>(10,13)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(8)</sup>	1. VAGO <sup>(8,14)</sup>

**Notas:**

- Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).
- Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM).
- Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
- Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo De Oliveira Santos

**Reuniões:** Quartas-feiras 10:30 -

**Telefone(s):** 3303-2540

**E-mail:** cesp@senado.leg.br

**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

**Atualização:** 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )			
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)		2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)		3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)		4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)		5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)	
Senador Weverton (PDT-MA)		6. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )			
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM)		2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)		3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)		4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)		5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)	
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )			
Senador Magno Malta (PL-ES)		1.	
Senador Jorge Seif (PL-SC)		2.	
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )			
Senador Dr. Hiran (PP-RR)		1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)		2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)			

Atualização: 21/03/2023

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ**  
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

**6ª Designação:** 11/03/2013

**7ª Designação:** 26/11/2015

**Atualização:** 08/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**4) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

**Número de membros:** 5 titulares

**COORDENADOR:**

**1ª Designação:** 16/11/1995

**2ª Designação:** 30/06/1999

**3ª Designação:** 27/06/2001

**4ª Designação:** 25/09/2003

**5ª Designação:** 26/04/2011

**6ª Designação:** 21/02/2013

**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

**Atualização:** 03/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**

NAOT

**Telefone(s):** 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



**6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 11/02/2023**Notas:**

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.





7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN  
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

---



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER  
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**11) COMENDA REI PELÉ**  
*(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)*

---



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

